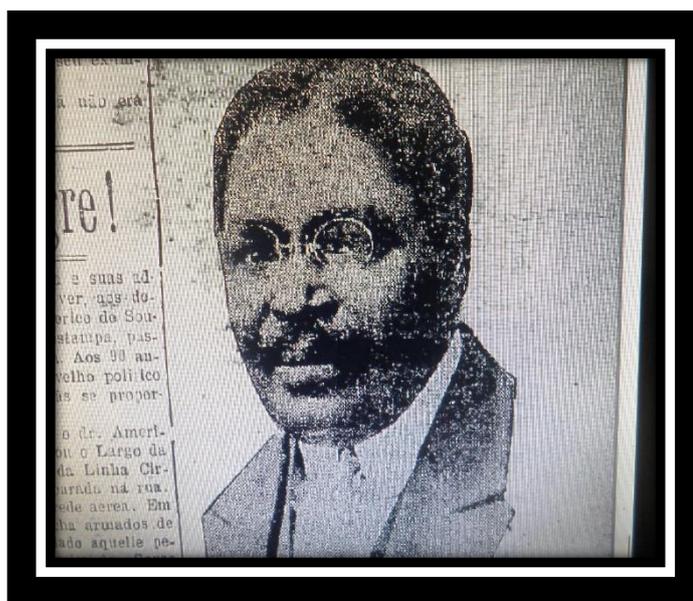




**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- UFBA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SIVALDO DOS REIS SANTOS**

**“COMO NEGRO QUE SOU”!**  
**A TRAJETÓRIA E MILITÂNCIA DE UM AFRICANO NA BAHIA:**  
**MAXWELL ASSUMPÇÃO ALAKIJA (1871-1933)**



**SALVADOR**

2020

**SIVALDO DOS REIS SANTOS**

**“COMO NEGRO QUE SOU”!  
A TRAJETÓRIA E MILITÂNCIA DE UM AFRICANO NA BAHIA:  
MAXWELL ASSUMPÇÃO ALAKIJA (1871-1933)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Área de concentração: História Social

Orientadora: prof. Dr. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

**SALVADOR**

2020

---

Santos, Sivaldo dos Reis  
S237 “Como negro que sou”! A trajetória e militância de um africano na Bahia:  
Maxwell Assumpção Alakija (1871-1933) / Sivaldo dos Reis Santos. – 2020.  
129 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Alakija, Maxwell Porfírio de Assumpção - Biografia. 2. Raça negra. 3. Racismo. 4.  
Cidadania. 5. Bahia - História. I. Albuquerque, Wlamyra Ribeiro. II. Universidade Federal  
da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 920

---



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRICULA	NÍVEL DO CURSO
SIVALDO DOS REIS SANTOS	217121459	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO "COMO NEGRO QUE SOU"! A TRAJETÓRIA E MILITÂNCIA DE UM AFRICANO NA BAHIA: MAXWELL ASSUMPÇÃO ALAKIJA (1871-1933)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Wlamyra Albuquerque (Doutora em História - orientadora)		530.895.615-49
Lisa Earl Castilho - (Doutora em Letras)		
Ana Flavia Magalhães Pinto (Doutora em História)		872.760.461-68

ATA

Aos vinte e seis dias de maio de dois mil e vinte, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Sivaldo dos Reis Santos**, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social. Após a abertura da sessão, a professora Wlamyra Albuquerque, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. **Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o aluno.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL:

A dissertação atende plenamente aos critérios do PPGH para uma dissertação de mestrado. O objeto da pesquisa é original, a pesquisa é bem fundamentada em fontes documentais e bibliográficas. A organização do trabalho é clara e bem encadeada. Trata-se de uma pesquisa que se soma aos trabalhos de fôlego no campo da História Social, atenta às trajetórias de intelectuais negros no Brasil do pós-abolição. A banca recomenda apenas revisão gramatical, ajustes na formatação das notas de rodapé e correção de algumas informações já indicadas durante a arguição.

SSA, 26/05/2020: Assinatura do aluno:

SSA, 26/05/2020:: Assinatura da orientadora:

*Dedico este trabalho aos membros da família Alakija, aos já falecidos e aos que ainda estão vivos, vivendo no Brasil, na Nigéria, e em outras partes do mundo. Dedico este trabalho também ao meu irmão e amigo André Pereira Batista falecido em janeiro de 2020.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida! A minha preciosa família que tanto respeito e amo. Minha mãe, dona Maria dos Reis Santos que trabalhou por décadas como empregada doméstica, uma mulher preta incrível que não abriu mão de ser mãe, que cuida dos seus filhos com bastante vigor e amor. A minha irmã Silvania dos Reis Santos, outra mulher preta incrível que eu amo e respeito muito, as conversas, desabafos e aprendizados mútuos que tivemos me fortaleceu a construir este trabalho. Ao meu pai Alexandre Bispo dos Santos que sem entender nada, me via lendo e escrevendo e apoiava sempre. Estas três pessoas são os pilares centrais da minha existência, a eles todo o meu respeito e Amor!

Agradeço imensamente à minha orientadora prof. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque que topou conduzir o trabalho de um jovem pesquisador inexperiente e deficiente com as crases, vírgulas e estrutura do texto, muito obrigado pela paciência e precisão das críticas e sugestões que enriqueceram o trabalho e o pesquisador.

A Lisa Earl Castillo minha reverência e gratidão, muito obrigado pelas fontes e bibliografia compartilhada, o trabalho ganhou outro rumo com suas críticas e sugestões, sem dúvidas você foi uma das arquitetas mais importantes deste projeto que deu certo. Grato!!!

Aos meus colegas de turma que foram mais do que isso ao longo da trajetória no mestrado, em especial a Silmária Reis, pessoa que conheci no BUZUFBA no processo de seleção do mestrado, obrigado pelas conversas e pelo fortalecimento. Destaco ainda alguns nomes: Dielson, Isabela, Henrique, Daniel, Caio, Alex, Cleber, Georgia. Turma excelente essa de 2017.1, muito aprendizado adquirido, valeu colegas!

Não deveria deixar de mencionar os colegas e professores que tiveram a gentileza de ler o texto e ajudar com suas críticas e sugestões, em especial aos historiadores: João José Reis e Jucimar Cerqueira. Agradeço também aos irmãos e irmãs que não leram o texto, mas que sem sombras de dúvidas estavam acompanhando meu trabalho, me mandando boas vibrações, meu muito obrigado a Elane Dias, Jussara Piedade e a Afrocentricidade Internacional Bahia, Asé ó!

Ao CNPq pela concessão da bolsa de mestrado que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

## RESUMO

A pesquisa buscou analisar a trajetória do descendente de família agudá, Maxwell Porfírio de Assumpção Alakija em Salvador na Primeira República. “Homem de cor”, nascido em Lagos-Nigéria, Maxwell decidiu se estabelecer em Salvador por volta de 1898. Na capital baiana, formou-se em direito e exerceu a profissão de advogado e professor de inglês. Em sua trajetória na cidade, o advogado africano construiu uma ampla rede de sociabilidade com diferentes classes sociais. Constatamos na pesquisa que o advogado africano militou contra o racismo e as desigualdades sociais na cidade; suas cartas de protesto contra o preconceito de cor, a liderança na Sociedade Beneficente dos Lavradores, as aulas de inglês para os aprendizes maquinistas analfabetos, foram algumas de suas práticas políticas que demonstraram o quanto ele estivera preocupado com a cidadania da população negra e mais pobre na capital baiana nas primeiras décadas do século XX.

**Palavras-chave:** Maxwell Porfírio de Assumpção Alakija; raça; cidadania; agudás; Lagos; Bahia.

## ABSTRACT

This study sought to analyze the trajectory of the descendant of an Agudá family, Maxwell Porfírio de Assumpção Alakija in Salvador during Brazil's First Republic. A "colored man", born in Lagos- Nigeria, Maxwell decided to settle in Salvador around 1898. In the capital of Bahia, he earned, a degree in law and worked as both a lawyer and an English teacher. In his trajectory in the city, the African lawyer built a wide network with people of various as evidenced by lawyer fought against racism and social inequalities in the city; his letters of protest against color prejudice, his leadership in the Beneficent Society of Rural Workers (Sociedade Beneficente dos Lavradores), and his English teaching to illiterate machinist apprentices. These political practices showed his concern with the structural problems facing the black population and the poor in the capital of Bahia during the first decades of the 20th century.

**Key words:** Maxwell Porfírio de Assumpção Alakija; race; citizenship; agudás, Lagos; Bahia.

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>APEB</b>	Arquivo Público do Estado da Bahia
<b>AHMS</b>	Arquivo Histórico Municipal de Salvador
<b>BNDdigital</b>	Biblioteca Nacional Digital
<b>BPEB</b>	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
<b>IGHBa</b>	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
<b>MDMA</b>	Museu Digital da Memória Africana

## LISTA DE IMAGENS, TABELAS E MAPAS

Figura 1: Registro de batismo do Porohyrius Assumpção .....	15
Figura 2: Os irmãos Alakijas .....	20
Figura 3: Adeyemo Alakija .....	20
Figura 4: Esculturas de Máscaras Gueledés .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 5: Coleção de máscaras gueledés .....	49
Figura 6: Esculturas afro- brasileiras .....	51
Figura 7: Jurados no Ginásio Ypiranga .....	62
Figura 8: Francelino de Andrade .....	72
Figura 9: Professores Carlos Devoto, Ernesto Carneiro e Elias Nazareth.....	75
Figura 10: Professor Elias de Figueiredo Nazareth .....	76
Figura 11: O rábula Cosme de Farias .....	80
Figura 12: A família Real Belga no Brasil .....	90
Figura 13: Lino Guedes .....	115
Figura 14: A matéria do Getulino.....	116
Figura 15: Notícia da morte do Maxwell.....	120

### Tabelas

Tabela 1: Membros da Sociedade dos Lavradores .....	56
Tabela 2: Professores da Escola Beneficente dos Maquinistas .....	66

### Mapas

Mapa 1: Lagos e Portos vizinhos (c...1800) .....	16
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>Capítulo 1. As redes de sociabilidade do Maxwell Assumpção.</b> .....	28
1.1 “A colônia Brasileira na África”. .....	28
1.2 O banquete a imprensa. ....	36
1.3 As máscaras Gueledés. ....	45
<b>Capítulo 2. Trabalho, educação e política na Primeira República.</b> .....	54
2.1 A Sociedade Beneficente dos Lavradores. ....	54
2.2 Professor de inglês e francês. ....	60
2.3 A Liga Educadora Baiana. ....	63
2.4 A Escola de aprendizes Maquinistas. ....	64
2.5 Francelino de Andrade e Elias Nazareth. ....	70
2.6 A importância das eleições. ....	77
<b>Capítulo 3. As cartas de protesto do Maxwell Assumpção. (1920-1924)</b> .....	84
3.1 “O Sr. Epitácio e os Negros”. ....	84
3.2 “Imigração negra: o dr. Maxwell protesta”. ....	91
3.3 Crítica à Marinha do Brasil (1922-1923). ....	98
3.4 O comandante e a Escola de Aprendizes. ....	106
3.5 “Um advogado da raça”. ....	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b> .....	116
<b>FONTES.</b> .....	121
<b>BIBLIOGRAFIA.</b> .....	123

## INTRODUÇÃO

A historiografia do pós- abolição, instituída no campo da História Social tem se caracterizado em problematizar biografias e trajetórias de homens e mulheres negras que a despeito de viverem numa conjuntura política e social de limitação da cidadania, souberam se posicionar publicamente acerca de diversos problemas sociais que vivenciava o Brasil em fins do século XIX e começo do XX.<sup>1</sup>

Os trabalhos dos historiadores Petrônio Domingues, Flávio dos Santos Gomes, Carolina Vianna Dantas, Álvaro Pereira do Nascimento, Ana Flávia Magalhães Pinto, Hebe Mattos, Maria Helena Machado, Luara dos Santos Silva, Martha Abreu, Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, Luís Gustavo Rossi, dentre outros autores têm apresentado novas abordagens que fornecem pistas importantes sobre os esforços individuais ou de determinados grupos formados por pessoas negras em criar e legitimar espaços capazes de oferecer possibilidades de expressão, mobilização e participação política no pós- abolição.<sup>2</sup>

Em algumas regiões do país surgem nomes de personagens negros que até então eram desconhecidos pela historiografia contemporânea. No Rio de Janeiro, o professor negro Hemetério José dos Santos investia sistematicamente em conhecimentos históricos para tentar desconstruir os sentidos negativos relacionados aos africanos e seus descendentes no pós- abolição. Segundo a historiadora Luara dos Santos Silva que escreveu sobre a trajetória deste professor: “ele investia também na aquisição de capital simbólico e material, construindo para

---

<sup>1</sup> DOMINGUES, Petrônio. Protagonismo negro: história e historiografia. São Paulo: Editora Sesc, 2019; GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. Da nitidez e invisibilidade: legados do pós- emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

<sup>2</sup> DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. Porto Alegre, 2009; DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: “um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro-Ásia, 2010; NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Um reduto negro: cor e cidadania na armada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007; PINTO, Ana Flávia Magalhães. Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2008; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; ABREU, Martha. O crioulo Dudu: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantador (1890-1920). Rio de Janeiro: Topoi, 2010; SILVA, Luara dos Santos. Etimologias preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico raciais. Rio de Janeiro, 2015; CAMPOS, Lucas Ribeiro. Sociedade Protetora dos Desvalidos; mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2018; ROSSI, Luís Gustavo Freitas. O intelectual “feiticeiro”: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

si e para os seus familiares, através do magistério, um lugar de respeitabilidade e de certo prestígio social”.<sup>3</sup>

Na cidade do Recife, nasceu 25 de dezembro de 1867 Manoel da Motta Monteiro Lopes, filho do operário Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e de Maria Egipciáca de Paula Lopes nascidos livres quando ainda vigorava a escravidão. Monteiro Lopes foi o primeiro deputado federal negro eleito no Rio de Janeiro em 1909. Os historiadores Petrônio Domingues e Carolina Vianna Dantas assinam a sua trajetória.<sup>4</sup>

Petrônio Domingues e Carolina Dantas procuraram destacar em seus respectivos textos a habilidade política e ao mesmo tempo a solidariedade que Monteiro Lopes soube construir no meio negro da cidade do Rio de Janeiro a fim de fazer valer o resultado nas urnas e ser empossado como deputado federal. Boa parte da imprensa do Rio e muitos deputados da época se posicionaram contra a eleição de um deputado negro alegando que houve fraude nas eleições, quando na verdade estavam dissimulando o incomodo de ver um homem negro inserido no círculo político do poder republicano.<sup>5</sup>

No Rio Grande do Sul, a historiografia conhece a trajetória de Francisco Xavier da Costa, homem negro que conquistou uma posição de proeminência no movimento operário desde a última década do século XIX e foi considerado o “patriarca do socialismo” em seu estado. Quem assina a sua biografia é o historiador Benito Bisso Schmidt, o autor destaca que Francisco Xavier foi a principal liderança socialista de Porto Alegre na Primeira República.<sup>6</sup>

Atualmente, uma das principais características dos estudos que focalizam as biografias e trajetórias de personagens negros que vivenciaram as primeiras décadas do século XX, é o destaque dado a agência política destes personagens. O texto do historiador Flávio dos Santos Gomes *Negros e Política* é fundamental para analisarmos a dinâmica do conceito *ação política* e as experiências sociais de homens e mulheres negras, e seus vínculos com agremiações para “gente de cor” desde a segunda metade do século XIX.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> SILVA, Luara dos Santos. Etymologias preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico raciais. Rio de Janeiro, 2015, p.10. VER: SANTOS, Aderaldo Pereira. Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

<sup>4</sup> DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: “um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro- Ásia, 2010; DOMINGUES, Petrônio. Vai ficar tudo preto: Monteiro Lopes e a cor na política. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

<sup>5</sup> DANTAS, 2010; DOMINGUES, 2013.

<sup>6</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Anita Xavier da Costa: memórias da filha de um pioneiro do Socialismo no Rio Grande do Sul- da fogueira das lembranças ao álbum de recordações. Artigo disponível em ><https://www.ufrgs.br/ppgas/ha/actual/pdf/n12/HA-v5n12a10.pdf>.

<sup>7</sup> A partir de um estudo sobre as trajetórias da Guarda Negra (1888-1889), da Frente Negra Paulista (1931-1937) e da Legião Negra (1932). Flávio dos Santos Gomes analisou as percepções e mobilizações políticas e os debates

“O que significava ser cidadão? Ser integrado ou transformar-se em brasileiro? O que os mobilizavam? Quais eram as aspirações de cidadania? Defesa da democracia e nacionalidade”? Estes questionamentos que o historiador Flávio Gomes levanta em seu texto tem sido o ponto de partida para muitos estudos sobre a trajetória dos “homens de cor” no pós-abolição. A resposta que a historiografia vem desenvolvendo é que uma parte significativa da população negra nas diversas regiões do Brasil, souberam, de diferentes maneiras, fazer política a partir de suas próprias demandas e projetos de cidadania, ainda que os ganhos sociais e políticos resultantes daí tenham sido formalmente restritos.<sup>8</sup>

Neste trabalho, apresento a trajetória do advogado e professor de inglês nascido em Lagos, Porfírio Assumpção, que mudou seu nome para Maxwell Porfírio de Assumpção Alakija. Maxwell foi batizado com o nome *Porphyrius*. No livro de batismo dos missionários católicos residentes em Lagos no ano de 1871, está presente os nomes dos seus pais: Marcolino da Assumpção e Maximiana Carlota Ribeira. E do seu padrinho, Manoel Joaquim dos Reis<sup>9</sup>

No dia 30 de dezembro de 1881, ainda com o seu primeiro nome de batismo, Porfírio Assumpção chegou a Salvador com aproximadamente dez anos de idade no navio *Garibaldi*. Ele retornou para Lagos no dia 22 de dezembro de 1889.<sup>10</sup>

---

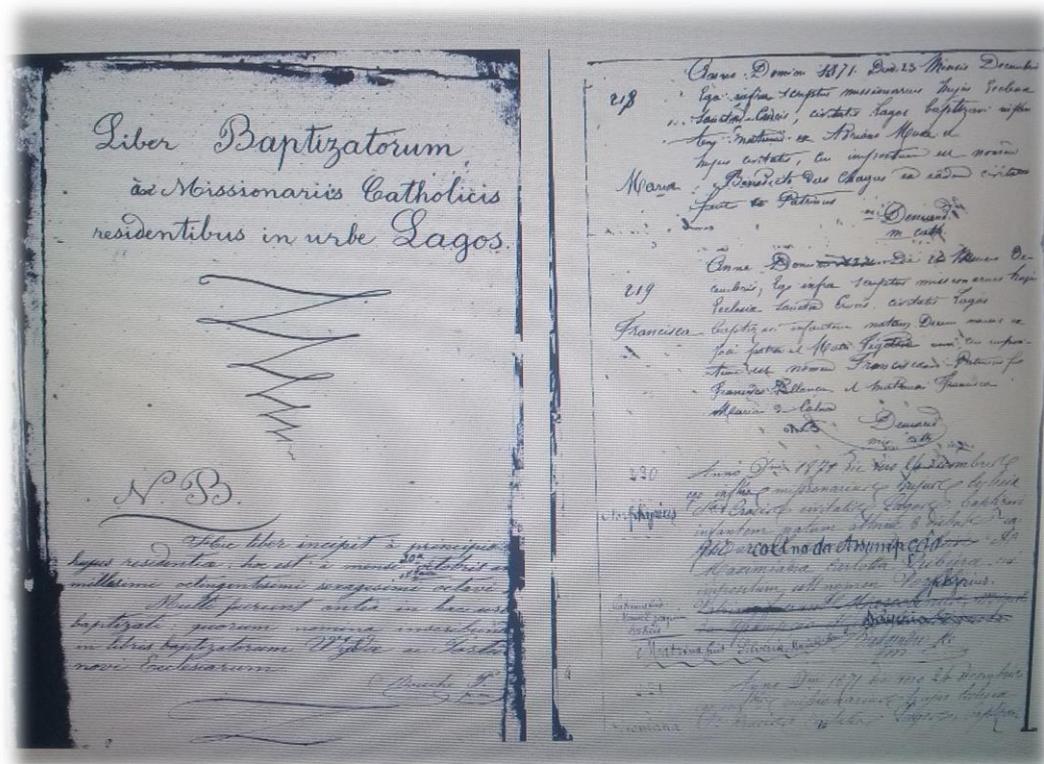
sobre a questão racial nas primeiras décadas Republicanas. Gomes sinaliza que as primeiras décadas do pós-emancipação foram decisivas para os sentidos de liberdade, cidadania e autonomia para a população negra. “A questão parecia ser não tanto quem eram os protagonistas, mas sim quais os significados desta. Liberdade para quê”? VER: GOMES, Flávio dos Santos. Negros e política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>8</sup> DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: “um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro-Ásia, 2010, p.206.

<sup>9</sup> Não sei exatamente quando Porfírio trocou seu nome para Maxwell. Mas sei que em 1908, estabelecido em Salvador, ele já carregava o nome Maxwell Porfírio de Assumpção, Fonte: Inventário de José Augusto da Costa (1908) 5/2070/2541/19. Secção Judiciária, Arquivo Público do Estado da Bahia, APEB. Sobre o registro de batismo de Porfírio agradeço a Lisa Earl Castillo por me disponibilizar a Fonte: Livro de Batismo dos missionários católicos residentes em Lagos, 1871.

<sup>10</sup> Fonte: Lista de entrada e saída de passageiros, livro 3, ano 1879-1883. Arquivo Público do Estado da Bahia, APEB.

Figura 1: Registro de batismo do Porohyrius Assumpção



Fonte: Livro de Batismo dos missionários católicos residentes em Lagos, 1871

Para que o leitor se situe acerca dos objetivos da viagem do Maxwell para a Bahia, é preciso que apresentemos primeiro uma breve narrativa sobre a trajetória de sua família no atlântico que se cruza com outras histórias de africanos e seus descendentes que conseguiram retornar para Lagos e outras regiões do vasto território iorubá na segunda metade do século XIX.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Sobre a trajetória dos africanos e seus descendentes retornados para Lagos, VER: CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985; CUNHA, Mariano Carneiro. Da senzala ao sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na República popular do Benim. São Paulo: EDUSP, 1985; CASTILLO, Lisa Earl. Em busca dos agudás da Bahia: trajetórias individuais e mudanças demográficas no século XIX. Salvador, Afro-Ásia, n.55, 2016; AMOS, Alcione Meira. Os que voltaram: a história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no século XIX. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007.

Segundo as memórias da família Alakija, os pais do Maxwell Assumpção nasceram livres no Rio de Janeiro, ambos decidiram viajar e se estabelecer em Lagos.<sup>12</sup> Mas existe evidências documentais que atestam que Marcolino Assumpção saiu do Rio de Janeiro ainda criança acompanhado de seu irmão mais velho Antônio Miguel da Assumpção e sua mãe Lauriana Maria de Santana, em um pacote francês *Lyonnais* em maio de 1856.<sup>13</sup> O pacote fez escala na Bahia e seguiu em direção a genérica “Costa da Mina”, termo que se destaca na documentação referente à solicitação de passaporte.<sup>14</sup>

No documento de solicitação de passaporte consta a informação de que Lauriana Maria de Santana, mãe do Marcolino Assumpção e do Antônio Miguel da Assumpção era uma *africana liberta*. Sua ocupação quitandeira, e estado cível viúva. A família viajava com duas *criadas* e um *criado*, todos *menores* e *crioulos*, seus nomes: Feliciano, Bernardina e Candido.<sup>15</sup>

Lauriana Maria de Santana, seus filhos e criados viajavam acompanhados com um grupo de outras famílias que foram registrados na documentação como: “pretos forros de nação Mina”.<sup>16</sup> Juliana Barreto Farias argumenta que o termo “preto forro” que ela localizou em diferentes fontes no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, era quase sempre referida de uma mesma maneira com o genérico termo *mina*. A autora assinala ainda que desde o século XVIII, esta expressão designava, na cidade do Rio de Janeiro e em outras partes do Brasil escravos e libertos africanos da Costa Ocidental, também chamado à época de *Costa da Mina*. Este termo *Costa da Mina* era uma referência direta ao castelo de São Jorge

---

<sup>12</sup> Segundo informações da neta do Maxwell, Ana Alakija, um membro da família Alakija foi sequestrado em Abeokuta durante o período do tráfico ilegal de escravos para o Brasil. VER: ALAKIJA, Ana. Traditional Yoruba Nobility In The African Diaspora. The Yoruba In Brazil, Brazilians In Yorubaland: Cultural, Encounter, Resilience, and Hybridity In The Atlantic World. Durham, North: Carolina Academic Press, 2017, pp.196-197

<sup>13</sup> Fonte: Jornal Correio Mercantil, 18/05/1856, p.1 (Rio de Janeiro) Hemeroteca Digital Brasileira. Agradeço a Lisa Earl Castillo por me disponibilizar esta fonte.

<sup>14</sup> Fonte: Solicitação de passaporte, maço: 5667. APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia. Agradeço a Lisa Earl Castillo por me disponibilizar esta fonte.

<sup>15</sup> Os criados de Lauriana Maria de Santana; Feliciano, Bernardina e Candido podem ter sido filhos de sua escrava ou escravas. Segundo Juliana Barreto Farias, quando o termos “cria e crioulos” aparecem na documentação, geralmente significava filhos de escravizados nascidos no Brasil. Não sabemos porque Lauriana viajou com os “criados”. É possível que os filhos de Lauriana ou ela própria retornaram ao Rio de Janeiro. Sobre os senhores minas forros, seus escravos e crias no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, VER: FARIAS, Juliana Barreto. Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2012, p.225

<sup>16</sup> Fonte: Solicitação de passaporte, maço: 5667. APEB

da Mina construída no século XV pela Coroa portuguesa na antiga Costa do Ouro, atual Gana.<sup>17</sup>

Juliana Barreto constatou em sua pesquisa que no Rio de Janeiro do século XIX quase todos os cativos e forros minas vinham de “terras iorubás”. “Antes de chegar à capital do Império, boa parte deles havia passado e muitas vezes vivido por longo período em Salvador ou em outras cidades baianas”. Farias destaca que quando desembarcavam na Corte, logo se ocupavam ou eram colocados ao ganho por seus senhores no comércio ambulante e no transporte de mercadorias (FARIAS, 2012, pp.146-147).

Não sabemos exatamente em que porto da África Ocidental os pais do Marcolino Assumpção partiram escravizados em direção ao Brasil. Também não sabemos porque Lauriana Maria de Santana decidiu deixar o Rio de Janeiro com seus filhos e criados em 1856. O que sabemos é que este movimento de retorno aos diferentes lugares da África Ocidental não tivera apenas o porto do Rio de Janeiro como o local de embarque. A Bahia, ao longo da segunda metade do século XIX, se destacou como um importante porto de embarque dos africanos libertos e seus descendentes.<sup>18</sup>

Em sua pesquisa sobre o retorno dos Agudás<sup>19</sup> da Bahia para o Golfo do Benin no século XIX, Lisa Earl Castillo identificou três fases distintas no fluxo de passageiros. A primeira fase, diz a autora, ocorreu entre (1835-1837) “na esteira de uma grande rebelião escrava, a Revolta dos Malês”. A segunda fase, na década de 1840, foi dominada por homens, muitos dos quais acabaram retornando para o Brasil. A terceira fase começou após 1850, com a extinção da participação brasileira no comércio atlântico de escravos. É neste período que Lagos torna-se o “mais importante porto de chegada para os retornados brasileiros”. E é exatamente neste período que Marcolino e sua família viajam para a “Costa da Mina”.<sup>20</sup>

---

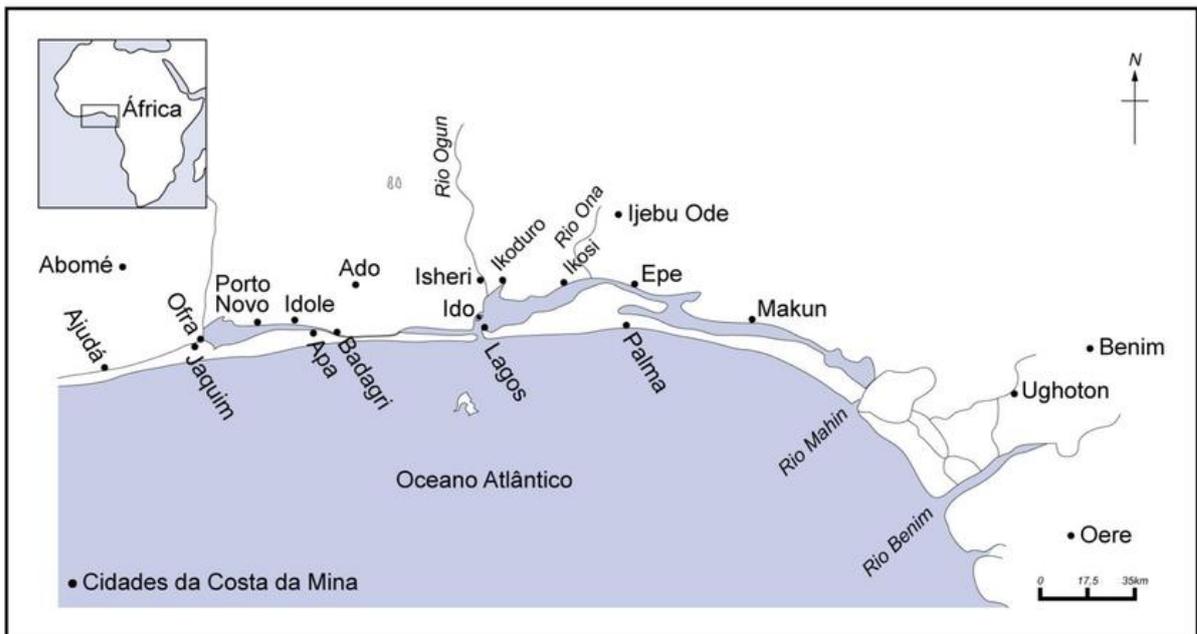
<sup>17</sup> FARIAS, Juliana Barreto. Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2012, p.146

<sup>18</sup> A historiadora Monica Lima e Souza constatou com base em pesquisa nos registros no porto do Rio de Janeiro nos períodos entre 1830-1870 que grande parte dos africanos libertos de diferentes nações partiam do Rio em direção as diferentes regiões da África Centro-Ocidental. A autora acrescenta que na década de 1850, “o preço dos escravos subiu e, ao mesmo tempo, foi se reduzindo lentamente o número de cativos- consequência do fim do tráfico”. Mas Lauriana, seus filhos e criados estavam seguindo uma rota diferente dos demais africanos libertos no Rio. VER: SOUZA, Monica Lima. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. Artigo publicado na Revista do Programa de História Comparada. Instituto de História da UFRJ. Rio de Janeiro, n.1, v.7, 2013, pp.77-78

<sup>19</sup> Segundo Milton Guran, “a palavra Agudá vem provavelmente da transformação da palavra “Ajuda”, nome português da cidade de Uidá. Esta palavra era muito conhecida da região por causa do forte português de Uidá, chamado de Forte São João Baptista da Ajuda”. VER: GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. Salvador: Afro-Ásia, n.28, 2012, pp.45-46.

<sup>20</sup> CASTILLO, Lisa Earl. Em busca dos agudás da Bahia: trajetórias individuais e mudanças demográficas no século XIX. Salvador, Afro-Ásia, n.55, 2016, p.112.

Mapa 1: Lagos e Portos Vizinhos



Fonte: Tese da Historiadora Angela Fileno da Silva. *Voices de Lagos: brasileiros em tempos do Império brasileiro*. São Paulo, 2016, p.46

Graças aos esforços da família Alakija na preservação da memória sobre os seus retornados e de algumas informações que a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha apresenta em seu livro *Negros Estrangeiros*, conseguimos informações sobre a vida do Marcolino em Lagos.

Estabelecido naquela cidade africana, ele se envolveu no comércio de algodão e assumiu um papel político e religioso importante na cidade de Abeokuta. Na década de 1880, uma das primeiras escolas católicas de Abeokuta ficava exatamente na casa do Marcolino Assumpção. Ao ceder um espaço da sua casa para a ministração das aulas, Marcolino sabia da relevância social que este ato agregaria ao seu nome na comunidade de Abeokuta.<sup>21</sup> Manuela Carneiro da Cunha explica que os missionários católicos foram a princípio bem-vindos as cidades de Abeokuta (1880), Oyo (1884) e Ijebu (1886). No entanto, com o passar do tempo,

<sup>21</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, pp.186-187.

as relações entre missionários católicos e as lideranças políticas e religiosas locais ficaram tensas. Foi nesse contexto que o Marcolino Assumpção proibiu que as pessoas em Abeokuta entrassem nas igrejas católicas. Cunha destaca que os “brasileiros” em Abeokuta desejavam ser eles próprios os responsáveis por organizar a missão de evangelizar e dirigir politicamente a comunidade.<sup>22</sup>

Católico e ao mesmo tempo um próspero comerciante, podemos destacar que a ascensão econômica da família Alakija começa com o próprio Marcolino Assumpção que consegue enviar três dos seus sete filhos para estudar direito na Inglaterra. Eis os nomes dos filhos do casal Marcolino Assumpção e Maximiana Carlota Ribeira nascidos em Lagos: Maxwell Porfírio de Assumpção Alakija, Angelina Assumpção, Emiliano Assumpção, Adeneji Jiberu Alakija, Olayimika Alakija, Olu Ode Alakija e Adeyemo Alakija.<sup>23</sup>

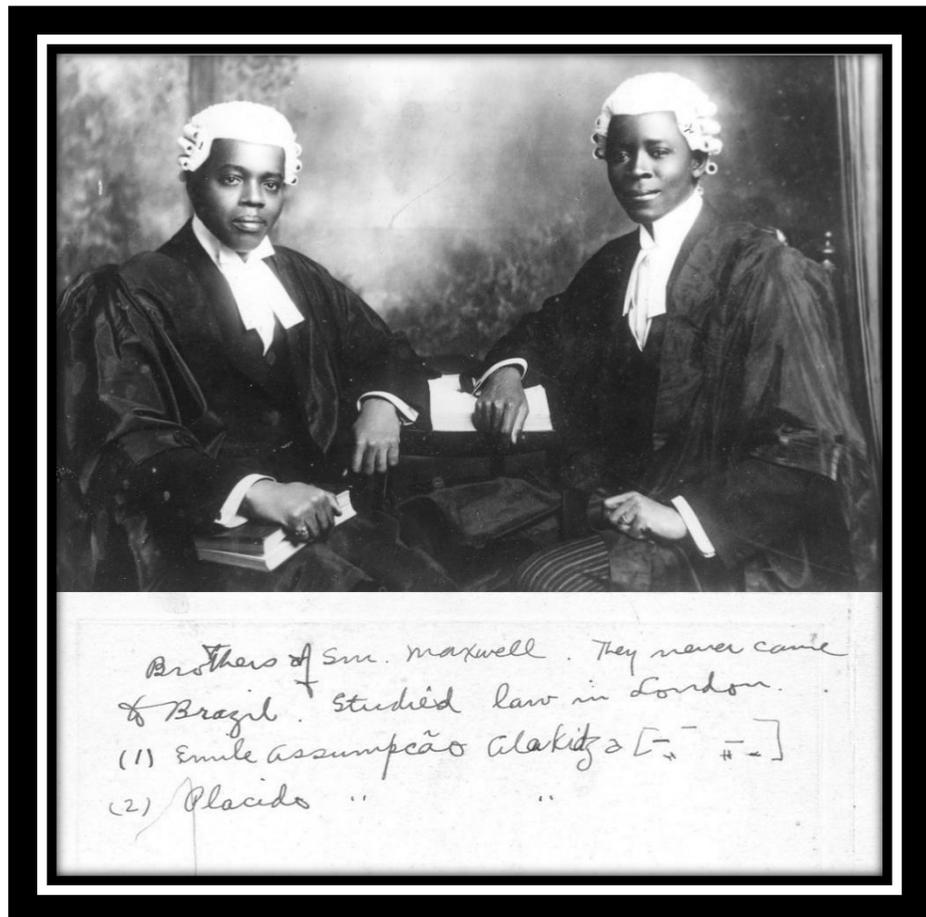
Na fotografia abaixo, os dois irmãos do Maxwell Assumpção. Do lado esquerdo Olayimika Alakija e do lado direito Adeyemo Alakija (1884-1952). Adeyemo voltou para Lagos em 1913, depois de seus estudos na Inglaterra. Além de exercer o ofício de advogado, Adeyemo foi proprietário e fundador do jornal *The Nigerian Daily Times*, este periódico era lido por Maxwell e sua família em Salvador. Sabemos desta informação, pois, quando o sociólogo norte-americano Donald Pierson (1900-1995) entrevistou a esposa do Maxwell, Ignez Selene Assumpção (1891-1986); e seus filhos Delhi Maxwell Assumpção (1908-1949), Cleonice Assumpção Alakija (1910-2000) e George Alakija (1921-2005) na década de 1930, estes mostram ao pesquisador uma edição do *Daily Times* onde continha uma fotografia de Cleonice Alakija recém-formada na área de medicina em 1931, do seu irmão Delhi Assumpção formado em engenharia civil neste mesmo ano e do próprio Adeyemo Alakija “vestido com os trajes reais de chefe africano de Abeokuta” que destacamos abaixo na figura 3.

---

<sup>22</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta a África. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, pp186-187

<sup>23</sup> É possível que o casal Marcolino e Maximiana tivessem outros filhos, mas até o presente momento só consegui encontrar estes nomes. Sobre os nomes dos irmãos de Maxwell Assumpção consultamos as respectivas fontes: Jornal A Tarde 07/08/1990, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia: Revista O Cruzeiro (Rio de Janeiro) 1951, p.45. Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 2: Os irmãos Alakijas



Fonte: Capa do livro da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha. Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta a África, 1985.

Figura 3: Adeyemo alakija



Fonte: Site MASONRYTODAY.com

Link>[https://www.masonrytoday.com/index.php?new\\_month=5&new\\_day=25&new\\_year=2016](https://www.masonrytoday.com/index.php?new_month=5&new_day=25&new_year=2016)

Apesar de ter seguido o roteiro diferenciado em relação a alguns dos seus irmãos vindo estudar direito na Bahia, Maxwell mantivera contato com seus parentes do outro lado do atlântico. Vamos detalhar essas relações ao longo desta dissertação, por hora, cabe apresentar resumidamente a origem africana- iorubá da família Alakija e outras histórias de agudás da Bahia que faziam viagens regularmente para Lagos.

## A origem africana-iorubá da família Alakija e outros agudás da Bahia.

Os pesquisadores norte-americanos Donald Pierson e Lorenzo Dow Turner que estiveram em Salvador nas décadas de 1930 e 1940, e que entrevistaram a família do Maxwell, anotaram em seus trabalhos os contatos que ainda existiam entre os africanos e seus descendentes dos dois lados do atlântico, em especial, a conexão Bahia-Lagos.<sup>24</sup> Nesse sentido, Donald Pierson escreveu:

Algum contato ainda se mantém com a África, através de relações de família, embora essas relações sejam agora raras; através de visitantes africanos, principalmente indivíduos pertencentes a tripulações de navios ingleses e recrutados em Lagos; e as vezes por meio de jornais publicados na Costa Oeste ou Leste em português, inglês e mesmo em línguas africanas.<sup>25</sup>

Já na década de 1940, o linguista Lorenzo Dow Turner escreveu:

InThe state of Bahia, Brazil, the influence of the Yorubá, a people of Nigeria, West Africa. (known also as the Nagos), is every where apparent. In fact, so far as my own findings are concerned, the Yoruba influence appea to be greater than that of any other african group, though the influence of the Dahomans and Angolas is also important.<sup>26</sup>

Desde as pesquisas realizadas por Donald Pierson e Lorenzo Turner em Salvador nas décadas de 1930 e 1940, a historiografia tem se debruçado sobre às histórias de africanos e seus descendentes que por motivos diversos continuavam a atravessar o atlântico antes e depois de abolida a escravidão em 1888.<sup>27</sup> Uma das narrativas mais conhecidas é a história do famoso babalaô Martiniano Eliseu do Bomfim cujo nome em iorubá era Ójeládé. Nascido na

<sup>24</sup> Segundo o pesquisador Xavier Vatin, nas primeiras décadas do século XX, a Bahia se tornara “o laboratório predileto” para os estudos sobre a dispora africana nas Américas com a vinda dos pesquisadores Ruth Landes, Donald Pierson, Franklin Frazier, Melville J. Herskovits, Roger Bastide e Pierre Verger para Salvador. Vatin argumenta que três linhas principais nortearam os estudos destes pesquisadores: a religião do candomblé, as relações raciais e a família negra na Bahia. VER: VATIN, Xavier. Memórias atlânticas: as gravações de Lorenzo Turner na Bahia em 1940 e 1941. Livro disponível online em> [file:///C:/Users/siva2/Downloads/Memorias\\_Afro-Atlanticas\\_2017.pdf.pdf](file:///C:/Users/siva2/Downloads/Memorias_Afro-Atlanticas_2017.pdf.pdf).

<sup>25</sup> PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia: estudo de contacto racial. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1971, p.306

<sup>26</sup> **Tradução minha:** “No estado da Bahia- Brasil, a influência dos iorubás, um povo da Nigéria, África Ocidental (também conhecido como nagôs) está em todos os lugares. Na verdade, tanto quanto as minhas próprias conclusões, a influência dos iorubás parece maior do que qualquer outro grupo africano, embora a influência dos Daomeneanos e Angolas também são importantes. O material que apresentarei neste momento se relaciona exclusivamente aos iorubás”. VER: TUNER, Lorenzo Dow. Some contacts of Brazilian ex-slaves with Nigéria, West África. Artigo disponível em> <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.2307/2715089>.

<sup>27</sup> O pioneiro nos estudos sobre os Agudás da Bahia foi o pesquisador e fotografo francês Pierre Verger. Em 1951, um artigo do sociólogo Gilberto Freyre foi publicado na revista *O Cruzeiro* onde este autor utiliza fotografias do pesquisador Pierre Verger de famílias descendente de agudás, uma destas famílias é a Alakija. Verger foi também um dos pesquisadores a se comunicar com os Alakijas. Sobre o artigo de Gilberto Freyre. Ver a Fonte: Revista O Cruzeiro (Rio de Janeiro), 1951, p.44. Hemeroteca Digital Brasileira. Mais referências sobre os agudás da Bahia, VER: OLINTO, Antônio. Casa de água. Rio de Janeiro: Bloch, 1969; OLINTO, Antônio. Brasileiros na África. São Paulo: GRD, 1980; CASTILLO, Lisa Earl. Em busca dos agudás da Bahia: trajetórias individuais e mudanças demográficas no século XIX. Salvador, Afro-Ásia, n.55, 2016.

Bahia em 1859, filho dos africanos libertos Eliseu do Bomfim e Felicidade Silva Paranhos, Martiniano concedeu uma entrevista para o já citado pesquisador Lorenzo Turner em 1940, onde contou a sua autobiografia e revelou o conhecimento que tinha do “folclore e da mitologia nigeriana”, palavras de Turner.<sup>28</sup>

Chama atenção no depoimento que deu ao pesquisador Lorenzo Turner o aprendizado das primeiras letras, Martiniano revelou que seu pai, Eliseu do Bomfim, o levou para Lagos, onde lá aprendeu o inglês (em uma escola protestante) e muitos conhecimentos da diversificada cultura iorubá. Esta é uma questão interessante na medida em que revela a diversidade de escolhas e situações que estavam envolvidos os filhos dos agudás da Bahia que retornaram para Lagos na segunda metade do século XIX. Alguns, como vimos no caso do Marcolino Assumpção foram estudar Direito em Londres e na Bahia. Outros agudás estudaram inglês, latim, matemática e o português nas escolas católicas ou protestantes que existiam em Lagos desde a década 1860.<sup>29</sup>

Outro Babalaô conhecido pela historiografia é Rodolfo Manoel Martins de Andrade cujo nome iorubá era Bamboxê Obitikô. Segundo Lisa Earl Castillo, Bamboxê é considerado um dos fundadores ancestrais do terreiro Ilê Axé Iyá Nasso Oká, hoje popularmente conhecido como Casa Branca. Nascido no reino iorubá de Oyó por volta de 1820, foi escravizado já em idade adulta e enviado para a Bahia, mas em poucos anos obteve sua liberdade, Bamboxê radicou-se em Lagos, mas voltava sempre ao Brasil, ele morreu na Bahia<sup>30</sup>

Além do seu gosto pessoal por viagens (Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Lagos) outra característica importante na vida de Bamboxê Obitikô bem explorada por Lisa Castillo foi o aspecto religioso. Sacerdote de Xangô e Ifá, Bamboxê batizou vários dos seus filhos em Lagos tal como fizera outros agudás da Bahia que em seu retorno para Lagos batizaram seus filhos na igreja católica.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> Sobre a entrevista do Martiniano Eliseu do Bomfim ao pesquisador Lorenzo Dow Turner. VER: OMIDIRE, Félix Ayoh; AMOS, Alcione M. O babalaô fala: a autobiografia de Martiniano Eliseu do Bomfim. Salvador: Afro-Ásia, n.46, 2012. VER: TUNER, Lorenzo Dow. Some contacts of Brazilian ex-slaves with Nigéria, West África. Artigo disponível em> <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.2307/2715089>.

<sup>29</sup> Manuela Carneiro da Cunha destaca que as escolas protestantes eram mais procuradas em Lagos porque além de ofertar o ensino da língua portuguesa, ofertava o ensino de latim, matemática, grego, literatura, retórica e música. Cunha argumenta ainda que as escolas protestantes, se comparadas as católicas, eram mais cuidadas e o ensino era mais direcionado para as carreiras que tinham prestígio social como: Administração, Direito, Comércio etc. VER: CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta a África. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, pp. 172-173.

<sup>30</sup> CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitikô e a expansão do culto aos orixás (século XIX): uma rede religiosa afro-atlântica. Artigo disponível em> <http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n39/1413-7704-tem-22-39-00126.pdf>

<sup>31</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta a África. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.155

Mas Castillo também destaca que Bamboxê seguiu o exemplo de outros agudás quando “não abraçou o casamento cristão”. O babalaô estruturou sua família de acordo com a poligamia tradicional iorubá, ele teve pelo menos três esposas.<sup>32</sup>

Eliseu e Bamboxê foram amigos e faziam parte de uma rede religiosa afro-atlântica em torno do terreiro Ilê Axé Iyá Nasso Oká. Em 26 de setembro de 1878, Eliseu e Bamboxê voltaram juntos de Lagos para Salvador trazendo “produtos africanos” entre os quais grandes quantidades de nozes de cola.<sup>33</sup> Além da amizade, é importante destacarmos que Eliseu do Bomfim era do grupo étnico Egbá, o mesmo grupo étnico que pertencia a família do Maxwell Assumpção.

Os egbás são um grupo iorubá cujo reino é localizado no centro sul da Iorubalândia dentro da zona da floresta, à margem leste do rio Ogum. Como outros povos iorubás, os egbás foram subordinados durante muito tempo ao poder político do reino de Oyó. Contudo, por volta de 1780, os egbás se aproveitaram de disputas internas na metrópole e se rebelaram, conseguindo a sua autonomia por um tempo.<sup>34</sup>

A historiografia já deu conta de demonstrar que foram as guerras civis em diversas regiões da Iorubalândia ao longo do século XIX que provocaram à escravização dos egbás para as Américas.<sup>35</sup> Bamboxê Obitikô, Felisberto Américo Sowzer<sup>36</sup> Eliseu do Bomfim, a fundadora do Gantois Maria Julia da Conceição foram algumas das muitas vítimas sequestradas que tiveram seus destinos ligados a estes conflitos. As memórias da família do Maxwell Assumpção revelam que um membro da família foi sequestrado em uma região do território iorubá durante o período do tráfico ilegal, ou seja, após 1831. E que seus ancestrais

<sup>32</sup> Segundo Manuela Carneiro da Cunha, a poligamia era condenada pelos missionários católicos em Lagos, no entanto, os retornados brasileiros e cubanos não seguiam a ortodoxia da igreja católica e sabiam conciliar os costumes cristãos aprendidos no Brasil com as práticas tradicionais iorubás. VER: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta a África*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.158; GURAN, Milton. *Da bricolagem da memória a construção da própria imagem entre os agudás do Benin*. Salvador, *Afro-Ásia*, n.28, 2002. VER: <sup>32</sup> CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitikô e a expansão do culto aos orixás (século XIX): uma rede religiosa afro-atlântica. Artigo disponível em ><http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n39/1413-7704-tem-22-39-00126.pdf>

<sup>33</sup> CASTILLO, Lisa. O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX. São Paulo: *Revista História*, n.176, 2017, pp.10-11

<sup>34</sup> CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX. São Paulo: *Revista História*, n.176, 2017, pp.10-11.

<sup>35</sup> VERGER, Pierre. *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1992; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta a África*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.158; OLIVA, Anderson Ribeiro. *A invenção dos iorubás na África Ocidental: reflexões e apontamentos acerca do papel da história e da tradição oral na construção da identidade étnica*. Artigo disponível em >[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6223/1/ARTIGO\\_Inven%C3%A7%C3%A3oIo%20rub%C3%A1s%20na%20%C3%A1frica.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6223/1/ARTIGO_Inven%C3%A7%C3%A3oIo%20rub%C3%A1s%20na%20%C3%A1frica.pdf)

<sup>36</sup> JUNIOR, Vilson Caetano de Sousa. Felisberto Sowzer: um babalaô entre dois mundos. *Minha vida é orixá*. Vilson Caetano de Sousa Junior e Air José Souza de Jesus (Organizadores). São Paulo: Ifá, 2011, p.87. VER: CASTILLO, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés baianos*. Salvador: EDUFBA, 2008.

mais antigos pertenciam a uma linhagem real que ajudaram a construir a cidade de Abeokuta.<sup>37</sup>

Além de reivindicar uma linhagem real, algo bastante comum entre algumas famílias agudás, o que chama atenção na trajetória dos Alakijas é a valorização da sua identidade africana-iorubá.<sup>38</sup> O próprio Maxwell Assumpção escreveu um artigo em homenagem ao seu irmão Adeyemo Alakija cujo título foi: *Adeyemo Alakija: um egbá notável*. O que demonstra o orgulho que ele tinha do seu irmão e do fato de pertencer ao grupo étnico dos egbás.<sup>39</sup>

Esta valorização da identidade africana-iorubá passou também pela mudança de nome e sobrenome. Devido aos conflitos políticos e sociais com ingleses que se intensificaram a partir da década de 1890, algumas famílias iorubás abraçaram o “nacionalismo iorubá”.<sup>40</sup> Nesse sentido, uma das manifestações políticas foi a substituição de nomes e sobrenomes ingleses e portugueses pela inclusão de nomes iorubás. Segundo aponta a documentação, a inclusão do sobrenome Alakija data de 1913. Neste ano, faleceu Marcolino Assumpção, o patriarca da família, Emile Assumpção, a irmão do Maxwell, comunicou o falecimento do pai e no mesmo periódico *The Lagos Standard* anunciou sua mudança de nome e sobrenome que ficou: Adeneji Jiberu Alakija<sup>41</sup>

Em Salvador, Maxwell acrescentou o sobrenome *Alakija*<sup>42</sup> nos nomes dos seus filhos; Delhi, Cleonice e George. Ana Alakija, a neta do Maxwell, fala sobre uma conexão

<sup>37</sup> “Atualmente capital do Estado de Ogun, na Nigéria, a cidade de Abeokuta foi fundada em 1830, resultado de muitas guerras que assolaram o antigo reino de Oyó, pois o povo egbá ali encontrou refúgio. Um dos resultados do conflito foi que muitos dos egbás foram capturados e vendidos como escravos”. VER: OMIIDIRE, Félix Ayoh;

AMOS, Alcione. O babalô fala: a autobiografia de Martiniano Eliseu do Bomfim. Salvador: Afro-Ásia, n.46, 2012, p.254.

<sup>38</sup> Lisa Earl Castillo explica que um número significativo das narrativas deixadas por africanos escravizados no mundo anglófono são de pessoas que foram de descendência real, ainda segundo Castillo: “isso sugere que não era incomum que membros da realeza ou da nobreza acabassem vendidos para a escravidão nas Américas”. VER: CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitikô e a expansão dos cultos orixás (século XIX): uma rede religiosa afro-atlântica. p.142 Artigo disponível em> <http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n39/1413-7704-tem-22-39-00126.pdf>.

<sup>39</sup> Sabemos da existência deste artigo graças ao pesquisador Donald Pierson que relatou em seu livro que a família do Maxwell, sua esposa e filhos lhe mostraram uma edição do periódico Daily Times, jornal do Adeyemo Alakija, junto com fotografias dos filhos do Maxwell e de um artigo escrito por ele, Maxwell. No entanto, não sei quando Maxwell escreveu o artigo, também não tive acesso a ele. Fonte: PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia: estudo de contacto racial. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1971, p.307

<sup>40</sup> Sobre a mudança de nome e sobrenome entre os iorubás no século XIX, VER: CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, pp. 148-14; OLIVA, Anderson Ribeiro. A invenção dos iorubás na África Ocidental: reflexões e apontamentos acerca do papel da história e da tradição oral na construção da identidade étnica. Artigo disponível em> [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6223/1/ARTIGO\\_Inven%C3%A7%C3%A3oIorub%C3%A1s%C3%81frica.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6223/1/ARTIGO_Inven%C3%A7%C3%A3oIorub%C3%A1s%C3%81frica.pdf)

<sup>41</sup> Fonte: The Lagos Standard Wednesday, Ebutte Meta, 1913. Agradeço a Lisa Earl Castillo por me disponibilizar esta fonte.

<sup>42</sup> A origem da palavra Alakija teve sua origem na fundação de uma antiga cidade iorubá cujo nome era **Ikija** que se localizava perto da cidade de Ibadan, hoje a capital do Estado de Oyo. VER: ALAKIJA, Ana. Traditional

Brasil-Nigéria nas primeiras décadas do século XX que se fazia notar entre as duas famílias: a família do advogado e jornalista Adeyemo Alakija em Lagos e a família do Maxwell Assumpção Alakija na Bahia. Os dois irmãos, segundo Ana Alakija foram os principais responsáveis pela “legalização do nome *Alakija* na Nigéria e na Bahia”.<sup>43</sup>

Esta conexão Bahia- Lagos de fato existiu ao longo da trajetória do Maxwell em Salvador. Ele mantivera contato não apenas com a sua família em Lagos, mais com outros agudás que residiam em Salvador no começo do século XX, e com agudás residentes em Lagos que vinham à Bahia a negócios ou a passeio. Em 1914, por exemplo, Maxwell e o então presidente do banco agrícola de Lagos, Candido da Rocha deram um banquete aos principais representantes da imprensa baiana como veremos no primeiro capítulo.<sup>44</sup>

Apesar de ser um personagem já conhecido pela historiografia, destaco aqui o livro do antropólogo Jeferson Bacelar *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*, faltava um trabalho historiográfico mais consistente que pudesse destacar a origem africana iorubá do Maxwell Porfirio de Assumpção Alakija e ao mesmo tempo analisar sua trajetória na cidade do Salvador na Primeira República.<sup>45</sup> Está trajetória, como demonstraremos, foi marcada pela militância política em favor das pessoas negras e pobres da cidade e pela construção de uma ampla rede de sociabilidade com classes sociais diversificadas.

Portanto, a trajetória do personagem que apresentamos neste trabalho é rica em muitos aspectos. Trata-se de um africano letrado e profissional liberal, descendente da elite da família agudá e orgulhosa de seu passado africano, mas que ao decidir se estabelecer em Salvador nas últimas décadas do século XIX, foi testemunha do racismo e dos limites impostos a cidadania da população negra, não apenas na cidade em que ele vivia, como também em outras regiões do país. Ao reagir contra o preconceito de cor, ele comunicou publicamente qual era o tipo de relações sociais que desejava vivenciar; uma sociedade sem distinção de “raças”.

---

Yoruba Nobility in the African Diaspora. The Yoruba in Brazil, Brazilians in Yorubaland: cultural, encounter, resilience, and hybridity in the Atlantic World. Durham, North: Carolina Academic Press, 2017, pp.196-197

<sup>43</sup> ALAKIJA, Ana. The Traditional Yoruba Nobility in the African Diaspora. Durham, North: Carolina Academic Press. 2017, p.197

<sup>44</sup> Irei detalhar esse evento como mais detalhes nas próximas páginas desta dissertação. *Gazeta de Notícias*, 23/01/1914, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>45</sup> Referências bibliográficas sobre o Maxwell Assumpção, VER: AMOS, Alcione Meira. Os que voltaram: a história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no século XIX. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007; BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001; CRUZ, Maria Cecília Velasco. A morte de João de Adão e a memória operária. Artigo disponível em ><http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/imagens/Textos5/cruz%20maria%20cecilia%20velasco%20e.pdf>

Para contar a trajetória do Maxwell Assumpção em Salvador na Primeira República, organizei o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo destaco as redes de sociabilidade que o africano construiu com diferentes classes sociais e ao mesmo tempo analiso a valorização e a importância que ele dava a sua identidade africana-iorubá na constituição destas redes no pós-abolição.

No segundo capítulo, discuto as ações políticas do Maxwell na cidade, seu envolvimento com algumas Sociedades Benéficas, a tentativa de eleger-se deputado estadual, e a preocupação com a escolarização dos mais pobres num contexto de crise econômica e greve de trabalhadores.

No terceiro e último capítulo, analiso as cartas que o Maxwell escreveu entre os anos 1920-1924 para protestar contra a discriminação racial. Suas cartas revelam um autor bastante preocupado com a questão racial e o modo como “os homens de cor” eram tratados no Brasil no começo do século XX.

Para esta pesquisa foram utilizados os documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB): processos cíveis, inventários, lista de passageiros, solicitação de passaportes e testamentos. Na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital) foram consultados jornais, revistas e almanaques que me informaram a respeito da trajetória e movimentação do Maxwell Assumpção na cidade do Salvador durante a Primeira República.

## Capítulo 1: As redes de sociabilidade do Maxwell Assumpção.

A capacidade de construir redes de sociabilidades com diferentes classes sociais foi uma das características do Maxwell Assumpção que mais se destacam nas fontes. Os nativos de Salvador e outros agudás que viviam nesta cidade e em Lagos fizeram parte do seu círculo social. Nesse sentido, discutimos neste capítulo inicial a trajetória de um retornado agudá para a Bahia que, ao mesmo tempo que construía redes afetivas e políticas na cidade, valorizava publicamente a sua identidade africana-iorubá.

### 1.1 “A colônia Brasileira na África”.

*Nasci na capital da colônia de Lagos, de pais brasileiros; conheço bem o berço onde fui embalado aos primeiros raios de um sol argênteo e cálido. Nela recebi a minha educação primária e parte secundária, hoje, porém, estou na Bahia, onde continuando a minha educação superior, recebi na sua Faculdade Livre de Direito, em 1903, o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Socieaes.*<sup>46</sup>

Como observamos na citação, em 1903, Maxwell já estava estabelecido em Salvador e havia concluído os seus estudos na então Faculdade Livre de Direito da Bahia.<sup>47</sup> Ele e sua família viviam na Rua Siqueira Campos, n.16, localizada no bairro do Barbalho.<sup>48</sup> Não sabemos ao certo a data precisa da segunda viagem do Maxwell para Bahia, as memórias da

<sup>46</sup> Fonte: Diário de Notícias, 24/01/1905, p.2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>47</sup> A Faculdade Livre de Direito da Bahia foi fundada em 15 de abril de 1891. O termo (Livre) se justificava, porque a Faculdade não estaria mais sob o controle do Estado, como era no período monárquico. Seus Diretores, Estatutos e Programas Curriculares passaram a ser decididos pelo colegiado interno da Instituição. VER: GIDI, Antônio. Faculdade de Direito. TOUTAIN, Lúcia Maria Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves. (Organizadores).

UFBA: do século XIX ao XXI. Salvador: EDUFBA, 2010, p.241

<sup>48</sup> No registro de óbito do Maxwell consta a informação de que ele morava na Rua Siqueira Campos, n.16. Fonte: Registro de óbito, n.9, 249, p.19. Localizei esta fonte no site: FamilySearch.

família apontam para o ano de 1898, mas não foi encontrado nenhum documento que comprove esta data.<sup>49</sup>

Orgulhoso de sua terra natal- Lagos, em 1903, Maxwell escreveu um longo artigo para responder criticamente a um descendente de família agudá residente no Rio de Janeiro que revelou algumas informações sobre Lagos e a conexão que sua família mantinha com aquela cidade africana para o jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. O nome português deste agudá era João de Paiva, seu nome iorubá era Onene Cununari. O *Gazeta de Notícias* revelou as seguintes informações a respeito do João.<sup>50</sup>

O dr. João de Paiva fala admiravelmente o inglês, é brasileiro nato e filho de uma família mina que enriqueceu na Bahia. Seu pai, chefe de uma tribo na Costa Ocidental da África, foi apanhado pelos mercadores de escravos, trazido para o Brasil, onde se fez, depois de longo prisioneiro, comerciante de especiarias africanas. Esse comercio e o da feitiçaria o ajudaram tanto que Onene de Shango é hoje capitalista em Lagos.<sup>51</sup>

O *Gazeta de Notícias* reproduziu apenas as informações que seu interlocutor lhes confidenciou, não temos condições para assegurar se todas as informações biográficas sobre o médico João de Paiva são verídicas, mas, nos interessa destacar o que exatamente ele falou sobre Lagos no Rio de Janeiro que incomodou tanto o Maxwell Assumpção na Bahia. Disse João de Paiva aos jornalistas que:

Lagos ou Aouani é uma cidade da Guiné superior com cerca de seis mil habitantes, com comercio de chifre, ouro em pó, cabaras, obi, orobi, panos da costa etc. Os ingleses estabeleceram ahi o seu arguto domínio. A princípio os habitantes fizeram-lhe guerra e uma tremenda opposição. No interior então era uma calamidade, morria negro como um passarinho. Mas os dominadores mudaram de tática e fizeram dos negros chefes de tribo, autoridades inferiores, e logo esses, o egoísmo humano, passaram a servi-los com dedicação. A uma distância de algumas léguas de Lagos os negros andam de tanga, nus.

João de Paiva cita *Aouni* como uma referência direta a Lagos, mas o termo correto é *Onim*. Segundo o pesquisador Pierre Verger até o ano de 1856, Lagos era conhecida por *Onim*, termo que aparecia nos arquivos da Polícia Marítima da Bahia, após o ano de 1856, o termo *Onim*, segundo Verger, é substituído progressivamente por Lagos.<sup>52</sup>

<sup>49</sup> Consultei a Lista de Entrada de Passageiros no porto de Salvador no ano de 1898 e o nome do Maxwell não foi encontrado. É possível que a família do Maxwell em Salvador deva ter confundido o ano de sua segunda viagem para a capital baiana com a sua entrada na Faculdade Livre de Direito da Bahia. O curso de Ciências Jurídicas e Sociais tinha a duração de 5 anos, como concluiu o curso em 1903, é possível que Maxwell tenha começado as aulas em 1898.

<sup>50</sup> Em conversa com Lisa Earl Castillo, ela me explicou que a ortografia usada para este nome é distorcida, o prefixo: “One” seria na verdade “Oni” que significa: Senhor no sentido de ter posse sobre alguma coisa. Não consegui localizar nas fontes maiores informações a respeito do João de Paiva.

<sup>51</sup> *Gazeta de Notícias* (RJ) 05/12/1904, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira. Agradeço a pesquisadora Lisa Earl Castillo por me indicar esta fonte.

<sup>52</sup> VERGER, Pierre. Notes on some documents in which Lagos is referred to by the name Onim and Which mention relations between Onim and Brazil. *Journal of the historical society of Nigeria*, vol.1, n.4 (Dezembro, 1959), pp.349-350. Agradeço a Lisa Earl Castillo por me disponibilizar este artigo.

A narrativa idílica sobre Lagos contada por João de Paiva parece ter interessado os jornalistas do *Gazeta* que publicaram ainda as seguintes informações do seu entrevistado.

As 9 horas da manhã, numa paisagem de palmeiras e de azul, com baiucas no meio de extensos terrenos, onde cabras emagrecidas roem os rebentos de ervas meio estioladas, veem-se mulheres cheias de contas e anéis de prata, enroladas em cobras mansas, comendo acarajé e bebendo o refrigerante acassá. Se não bastasse, essas pretas com as cobras mansas para dar a paisagem um agradável exotismo, há ainda um sol tremendo, os enterros ao ar livre dos alufás, sacerdotes de um rito meio islâmico, e as procissões selvagens do egun, com feiticeiros tremendo, gritando palavras cabalísticas e agitando ossos humanos.<sup>53</sup>

Notamos que pela descrição que faz de Lagos, João de Paiva não simpatizava com a cidade e nutria preconceitos em relação aos habitantes dela. Ele disse ao jornalista que em Lagos: “come-se até carne seca que aqui se põe fora, a podre, a ardida, com bicho. No dia das descargas os negros ficam a espera aos magotes, sorrindo”. E ainda acrescentou: “Eh! Eh! Comida brasileira! E não se pode imaginar o lucro, a renda dos negociantes”.<sup>54</sup>

É possível compreender o discurso de João quando analisamos a posição social que ele ocupava no Rio de Janeiro. Médico, ele teve acesso à educação superior e seguramente era influenciado por aquilo que lia nos noticiários da imprensa carioca, muitas matérias procuravam destacar a África e os africanos como selvagens, bárbaros e incivilizados.<sup>55</sup> Entre janeiro e março de 1904, as reportagens do jornalista Paulo Barreto cujo pseudônimo era João do Rio (1881-1921), sobre o candomblé e seus adeptos foram publicadas no *Gazeta de Notícias*. O conteúdo das reportagens que viraram o livro *As religiões do Rio* foi um sucesso tão significativo que antes mesmo do final do ano de 1904, a obra foi publicada pela tradicional e prestigiosa livraria Garnier.<sup>56</sup>

O livro *As religiões do Rio* é uma fonte muito interessante e reveladora do olhar que a imprensa e as elites do Rio de Janeiro mantinham em relação aos africanos e seus descendentes na Primeira República. Existia muitos preconceitos em relação aos costumes dos africanos na cidade, mas existia também muita curiosidade pelo estilo de vida deles, sobretudo, no que dizia respeito ao aspecto religioso. Nesse sentido, o próprio João do Rio reconheceu esta curiosidade quando escreveu:

É provável que muita gente não acredite nem nas bruxas, nem nos magos, mas não há ninguém cuja vida tivesse decorrido no Rio sem uma entrada nas casas sujas onde

---

<sup>53</sup> Ibid., op. cit.

<sup>54</sup> Ibid., op. cit.

<sup>55</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp.57-62

<sup>56</sup> RODRIGUES, João Carlos (apresentação). *As religiões no Rio: João do Rio*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2006.

se enrosca a indolência malandra dos negros e das negras. É todo um problema de hereditariedade e psicologia essa atração mórbida.<sup>57</sup>

Outros jornalistas que trabalhavam para o *Gazeta de Notícias*, a exemplo do João do Rio, não escaparam desta “atração mórbida” pelos costumes da população negra na cidade. Portanto, as informações trazidas sobre Lagos por João de Paiva foram interessantes para os jornalistas do *Gazeta* que não sabiam, por exemplo, que existia uma comunidade de brasileiros vivendo em Lagos.

O Dr. João de Paiva, depois dessas interessantes revelações, acabou avaliando a colônia Brasileira em Lagos em 2.000 pessoas, e achando muito seriamente que nós devemos ter lá um representante, um cônsul do Brasil. Quem seria capaz de acreditar que o Brazil tivesse uma colônia na costa da África?<sup>58</sup>

Nos parece que João de Paiva viajava para Lagos somente a passeio para visitar seus parentes, nesse sentido, não conseguiu construir vínculo afetivo com aquela cidade a exemplo do Maxwell Assumpção que lá nasceu e viveu a sua infância. O advogado africano leu e interpretou o relato do João como ofensivo e injusto. Em janeiro de 1905, ele escreveu um longo artigo que foi publicado no *Diário de Notícias* para corrigir e criticar algumas informações que o João de Paiva revelou a respeito de sua terra natal, como se lê a seguir:

Pesa sobre mim a difícil, porém, honrosa tarefa de defender a colônia inglesa de Lagos das injustas referências a ela feitas por um daqueles que, como o sr. Béguerie, favores recebem e para se tornarem celebres, adulteram, cômicos de um prompto renome, a reputação, o credito e o próprio caracter de um povo. Neste número está o sr. João de Paiva. Este moço, que, pelas suas narrativas, mostra ter vivido muito tempo em Lagos, foi injusto, incoerente e precipitado em sua descrição, na qual provou desconhecer por completo a florescente e majestosa cidade. Se não é assim, vejamos. Lagos, capital da colônia inglesa do mesmo nome, está situada na África Ocidental e é chamada pela metrópole “The Liverpool of West África” em vista de seu grande e florescente comercio. Os seus habitantes, que sobem de 75 a 80.000 almas, pertencem a diferentes raças como sejam: as raças africanas e seus descendentes, europeus e seus descendentes, brasileiros e seus descendentes.<sup>59</sup>

Com a autoridade de quem conhece bem o lugar de nascimento, Maxwell se dispôs a defender Lagos publicamente de muitas maneiras, a primeira estratégia foi elogiar o ensino da então colônia inglesa.

As instruções primarias e secundarias se acham tão generalizadas entre os lagoneses e os outros povos oriundos da outra parte da África residentes em Lagos que a própria metrópole não cessa de elogiar a cultura intelectual destes povos de além mar. Não tem Lagos escolas de direito e medicina, mas possui a de engenharia que prepara um pessoal técnico para o engrandecimento de uma pequena pátria futura, bem como o ensino pratico de agronomia. Em Londres ou Durham preparam-se os médicos e juristas que, em Lagos fazem seus preparatórios no High ou Grammar Schools e seguem com destino a uma profissão de sua escolha. E não se diga que

---

<sup>57</sup>Ibid, p.50.

<sup>58</sup> Ibid., op. cit.

<sup>59</sup> Diário de Notícias, 24/01/1905, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Agradeço a Lisa Earl Castillo por me apresentar esta fonte.

estes homens de letra sejam em maioria descendentes de europeus ou de brasileiros, não: são descendentes dos aborígenes da África.<sup>60</sup>

Maxwell sabia que um dos argumentos utilizados para desqualificar os africanos no Brasil era a “inexistência de cultura e escolarização” no continente africano. Por isso a necessidade de explicar para o público baiano que em Lagos existiam escolas de qualidade que preparavam os estudantes para o exercício da sua profissão. Ele chega a comparar o ensino de Lagos e do Brasil. E constata que o descuido para com a escolarização fazia parte, na verdade, da realidade social dos brasileiros e dos “latinos”.

Os brasileiros e os outros povos latinos são, infelizmente, os que mais se descuidam da educação de sua prole, notando-se mesmo uma falta absoluta de homens profissionais entre os seus descendentes. Se realmente, o dr. João de Paiva conhece Lagos, deve ele conhecer os seus colegas, filho desta terra, moços notáveis como os drs. Randle Johnson, Obassa, os advogados dr. Lapara, Williams, Leader do Tribunal de Lagos, Samuel, Shyngle; os doutores em teologia: Jhonson Samuel e bispos Oluwole; os professores Henry Carr e David Euba; os jornalistas J.P Jackson, redator do (Lagos Weckly Record) e William, redator do “Lagos Standard”.<sup>61</sup>

O Reverendo Samuel Johnson (1846-1901) citado por Maxwell, na verdade não nasceu em Lagos, mas em Serra Leoa. Segundo seus biógrafos, seu pai Henry Johnson nasceu no reino de Oyo, lá foi capturado e vendido como escravo. Durante a viagem em direção às Américas, o navio foi libertado pela Marinha Real Britânica e levado para Freetown em Serra Leoa. Em 1857, os pais do Samuel Johnson, Henry e Saray Johnson decidiram deixar Serra Leoa com seus quatro filhos em direção a Ibadan, cidade hoje localizada no oeste da Nigéria. Foi nesta cidade que Samuel estudou na Sociedade Missionária da Igreja (CMS) de tradição cristã. Na década 1880, Samuel Johnson começa a reunir informações sobre a história dos iorubás que resultou no livro intitulado: *The history of the yorubas from the earliest times to the beginning of the British Protectorate*.<sup>62</sup>

Além de tentar provar que em Lagos existiam homens distintos intelectualmente, ele corrigiu algumas informações sobre Lagos ditas erroneamente por João de Paiva. Uma das informações equivocadas dizia respeito a região de Porto Belo, onde, segundo Paiva vivia “uma grande colônia Brasileira composta de capitalistas coloridos de Lagos”. Reagindo a esta informação com ironia Maxwell escreveu:

<sup>60</sup> Ibid., op. cit.

<sup>61</sup> Ibid., op. cit.

<sup>62</sup> Sobre a trajetória do Reverendo Samuel Johnson, VER: PALMIÉ, Stephan. O trabalho cultural da globalização iorubá. Artigo disponível em > <http://www.scielo.br/pdf/rs/v27n1/a04v27n1.pdf>  
OLABIMTAN, Kehinde Olumuyiwa. Samuel Johnson of yoruba land, 1846-1901: religio-cultural identity in a changing environment and the making of a mission agente. Tese disponível em > [https://researchspace.ukzn.ac.za/bitstream/handle/10413/1051/Olabimtan\\_KO\\_2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://researchspace.ukzn.ac.za/bitstream/handle/10413/1051/Olabimtan_KO_2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Não existe em parte alguma de Lagos, nem mesmo nos seus arredores, o Porto Bello, de que fala o sr. Paiva. As pequenas cidades que, no seu conjunto formam a colônia de Lagos são: Lagos Capital, Badagry, Leckie, Palmas, Bruce Island, Topo, residência sanitária dos padres católicos, Apopa, Oyibo, terra firme que é ligada à ilha de Puce por uma ponte de ferro e esta ilha por sua vez á de Lagos, por outra, pontes estas sobre as quais passa uma estrada de ferro para os diversos protetorados que o governo inglês de Lagos possui na África Central. Onde esta, portanto, este Porto Bello de que fala o dr. Paiva, com os capitalistas coloridos de Lagos? Não creio que se ouviu naturalmente cantar o galo, mas não sabia de onde.<sup>63</sup>

Como assinala Maxwell, Porto Belo era na realidade Porto Novo, a capital da então colônia francesa do Daomé. Atualmente, Porto Novo é a capital oficial do Benin, e é a segunda maior cidade deste Estado, sendo superada em importância comercial e industrial por Cotonu.<sup>64</sup> Quando Maxwell escreveu o artigo em 1905, Porto Novo havia sido incorporada pela administração colonial francesa, da qual se tornou capital em 1900. Portanto, ele aproveita a oportunidade para explicar o conflito entre os nativos do antigo reino do Daomé na luta contra os franceses que resultou na morte de muitos africanos.

O seu Porto Bello me parece ser Porto Novo, capital da colônia francesa do Dahomey, para onde afluem alguns brasileiros e seus descendentes de Ajuda, outrora colônia Portuguesa. Os negros que, para o dr. Paiva, na África Central morriam como passarinhos, eram aqueles vultos que via o dr. Quixote de la Mancha na sua fantástica imaginação em um momento de entusiasmo pela sua Dulcineia de Toboso No Dahomey, durante a guerra com a França, era muito natural que morressem muitos negros, em consequência da guerra, por serem mais fortes os franceses; mas adulterar os fatos, é uma ofensa a todos os princípios da moral e da verdade.<sup>65</sup>

Ao longo da narrativa, Maxwell foi corrigindo as informações sobre Lagos no que se refere ao comércio, crença religiosa, população e seus costumes. As informações que ele trouxe são sinais evidentes de um agudá que conhecia muito bem a história do seu lugar de nascimento e que tinha orgulho de pertencer à sua terra natal. Destacamos alguns trechos do seu artigo.

#### Sobre o comércio em Lagos.

O comercio de Lagos consiste em grande exportação para a Inglaterra e Alemanha, de algodão, coquinhos, azeite de palma, marfim, mandioca etc; e o de importação é como o de qualquer nação culta. Os obis ou Kolas são frutos muito conhecidos nas praças do Brasil, já pelas suas propriedades químicas, já pelo uso supersticioso que deles fazem os feitichistas que, infelizmente, ainda infestam parte desta terra explorando a ignorância do povo menos educado.<sup>66</sup>

#### Crença religiosa.

<sup>63</sup> Diário de Notícias, 24/01/1905, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>64</sup> SOUMONNI, Elisée. Daomé e o mundo atlântico. Livro disponível em >  
<http://www.joaoferreiradias.net/wp-content/uploads/2013/06/Daome-e-o-mundo-atlantico.pdf>

<sup>65</sup> Ibid., (1905) p.2

<sup>66</sup> Ibid., op. cit.

Os Alufás, a que alude o dr. Paiva, são sacerdotes da religião mahoemetana pelo Estado reconhecido, e eles tem a sua Mesquita e seu representante diplomático, enviado pela Turquia, chamado Bey. O feitichismo não é permitido e a sua prática é vedada em Lagos; notam-se, entretanto, longe do perímetro urbano, alguns feitichistas desgarrados que fogem da perseguição dos policemen. Na capital de Lagos, há uma guerra ferrenha contra o idolatrismo por parte dos cristãos e maometanos. As raparigas Lagoenses, cristãos e maometanas evitam o contato das Keferis Cidoltras.<sup>67</sup>

#### A população de Lagos.

A colônia brasileira de Lagos, avaliada em 2 mil pessoas pelo dr. Paiva, não passa de 800 almas, inclusive seus descendentes. S.S não entendeu bem a psicologia dos africanos da Bahia e de Pernambuco, eles voltam para a África levados pela nostalgia de uma longa ausência da pátria e não com o fito de ostentação, mas, infelizes! Quando lá chegam a realidade se lhes estampa aos olhos pela impossibilidade de verem o berço de onde saíram expatriados pelo destino. Os grandes capitalistas de Lagos são os próprios Lagonenses e serra-leonenses, entre os quais figuram o Honorable Charles, George J.P, R.B Blaize, L.B Williams e outros. Se o dr. Paiva fosse mais observador, viria que, como o latino, são pelo menos os serra-leonenses os elimnas e os lagonenses que ostentam luxo que fazem admirar aos estrangeiros visitantes.<sup>68</sup>

A narrativa apresentada nos parágrafos acima foi escrita por um autor que estava comprometido em destacar informações precisas sobre Lagos. Filho de brasileiros que viajaram para se estabelecer naquela cidade africana, Maxwell sabia dos sofrimentos e problemas que seu pai e outros retornados do Brasil precisaram enfrentar para se estabelecerem em Lagos. Portanto, é nesse sentido que também devemos observar o desconforto dele com as palavras do João de Paiva que, ao seu entender, eram “injustas” por não representarem a verdade.

Não sabemos exatamente como Maxwell teve acesso ao *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, tão pouco se conhecia João de Paiva. Mas sabemos que o advogado africano lia bem os jornais que circulavam em Salvador e em outros estados do Brasil na Primeira República, questão que iremos destrinchar nos próximos capítulos desta dissertação.

A discordância com o sr. João de Paiva não foi o único exemplo em que Maxwell demonstrou publicamente seu orgulho por ter nascido em Lagos. Outras oportunidades surgiram. Em junho de 1910, Maxwell e um pequeno grupo de agudás em Salvador escreveram uma carta de condolência dirigida ao Secretário de Estado das Colônias Inglesas pelo falecimento do Rei Eduardo VII, em maio de 1910. Assinaram a carta, Maxwell e mais

---

<sup>67</sup> Ibid., op. cit.

<sup>68</sup> Ibid., op. cit.

seis pessoas, seus nomes: Hippolito M. Reis, Cipriano S. Mendes, Francis J. Cardoso, Francisca P. da Costa, Sauriana Souza e John J. Cardoso.<sup>69</sup>

Vejamos o conteúdo da carta escrita em inglês.

Enclosed, you will please find a letter of condolence addressed through our Consul in Bahia, to the Secretary of state for the Colonies in England, by the Lagosians here resident, was, on their behalf chosen to tender our sympathy to the bereaved Royal Family and the Nation, and to represent them in the funeral services which was celebrated at the Church of England on the 20 ultimo... We, the British sūdites of Lagos, the Colony of Southern Nigeria, impressed by the premature loss of our most gracious sovereign, king Edward VII, our sincerest condolence and sympathy with the Royal Family and the nation<sup>70</sup>

O grupo se apresenta como “súditos britânicos de Lagos”, eram pessoas residentes em Lagos que estavam em Salvador e reconheciam a política colonialista dos britânicos naquela cidade africana. Hippolito M. Reis, um dos agudás que assinaram a carta de condolência era filho de Manoel Joaquim dos Reis, o padrinho de batismo do Maxwell Assumpção, o que demonstra ligações familiares entre eles.<sup>71</sup> Cabe destacar que o advogado africano parecia exercer liderança neste grupo. Ele mesmo disse que foi escolhido pelos demais para escrever às condolências. Além da carta, Maxwell escreveu um pequeno poema em homenagem ao Rei falecido.

He died, untimely dead  
In God, roots as in life.  
His soul that men has lov'd.  
Sleep I thine was peace strict.<sup>72</sup>

A fonte *The Nigerian Chronicle* onde foi publicado às condolências e o poema era um dos periódicos que circulavam em Lagos no começo do século XX. Existiam outros jornais como o *Lagos Weekly Record*, *Lagos Observer*, *The Eagle and Lagos*, *The Lagos Standard*, *The Nigerian Daily Times*.<sup>73</sup> O proprietário deste último periódico era Adeyemo

<sup>69</sup> Infelizmente, não encontrei maiores informações sobre os outros agudás. Fonte: *The Nigerian Chronicle*, 19/08/1910, p.3. Agradeço a Lisa Earl Castillo por me disponibilizar esta fonte.

<sup>70</sup> **Tradução minha:** “Em anexo, você encontrará uma carta de condolências dirigida, através do nosso cônsul na Bahia, ao Secretário de Estado das Colônias da Inglaterra, pelos habitantes de Lagos aqui residentes. Foi, em seu nome, escolhido para oferecer nossa simpatia à família real enlutada e à nação. E para representá-los nos serviços funerários que foram celebrados na Igreja da Inglaterra no dia 20 ultimo. Nós, súditos britânicos de Lagos, a Colônia do Sul da Nigéria, lamentamos a perda prematura de nosso mais gracioso Soberano, o rei Eduardo VII nossa mais sincera condolência e simpatia com a família real e a nação”. A fonte apresenta algumas partes ilegíveis.

Fonte: *The Nigerian Chronicle*, 19/08/1910, p.3

<sup>71</sup> No registro de batismo de Porfírio Assumpção (Maxwell) consta o nome do seu padrinho, Manoel Joaquim dos Reis. Fonte: Livro de batismo dos missionários católicos em Lagos, 1871.

<sup>72</sup> **Tradução minha:** “Ele morreu, prematuramente morto. Em Deus, raízes como na vida. Sua alma que os homens amam. Sono teu foi em paz”. Fonte: *The Nigerian Chronicle*, 19/08/1910, p.3

<sup>73</sup> Sobre alguns periódicos de Lagos no começo do século XX, VER: SILVA, Angela Fileno. *Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

Alakija, irmão do Maxwell Assumpção, personagem que apresentamos na introdução deste trabalho. Alguns destes periódicos eram lidos por Maxwell e por outros agudás em Salvador na Primeira República, estes jornais eram fontes importantes para saber notícias de Lagos, da metrópole britânica e de outras partes do mundo.<sup>74</sup>

O relacionamento que Maxwell construiu com outros agudás em Salvador foi uma realidade comum ao longo da sua trajetória na cidade baiana. Foi nesta rede de sociabilidades que envolviam pertencimento étnico e interesses políticos que ele e seu amigo Cândido da Rocha ofereceram um banquete a imprensa de Salvador.

## 1.2 O banquete a imprensa.

O banquete aconteceu às 16:00 horas no restaurante *Café São Paulo* localizado na Praça 15 de Novembro, no Pelourinho. A finalidade do banquete era Cândido ser apresentado por Maxwell aos jornalistas de Salvador.<sup>75</sup>

Segundo a tradição oral da família da Rocha, Cândido João da Rocha (1867-1959) era o filho mais velho do casal João Esan da Rocha e Luiza Angélica Nogueira. Seu pai, João Esan foi capturado em território iorubá quando ainda era uma criança e vendido como escravo para a Bahia. Durante a sua escravidão na Bahia, João Esan conheceu e se apaixonou pela escrava africana Luiza Angélica Nogueira cujo nome iorubá era Aigbedowy. Eles se casaram na Bahia e um tempo depois João Esan conseguiu comprar à sua própria liberdade e a de sua esposa. Na década de 1860, João Esan partiu para Lagos sozinho deixando em Salvador sua esposa e seu primeiro filho Cândido da Rocha, que nasceu em outubro de 1867. Quando conseguiu sua estabilidade financeira em Lagos, Esan mandou buscar sua esposa e filho.<sup>76</sup>

Cândido da Rocha trabalhou no ramo de finanças, hotelaria, comércio de ouro e foi também proprietário de várias casas e terrenos em Lagos. A corrida de cavalos era seu esporte

---

<sup>74</sup> O pesquisador norte-americano Donald Pierson quando esteve em Salvador na década de 1930, reconheceu que alguns jornais de Lagos eram lidos por alguns africanos e seus descendentes na cidade. VER: PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia: estudo de contacto racial. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1971, p.307.

<sup>75</sup> Na década de 1910, o restaurante *Café São Paulo* era um ponto de encontro que reunia personalidades de classes sociais distintas na cidade, estudantes de direito, advogados, jornalistas, políticos e médicos costumavam fazer suas celebrações ali. Foi neste restaurante que em novembro de 1914 os professores da Faculdade de Medicina da Bahia brindaram a nomeação do novo presidente da Faculdade o dr. Augusto Cezar Viana que substituiria o dr. Deoclásiano Ramos. Fonte: Gazeta de Notícias, 23/01/1914, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>76</sup> O casal João Esan e Luiza Angélica Nogueira teriam mais três filhos nascidos em Lagos: Moisés João, Joana e Josefina. VER: AMOS, Alcione Meira. Os que voltaram: a história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no século XIX. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007, p.111.

favorito, e em 1891 ele fundou um clube de corrida de cavalos puro sangue em Lagos. Já em 1901, Cândido comprou uma propriedade na Rua *Marina* que era uma das regiões mais elegantes de Lagos, lá residiam algumas das famílias iorubás mais ricas da região. Sobre a *Marina*, o próprio Maxwell escreveu um poema em abril de 1897 para homenagear aquela localidade:

Night the Christian tower sweetly bends.  
Beneath its shade (broad) Marina extends.  
Along dark silent trees whose shades, dim,  
Pause on the swift tide of a purling stream.  
Pale, sunless evening star, on the yonder sky  
And sweet Apapa casts a look below.<sup>77</sup>

Em 1914, o então presidente do banco agrícola de Lagos, Cândido da Rocha estava a passeio em Salvador visitando seu amigo poeta. Manuela Carneiro da Cunha assinala em seu livro *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta a África* que Cândido da Rocha vinha regularmente a Bahia a cada dois ou três anos visitar seu tio. E que este tio que morava na Bahia ia vê-lo em Lagos.<sup>78</sup> É provável que a amizade entre Maxwell e Cândido tenha começado em Lagos, especificamente na Rua Marina, pois, pela descrição poética que Maxwell fez daquela localidade, ele pode ter vivido lá ou sua família tinha algum negócio naquela região.<sup>79</sup>

A ideia para a realização do banquete partiu do próprio Maxwell. Estiveram presentes os jornalistas Silva Freire do (*Diário da Bahia*), Arthur Nova (*A Tarde*), Apolinário dos Anjos (*Diário de Notícias*), Edgar Brito (*O Correio*), Oscar de Souza Gallo (*Jornal Moderno*), Ismael Ribeiro (*Gazeta do Povo*), Octavio Santos (*O Estado*), Antônio Viana e Miguel Paranhos (*Jornal de Notícias*) e o major Cosme de Farias do (*Gazeta de Notícias*).<sup>80</sup>

O periódico *Gazeta de Notícias* destacou que o banquete ocorreu na maior cordialidade. Depois do almoço, foi servido o champanhe e então falou o sr. Cândido da

---

<sup>77</sup> **Tradução minha:** “Noite a torre cristã se dobra docemente. Sob sua sombra (ampla), Marina se estende. Ao longo de árvores escuras e silenciosas, cujas sombras, escuras. Faça uma pausa na maré rápida de um riacho de purling. Estrela da noite pálida e sem sol, no céu além. E o doce Apalpa lança um olhar abaixo” .VER: ECHERUO, Michael J.C. Victorian Lagos: aspects of Nineteenth Century Lagos Life. University of Ibadan, Nigéria, 1977, p.19

<sup>78</sup> Manuela Carneiro da Cunha não cita o nome do tio de Cândido. VER: CUNHA, Manuela Carneiro. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta África*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.123

<sup>79</sup> Não encontrei documento histórico que comprove se Maxwell ou seus parentes viveram na Marina, mas pela descrição que Maxwell apresenta no poema, é provável que tenham tido algum negócio naquela região já que a Marina tinha acesso ao cais e o comércio era comum naquela região. VER: ECHERUO, Michael J.C. Victorian Lagos: aspects of Nineteenth Century Lagos Life. University of Ibadan, Nigéria, 1977.

<sup>80</sup> *Gazeta de Notícias*, 23/01/1914, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

Rocha oferecendo o banquete a imprensa baiana. “Delegado pelos seus companheiros presentes falou o sr. Antônio Viana, do *Jornal de Notícias* que agradeceu a gentileza do sr. Cândido da Rocha, fazendo-lhes elogiosas referências”.<sup>81</sup>

Os convidados do Maxwell e Cândido tinham uma importância significativa para o funcionamento da imprensa local. Os redatores-chefes controlavam a pauta diária das matérias, a publicação ou não das notícias dependiam da revisão e assinatura deles.<sup>82</sup> Em 1913, um ano antes do banquete, parte da imprensa de Salvador comemorava o primeiro aniversário da revista *Saco de Gatos* que era uma realização dos membros da Associação de Imprensa. O almoço aconteceu no mesmo restaurante *Café São Paulo* localizado na Praça 15 de novembro.<sup>83</sup> Dos jornalistas convidados por Maxwell, três fizeram parte da primeira Comissão da Associação de Imprensa: José Joaquim Silva Freire, Oscar de Souza Gallo e Israel Ribeiro.<sup>84</sup>

Na década de 1910, o restaurante *Café São Paulo* era um ponto de encontro que reunia a elite letrada de Salvador; estudantes de direito, advogados, jornalistas, políticos e médicos lá costumavam fazer suas celebrações. Foi neste restaurante que em novembro de 1914, os professores da Faculdade de Medicina da Bahia brindaram a nomeação do novo presidente da Faculdade o dr. Augusto Cezar Viana que substituiria o dr. Deoclesiano Ramos.<sup>85</sup>

Podemos especular que Maxwell preparou e escolheu com cuidado o lugar do banquete. Ele estava agindo no sentido de agradar e impressionar os seus convidados.

---

<sup>81</sup> Foi servido no banquete: creme á portuguesa, salada de ostras, peixe á baiana, leitão com molho de tomate, galinha com molho branco, costelas de leitão à milanesa, carneiro de forno com vargens, vinhos, doces, queijos e frutas. Fonte: Gazeta de Notícias, 23/01/1914, p.2 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>82</sup> Segundo a historiadora Meire Lúcia Alves dos Reis, os jornais mais lidos no período Republicano eram os mais antigos Diário da Bahia, Diário de Notícias e depois o jornal A Tarde fundado em 1912. Sobre a imprensa baiana no contexto da Primeira República, VER: REIS, Meire Lúcia Alves. A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia, 2000; FILHO, Alfredo de Carvalho. Jornalismo na Bahia (1875-1960) Revista do IGH, N.82, 1958-1960; FERREIRA, Maria do Socorro Soares. A Tarde e a construção dos sentidos: ideologia e política (1928-1931). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal da Bahia, 2002.

<sup>83</sup> Gazeta de Notícias, 30/09/1913, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>84</sup> Em agosto de 1913, quatro meses antes do almoço oferecido por Maxwell, foi inaugurada a *Associação de Imprensa* em Salvador na sala do Grêmio Literário localizado na Rua Chile, perto da praça Castro Alves. Na ausência de alguns diretores, tomaram a palavra os redatores chefes que ficaram responsáveis também por dirigir a Associação. A primeira comissão era formada pelos jornalistas José Joaquim Silva Freire, Oscar de Souza Gallo e Israel Ribeiro. A *Associação* tinha um caráter beneficente e de socorro mútuo aos seus associados, era também objetivo da Associação: “*levantar o prestígio da classe acabando com os desacatos pessoas entre trabalhadores de imprensa e provocando a harmonia e solidariedade de todos os companheiros*”. Os jornalistas aprovaram o estatuto que pode ser consultado na seguinte fonte: Gazeta de Notícias, 26/09/1913, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>85</sup> A Notícia, 24/11/1914, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

Aparentemente, o esforço deu certo, passados alguns dias após o banquete, Cosme de Farias escreveu as seguintes considerações a respeito do Cândido da Rocha:

Há dias no café *São Paulo*, passei duas horas alegres palestrando com mister Candido da Rocha. Ali, ele se achava em companhia de seu velho amigo dr. Maxwell Porphyrio da Assumpção, talentoso advogado nesta capital, quando eu apareci. É um tipo de perfeito cavalheiro, que sabe lutar e vencer. Fazendo do trabalho honesto a sua grande religião, depois que deixou esta terra que é o seu berço natal, instalou-se em Lagos conseguindo em breves anos fazer uma boa fortuna. Agora vive passeando a desfrutar, o produto dos seus esforços. Fala com sinceridade e tem sempre para todos uma palavra de animação.<sup>86</sup>

A trajetória de vida de Cândido da Rocha impressionou Cosme de Farias que, continuando a sua narrativa, ainda destacou:

O mundo, no seu dizer, é um imenso campo de combate, onde a vitória pertence ao que tiver mais coragem. E mister Rocha tornou-se feliz porque nunca permitiu que o desânimo invadisse seu organismo. Esse homem perseverante e sério é digno de ser imitado pelos moços de sua pátria.<sup>87</sup>

O jornal *A Tarde* publicou uma pequena nota sobre o banquete no restaurante *Café São Paulo* onde confirmou as informações do Cosme de Farias a respeito do Candido:

Está nesta cidade em viagem de recreio, desde algumas semanas, o sr. Candido da Rocha, presidente do “Agricultura Bank of Lagos”. O sr. Rocha, que é bahiano de nascimento foi para Lagos, ainda criança, educando-se, depois, na Inglaterra conquistando em seguida posição de destaque no commercio de sua terra. Antehontem, ofereceu no Café S. Paulo um almoço de despedidas aos representantes da imprensa bahiana, sendo saudado pelo sr. Antônio Vianna, do Jornal de Notícias.<sup>88</sup>

Maxwell Assumpção e Cândido da Rocha estavam se mobilizando para demarcar seus lugares sociais numa sociedade pós-escravista marcada pelas relações sociais de compadrio, clientelismo e, sobretudo, racista. Ao convidar os representantes da opinião pública de Salvador, eles estavam tentando construir redes de solidariedade política com pessoas socialmente influentes que poderiam favorece-los em alguma oportunidade. Podemos especular também que, ao apresentar Cândido da Rocha aos representantes da imprensa baiana, Maxwell estava tentando demonstrar que existiam “homens de cor” ricos e letrados em África que não se encaixavam no perfil que a própria imprensa baiana trazia em seus editoriais ao destacar o continente africano como bárbaro, selvagem e incivilizado durante a Primeira República.<sup>89</sup>

<sup>86</sup> Gazeta de Notícias, 30/01/1914, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>87</sup> Ibid., p.2

<sup>88</sup> A Tarde, 24/01/1914, p.3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>89</sup> REIS, Meire Lúcia Alves. A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2000; FERREIRA, Maria do Socorro Soares. A Tarde e a construção dos sentidos: ideologia e política (1928-1931). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

Presente no banquete, chama atenção a figura do major Cosme de Farias que em 1914 era o editor chefe do *Gazeta de Notícias*. Nascido no subúrbio de Salvador em 1875, filho do comerciante de madeira Paulino Manuel e da dona de casa Júlia Cândida de Farias, Cosme de Farias se destacou na sociedade baiana no período republicano graças a sua militância política contra o analfabetismo e na defesa aos mais pobres da cidade. Não é difícil encontrar notícias sobre às ações sociais do major. Em 1913, Cosme de Farias e o jornalista do *Diário de Notícias*, Apolinário dos Anjos lideraram um movimento intitulado: *Comitê Popular contra a Carestia de Vida* em Salvador que tinha por finalidade cobrar do poder público municipal feiras livres em diversos pontos da cidade e a queda nos preços dos gêneros alimentícios que eram indispensáveis a população pobre como a carne seca, feijão preto, farinha, arroz e café.<sup>90</sup>

Em fevereiro de 1915, os advogados Maxwell Assumpção e Cosme de Farias trabalharam juntos num mesmo caso. Na manhã do dia vinte e quatro de fevereiro daquele ano, o canadense Thomas Stuart Mac Neil atirou contra a vida dos cubanos e seus funcionários Manoel Tojeiro e Benigno Ballera, matando o primeiro e ferindo o segundo. O periódico *A Notícia* que cobriu o caso, destacou que Thomas Stuart alegou que foi roubado pelos seus funcionários a quantia de 200\$000 contos de réis e 460 dólares. Ao saber que seus funcionários iriam fugir para Buenos Aires, ele entrou em contato com seu advogado, Maxwell Assumpção, que lhe passou o número do telefone da polícia do porto “a quem narrou o ocorrido e pediu que fosse o embarque impedido”.<sup>91</sup>

O Comerciante Thomas Stuart, ao passar pelo restaurante *Café Suíço* localizado na cidade alta, viu que seus dois funcionários Manoel Tojeiro e Benigno Ballera estavam bebendo cerveja “e lhes interpelando sobre o dinheiro foi agredido com palavras e ameaçado por Manoel Tojeiro”. Thomas sacou o revólver e deu vários tiros contra eles acertando Manoel na clavícula e pulmão, já Benigno teve mais sorte e foi atingido de raspão no braço.<sup>92</sup>

No dia primeiro de março de 1915 começou o inquérito sobre o assassinato. Compareceram na delegacia os advogados de defesa Cosme de Farias, Maxwell Assumpção e

---

<sup>90</sup> Maiores informações sobre o Comitê da Carestia de Vida, Ver a fonte *Gazeta de Notícias* 18/03/1913, p.2; 26/03/1913, p.1; 01/04/1913, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira; VER: CASTELLUCCI, Aldrin. Industriais e operários baianos numa conjuntura de crises (1914-1921). Salvador: Fieb, 2014.

<sup>91</sup> Thomas Stuart era um negociante de (chapéu panamá) e em 1915 estava em Salvador a trabalho hospedado no hotel *Sul Americano*. O *chapéu panamá* teve sua origem no Equador na segunda metade do século XIX, mas se popularizou mesmo no começo do século XX na América Central. O chapéu era bastante usado, sobretudo, pelo sexo masculino e teria ganhando esse nome (*Chapéu Panamá*) graças a uma visita do então senador norte-americano Franklin Theodore Roosevelt na inauguração do Canal Panamá em 1914. Fonte: *A Notícia*, 25/02/1915, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>92</sup> *Ibid.*, p.1

algumas testemunhas. O delegado Ariston Martinelli tinha ordenado a identificação criminal do acusado, o que provocou uma reação contrária dos advogados de defesa que “enviaram uma petição reclamando contra essa medida, uma vez que somente depois de condenado é que poderia ser legalmente criminoso”. O delegado Ariston então indeferiu o pedido, “recorrendo, ex- ofícios do seu despacho para o chefe de polícia”.<sup>93</sup>

Manoel Tojeiro, o cubano assassinado, já havia cometido outros crimes, alguns dias antes de morrer ele tinha roubado o comerciante Antônio Leite na Baixa dos Sapateiros. Na delegacia, Manoel disse não reconhecer o comerciante nem as assinaturas das pessoas que reconheceram os atos criminosos dele na região.<sup>94</sup> Depois de sua morte, o juiz da vara de ausentes oficiou ao chefe de polícia informações sobre o hotel onde ele esteve hospedado “afim de se proceder a arrecadação do seu espólio”. Feita a arrecadação dos seus bens, foi encontrada uma mala que levada a delegacia foi “competentemente selada”.<sup>95</sup>

Não sabemos qual foi o resultado final do caso, mas queremos destacar que Cosme de Farias foi apenas uma das personalidades importantes da sociedade baiana na Primeira República que o Maxwell se relacionava, nas próximas páginas destacaremos outros personagens.

A historiografia tem apresentado a trajetória de alguns “homens de cor” letrados que, a exemplo do Maxwell Assumpção, também conseguiram construir relações políticas com os homens da imprensa no pós-abolição. A trajetória do advogado e político negro Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910) é um dos exemplos mais conhecidos. Em 1909, Monteiro Lopes mobilizou uma campanha nacional por meio da imprensa na tentativa de chamar a atenção da opinião pública sobre a injustiça que lhe estava acontecendo (não ser empossado como deputado federal, por ser um “homem de cor”). A estratégia política deu certo e

---

<sup>93</sup> Na realidade, o delegado Ariston Martinelli estava agindo corretamente, a identificação criminal do acusado se fazia antes do inquérito, não sabemos porque ele mudou de ideia, VER: MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República (1889-1930). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012. Fonte: Jornal A Notícia, 02/03/1915, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>94</sup> Jornal A Notícia, 10/02/1915, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>95</sup> Não sabemos qual foi resultado final do inquérito. É provável que o réu tenha sido condenado, pois, foi pego em flagrante por 3 guardas civis que o conduziram a delegacia e depois foi recolhido ao quartel da Guarda Civil. Além do flagrante, o depoimento das testemunhas, sobretudo, do sobrevivente Benigno Ballera deve ter pesado favorável à sua condenação. Também não nos foi possível saber quais foram as circunstâncias que aproximaram o comerciante canadense do Maxwell Assumpção, nem a cor dos indivíduos Manoel Tojeiro, Benigno Ballera e Thomas Stuart. Informações sobre o crime. Fontes: Jornal A Notícia, 25/02/1915, p.3/ 05.03.1915 p.1/ 10.03.1915 p.1- Jornal A Notícia, 10/03/1915, p.3 Hemeroteca Digital Brasileira

Monteiro Lopes tomou posse como deputado federal no dia 13 de maio de 1909, um dia simbólico e histórico que foi bastante celebrado pelos “homens de cor” no Rio de Janeiro.<sup>96</sup>

Em Salvador, o próprio rábula Cosme de Farias protestou com veemência pela imprensa e perante a Junta Apuradora, requerendo que se divulgassem às listas de eleitores de determinadas seções, assim como a impugnação de outras. “Porque havia provas de que muitas delas haviam sido falsificadas ou mesmo fabricadas”. O rábula insistia que a eleição para deputado estadual em 1925, foi uma “farsa tristíssima onde vigorou o criminoso regime do bico de pena”.<sup>97</sup>

Monteiro Lopes, Cosme de Farias e o Maxwell Assumpção tiveram em comum a experiência de usarem à imprensa como um canal de denúncia. Como veremos com mais detalhes nos próximos capítulos, para o advogado africano era importante construir uma relação amistosa com os homens da imprensa porque dependia que suas cartas de protesto contra o preconceito de cor fossem publicadas. Homem letrado, Maxwell fez parte do debate público a respeito de questões polêmicas e importantes que chamaram a atenção da opinião pública nacional, como o projeto de imigração que proibia a entrada de “homens de cor” no Brasil em agosto de 1921.<sup>98</sup>

Os jornalistas não foram as únicas categorias de trabalhadores que o Maxwell se relacionava. Os estivadores, outra categoria de trabalhadores não menos importante em Salvador no período republicano fez parte da rede de sociabilidade do advogado africano. Em agosto de 1914, Maxwell estava no tribunal do júri defendendo os interesses do empresário e chefe da estiva, Adão da Conceição Costa.<sup>99</sup>

Adão da Conceição Costa era um homem de muitas posses, em seu testamento feito em 1935, seus bens ultrapassava a quantia de duzentos e dezoito contos de réis. Ele deixou a casa onde morava para a sua segunda esposa Maria Joaquina de Jesus e ainda uma pensão mensal no valor de 140\$000 contos de réis. Fixou pequenas pensões mensais para a sua sogra e para a Conferência de São Vicente de Paulo da Matriz de Santo Antônio. Adão determinou ainda em seu testamento que seus herdeiros continuassem a viver em suas propriedades “nas

---

<sup>96</sup> DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. Porto Alegre, 2009; DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: “um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro-Ásia, 2010.

<sup>97</sup> LIMA, Bruno Rodrigues de. Cosme de Farias: lama e sangue. Salvador: EDUFBA, 2018

<sup>98</sup> A Tarde, 08/08/1921, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>99</sup> CRUZ, Maria Cecília Velasco. A morte de João de Adão e a memória operária. Salvador: EDUFBA, 2009.

condições em que vivem” sem pagar nada. Para a Sociedade Protetora dos Desvalidos deixou uma grande roça situada na Rua Arco n.1 e várias casas nela existentes.<sup>100</sup>

Adão tinha dois filhos, o mais velho Domingos da Conceição Costa administrava a fazenda de cacau do pai em Belmonte, e o mais novo João da Conceição Costa era o chefe geral da estiva. Em agosto de 1913, seu filho mais novo e também sócio em seus negócios foi assassinado por quatro homens negros na Ladeira do Taboão por conta de conflitos que passaram a acontecer entre os trabalhadores do porto e a criação da Sociedade dos Estivadores em Salvador em 1912.<sup>101</sup>

A principal fonte sobre o estivador negro Adão da Conceição Costa é o depoimento da pessoa que residiu alguns anos em sua casa como agregado, o Miguel de Santana. Este Ogã e estivador negro nasceu em 1896, seus pais eram João Faustino de Santana, um ferreiro, e sua mãe Dona Adelina que após a morte do seu companheiro precisou trabalhar como costureira para sustentar seus cinco filhos.<sup>102</sup>

Miguel Santana revelou em suas memórias que o filho mais novo de Adão, João da Conceição Costa, “me colocou prá estudar inglês com um professor africano alto, que morava no Caminho Novo”. Miguel revelou ainda que: “esse professor negociava dentro de casa com mercadorias da Costa, na sala da frente é que dava aula de inglês que naquele tempo era vinte mil réis”.<sup>103</sup> Miguel Santana não cita o nome do Maxwell Assumpção. Nesse sentido, ficamos sem saber quem realmente era seu professor, já que existiam outros agudás em Salvador no período republicano como já destacamos nas páginas anteriores.<sup>104</sup>

O “Crime do Taboão” como ficou popularmente conhecido, ganhou um grande destaque na imprensa baiana, praticamente todos os jornais noticiaram o ocorrido. De modo geral, os jornais que faziam oposição ao governador José Joaquim Seabra (1855-1942) se

<sup>100</sup> A primeira esposa do Adão da Conceição Costa chamava-se Delfina Conceição Costa que faleceu em 1917. Adão manifestou ainda o desejo de ser enterrado no chão, até que seus ossos pudessem ser postos na cava da Ordem Terceira do Rosário. Fonte: Inventário de Adão da Conceição Costa: Secção Judiciária/Inventário de Adão da Conceição Costa (1935) 3/908/1377/13. Sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos, VER: CAMPOS, Lucas Ribeiro. Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal da Bahia, 2018.

<sup>101</sup> CASTRO, José Guilherme da Cunha (org.). Miguel Santana. Salvador: EDUFBA, 1996, p.15-16.

<sup>102</sup> Ibid., p.15-16.

<sup>103</sup> Segundo as memórias do Miguel Santana, as aulas de inglês aconteceram na Ladeira do Taboão, no ano de 1912. VER: CASTRO, José Guilherme da Cunha (org.). Miguel Santana. Salvador: EDUFBA, 1996, pp. 21-22.

<sup>104</sup> Outro personagem que pode ter sido o professor do Miguel Santana foi o babalaô Martiniano Eliseu do Bomfim. Martiniano nasceu em 1859, em Salvador, filhos de pais africanos livres. Martiniano viveu por muito tempo na Ladeira do Taboão, falava inglês fluentemente, mas não sabemos se era professor. VER: AMOS, Alcione M. O Babalaô fala: a autobiografia de Martiniano Eliseu do Bomfim. Salvador: Afro-Ásia, n.46, 2012; BRAGA, Júlio. Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995, p.42; LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. Artigo disponível em ><http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a14v1852.pdf>

posicionaram a favor de Adão da Conceição Costa pedindo a condenação dos assassinos e atribuindo o crime diretamente a existência da União dos Operários Estivadores na cidade. Maria Cecília Velasco argumenta que “a visão deletéria e maniqueísta dos conflitos ocorridos, bem como das práticas do sindicalismo” reforçou a imagem negativa que a imprensa de oposição procurava construir a respeito do governo estadual e da sua polícia.<sup>105</sup>

Maxwell advogou a favor de Adão da Conceição Costa em todos os lances da luta contra o Sindicato da União dos Operários Estivadores. Foi ele que participou do sumário de culpa dos assassinos do João de Adão e que, solidário ao pai, o acompanhava nas visitas às redações dos jornais. Adão e Maxwell estavam lutando para acelerar a data do julgamento, nesse sentido, a estratégia pensada pelos dois foi tentar sensibilizar a sociedade baiana com o discurso desesperado de um pai “honesto, trabalhador e vítima de uma cruel injustiça” como se pode ler a seguir.

Sois pais e tendes família, sabereis ser justos. Eu vos suplico, apelo para vossas consciências de cidadãos e pais de família, saibas punir estes sanguissedentos que entre nós vivem levando o luto, a desolação ao lar de um pobre pai, um pobre irmão uma pobre mãe ou mulher. Confio no tribunal da minha terra e espero justiça.<sup>106</sup>

A estratégia do advogado e seu cliente foi vitoriosa. Em agosto de 1914, Pedro Germano dos Santos, Manoel Pio de Santana, Aguildo Cyrillo Eleutério e Joaquim Pernambuco foram condenados a trinta anos de prisão. O julgamento contou com 11 testemunhas, 13 jurados, 1 promotor, 2 advogados de defesa: Madureira de Pinho e Augusto Cesar. E dois advogados de acusação: Maxwell Assumpção e Pedro Rodrigues dos Santos.<sup>107</sup>

O advogado e seu cliente venceram à causa. Depois de um ano após o assassinato do seu filho, Adão da Conceição Costa deve ter respirado aliviado com a condenação dos réus. O advogado Maxwell Assumpção contribuiu bastante para a vitória do caso, o que deve ter fortalecido o relacionamento dos dois.<sup>108</sup>

Na década de 1920, Maxwell trabalhava como advogado no fórum localizado no Largo da Palma, região de Nazaré e também tinha um escritório particular na Rua da Alfândega na região do Comércio em Salvador.<sup>109</sup> Nesta ocasião, ele já era um advogado

---

<sup>105</sup> Ibid., p.3

<sup>106</sup> CRUZ, Maria Cecília Velasco. A morte de João de Adão e a memória operária. Salvador: Edufba, 2009, p.5.

<sup>107</sup> Pedro Rodrigues dos Santos trabalhava no fórum no Largo da Palma em Nazaré junto com Maxwell Assumpção. Em 1908, ele fez parte da Comissão do Conselho Municipal de Salvador e tentou candidatura para deputado estadual em algumas ocasiões. Fonte: Jornal Moderno, 06/10/1914, p.3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>108</sup> Mais detalhes sobre a biografia do estivador Adão da Conceição Costa, VER: CRUZ, Maria Cecília Velasco. A morte de João de Adão e a memória operária. Salvador: Edufba, 2009.

<sup>109</sup> Secção Judiciária/Processo cível. Ação de despejo da Santa Casa da Misericórdia (1927).4/27/5. Arquivo Público do Estado da Bahia, APEB.

conhecido na cidade. Encontramos em alguns periódicos expressões elogiosas a respeito da sua pessoa e do trabalho que ele desenvolvia na área do direito: “talentoso advogado nesta capital”, “distinto e conceituado advogado”, “conhecido advogado e professor livre”.<sup>110</sup>

Este “conhecido advogado e professor” se movimentava pela cidade construindo relações amistosas com diferentes classes sociais ao mesmo tempo que não escondia sua origem africana. Nesse sentido, em setembro de 1924, Maxwell doou para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia duas máscaras gueledés.

### 1.3 as máscaras Gueledés.

As máscaras gueledés fazem parte da tradição artística e cultural dos povos iorubás, elas são usadas em espetáculos teatrais, em festas religiosas onde se exaltam às divindades iorubás, em desastres comunitários, funerais e também está presente na literatura ficcional. O pesquisador nigeriano Babatunde Lawal acredita que as máscaras gueledés estão inseridas no vasto domínio da dialética da existência iorubá, em que a arte funciona como metáfora para estimular o desenvolvimento humano e para promover o bem-estar social e a harmonia dentro de uma comunidade.<sup>111</sup> Segue abaixo as máscaras doadas por Maxwell em 1926.

Figura 4: Esculturas de máscaras gueledés

---

<sup>110</sup> Fontes: Diário de Notícias, 21/07/1920, p.2/ Gazeta de Notícias, 23/01/1914, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira/ Gazeta de Notícias, 30/01/1914, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>111</sup> JUNIOR, Ademir Ribeiro. Parafernália das mães ancestrais: as máscaras gueledés, os Edan Ogboni e a construção do imaginário sobre as “sociedades secretas” africanas no recôncavo baiano. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p.27



Fonte: Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Os iorubás dividem as máscaras gueledés em categorias masculinas (akogi) e femininas (abogi). Os penteados, adornos e objetos em associação com os semblantes das máscaras definem os papéis específicos desempenhados pelos homens e mulheres. Segundo os especialistas na cultura iorubá, a cabeça humana é o centro da essência, do potencial e do destino da pessoa. Nesse sentido, os adornos da cabeça presente nas máscaras especificam o papel cultural, posição, ocupação, religião e idade de uma pessoa. Em sua pesquisa sobre a representação do corpo humano na arte iorubá, o pesquisador Edimilson Quirino dos Reis destacou que às cabeças nas peças de origem iorubá são bem mais trabalhadas do que o resto do corpo. Essa valorização da cabeça, segundo Reis, se deve ao fato de que é nesse membro do corpo que reside o **Orí** (a cabeça), o centro da essência humana como já assinalamos.<sup>112</sup>

Ademir Ribeiro Junior argumenta que ao longo tempo, o grau de complexidade da cena esculpida na parte superior da máscara foi aumentando. As máscaras mais antigas representavam apenas o rosto e eram feitas em um único bloco de madeira como vimos na figura acima. Mas, nos dias atuais, Junior destaca que já se pode ver algumas máscaras que são confeccionadas em várias partes, além do rosto, e que são agregadas ao bloco inicial da escultura. (JUNIOR, 2008, p.39)

<sup>112</sup> REIS, Edimilson Quirino. A representação do corpo humano na arte iorubá. Dissertação apresentada ao Interunidade Pós-Graduação em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

Não sabemos exatamente como Maxwell teve acesso às máscaras, mas podemos especular. É provável que ele tenha comprado no distrito de Lagos (Isale-Eko) local que possui até hoje uma forte tradição de máscaras gueledés.<sup>113</sup> A segunda hipótese diz respeito a possibilidade de ele ter adquirido às máscaras das mãos de algum adepto do candomblé. Na década de 1920, com a intensificação da perseguição policial aos terreiros em Salvador, muitos objetos de arte africana foram destruídos pela polícia ou eram entregues ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.<sup>114</sup>

Alguns sócios e membros integrantes do IGHBA doavam diversos objetos de culto, como demonstrou Ademir Ribeiro Junior em sua dissertação sobre os objetos de arte africana doados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.<sup>115</sup> A doação das máscaras gueledés nos remete a uma questão até agora não explorada nesta dissertação: qual era a religião que Maxwell professava? Não localizei nenhuma fonte documental que responda a esta pergunta. Esta é uma questão interessante já que graças a historiografia sabemos muito a respeito da dimensão religiosa nas vidas de outros agudás que viveram em Salvador no período do pós-abolição como Martiniano Eliseu do Bomfim, Rodolpho Manoel Martins de Andrade (Bamboxê Obitikô), Felisberto Américo Sowzer e Maria Julia da Conceição, todos vinculados ao candomblé.<sup>116</sup>

Não descartamos a possibilidade do Maxwell ter construído algum vínculo direto com os terreiros de candomblé em Salvador durante o período em que viveu na cidade. Ou se conheceu e se relacionou com alguns dos agudás citados no parágrafo anterior. Como demonstraremos no próximo capítulo, apesar de ter sido um membro da elite agudá. Maxwell

---

<sup>113</sup> Segundo Ademir Ribeiro Junior, o distrito de Lagos (Isale- Eko) possui uma forte tradição de máscaras gueledés. VER: JUNIOR, Ademir Ribeiro. Parafernália das mães ancestrais: as máscaras gueledés, os Edan Ogboni e a construção do imaginário sobre as “sociedades secretas” africanas no recôncavo baiano. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p.27

<sup>114</sup> Sobre a perseguição policial aos terreiros de candomblé em Salvador na Primeira República. VER: LUHNING, Ângela. “Acabe com este santo, Pedrito vem aí”: mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1940. São Paulo: Revista USP, n.28, 1995-1996; PEREIRA, Flávia Lago de Jesus. Modernizar as cidades, civilizar os costumes: repressão a espíritas e candomblecistas na Bahia republicana (1920-1940). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2015.

<sup>115</sup> JUNIOR, Ademir Ribeiro. Parafernália das mães ancestrais: as máscaras gueledés, os Edan Ogboni e a construção do imaginário sobre as “sociedades secretas” africanas no recôncavo baiano. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, pp.80-81

<sup>116</sup> OMIDIRE, Félix Ayoh; AMOS, Alcione M. O babalaô fala: a autobiografia de Martiniano Eliseu do Bomfim. Salvador: Afro-Ásia, n.46, 2012; CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitiko e a expansão do culto aos orixás: (século XIX): uma rede religiosa afro-atlântica. Tempo (Niterói online), v.22, n.39, 2016; JUNIOR, Vilson Caetano de Sousa. Felisberto Sowzer: um babalaô entre dois mundos. Minha vida é orixá. Vilson Caetano de Sousa Junior e Air José Souza de Jesus (Organizadores). São Paulo: Ifá, 2011, p.87. VER: CASTILLO, Lisa Earl. Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés baianos. Salvador: EDUFBA, 2008.

demonstrou interesse por alguns problemas sociais da cidade. Nesse sentido, ele estivera muito perto das classes populares, sobretudo, de trabalhadores analfabetos que viviam nos subúrbios da capital baiana.

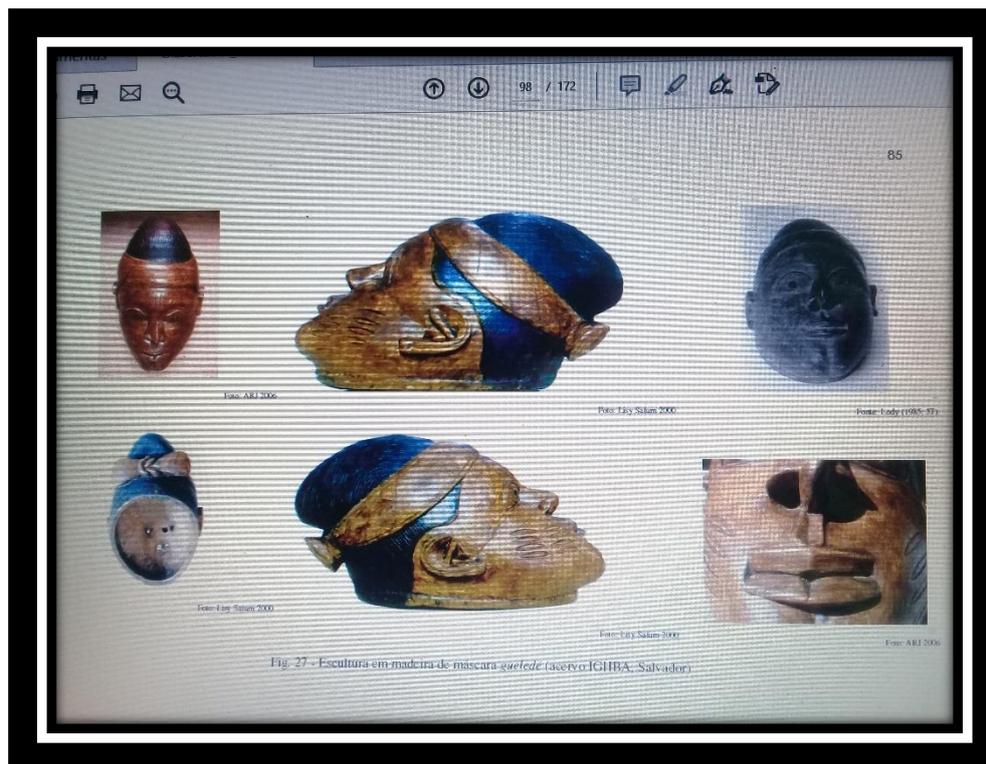
Ademir Ribeiro Junior observou também que existiam doações particulares que demonstravam o amor do doador em relação ao seu objeto ofertado. Junior cita o caso de uma doadora, Elisa Bergman que doou uma coleção de “búzios e contas” em 1932 ao IGHBA. Dentre os objetos analisados por Ademir Junior que foram classificados pelos funcionários do Instituto, consta as máscaras doadas por Maxwell em 1924, que destacamos abaixo na figura 5

Quando Maxwell doou as máscaras, os sócios do IGHBA estavam celebrando ainda sua nova sede situada no início da Avenida Sete de Setembro, em Salvador, cuja inauguração foi no dia 2 de julho de 1923. Segundo o historiador Aldo José Morais da Silva tratava-se (e trata-se ainda hoje) de um prédio “imponente” que para sua construção contou com recursos financeiros do governo federal e estadual.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> Segundo o historiador Aldo José da Silva, os estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Ceará, Sergipe, Paraíba e Alagoas também doaram dinheiro para a construção da nova sede do IGHB em 1923. VER: SILVA, Aldo Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006, p.148

Figura 4: Coleção de máscaras gueledés



Fonte: Dissertação do arqueólogo Ademir Ribeiro Junior. Parafernália das mães ancestrais: as máscaras gueledé, os Edan Ogboni e a construção do imaginário sobre as “sociedades secretas” africanas no Recôncavo baiano, 2008, p.85

Em 1924, o IGHBA foi recebendo visitas de intelectuais e personalidades políticas da Bahia e de outros estados da Federação que buscaram homenagear a nova sede da instituição. O ministro das Relações Exteriores do então presidente Arthur Bernardes, Felix Pacheco visitou o IGHBA em setembro de 1924, e percebeu que a instituição que o recebia pretendia ser muito mais do que uma “casa de memória”. Adequando sua fala às expectativas de seus anfitriões, o ministro pronunciou o seguinte discurso aos sócios da instituição:

Desempenha assim esse Instituto um papel eminentemente necessário na formação da nossa pátria. O coeficiente da Bahia, nesse trabalho de conjunto do Brasil para avante, é formidável. E aumentará incessantemente com a reintegração desta bela terra como no esplendor de todo o seu antigo prestígio.<sup>118</sup>

A importância conferida ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia vinha sendo construída pelos baianos desde a sua fundação em 1894, mas, segundo Aldo Morais da Silva foi na década de 1920 que a relação entre esta instituição e parte da sociedade baiana ganhou ênfase, quando o instituto passou a ser consultado com mais regularidade pelos baianos sobre

<sup>118</sup> SILVA, Aldo Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006, p.10.

como proceder ou participar dos eventos cívicos apoiados pela instituição ou na procura desta como referência para o encaminhamento de questões relacionadas a história e aos valores da sociedade baiana.<sup>119</sup>

Maxwell sabia da importância histórica, social, política e cultural que representava o IGHBA para os baianos. Acreditamos que ao doar ás máscaras gueledés, o advogado africano estava homenageando a nova sede do instituto. Apesar de não localizarmos seu nome na lista de sócios, Maxwell devia ser um membro integrante do IGHBA já que reunia condições necessárias para isso, como sabemos ele era um profissional liberal; advogado e professor de inglês. Desde a sua origem, o IGHBA pretendeu ser uma instituição exclusiva para homens letrados, na Primeira República grande parte dos seus sócios tinham formação educacional superior e eram profissionais liberais.<sup>120</sup>

Mas ao doar um objeto artístico pertencente a tradição cultural africana-iorubá, Maxwell podia não estar apenas homenageando o IGHBA, mais defendendo também os elementos da cultura africana que durante a Primeira República eram alvos de muitos preconceitos. O médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues em suas considerações a respeito da escultura e arte africana escreveu:

As regras de uma boa crítica mandam que desprezemos as imperfeições, o tosco da execução, dando o devido desconto à falta de escolas organizadas, da correção de mestres hábeis e experimentados, de instrumentos adequados, em resumo, da segurança e destreza manuais, como da educação precisa na reprodução do natural.<sup>121</sup>

Em que pese às críticas, foi Nina Rodrigues o responsável por reunir uma coleção de arte afro-brasileira entre os anos 1890-1904. Em agosto de 1904, foi publicado na revista *Kósmos* o artigo de sua autoria: *As belas artes dos colonos pretos- a Esculptura*. Nesse artigo, Nina Rodrigues exibiu algumas fotografias de objetos de culto que estavam em uso nos terreiros de candomblé do Recôncavo Baiano. Algumas destas imagens estão presentes no livro de Nina *Os africanos no Brasil*, que destacamos abaixo.<sup>122</sup>

---

<sup>119</sup> Ibid., p.150.

<sup>120</sup> SILVA, Aldo Moraes. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006, pp.114-115.

<sup>121</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008, p.147

<sup>122</sup> JUNIOR, Ademir Ribeiro. Parafernália das mães ancestrais: as máscaras gueledés, os Edan Ogboni e a construção do imaginário sobre as “sociedades secretas” africanas no recôncavo baiano. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p.71

Figura 5: Esculturas afro-brasileiras



Fonte: Livro *Os africanos no Brasil*, 2008, p.154

Influenciado pelas teorias evolucionistas, positivistas e racistas que circulavam em grande parte da Europa e no Brasil na segunda metade do século XIX e começo do XX, Nina pesquisava a arte africana e concluía que esta arte “refletia os supostos estágios inferiores da evolução dos negros”. Nina criticava a desproporção do tamanho da cabeça com relação ao tamanho do corpo das estatuetas, ele interpretava esse fato como uma incapacidade dos africanos em conseguir representar o real, no entanto, como já apresentamos, a cabeça tem uma importância significativa na arte iorubá e africana pelo seu significado religioso e filosófico.<sup>123</sup>

Mas, apesar dos muitos preconceitos e violências a que estavam submetidos os poucos africanos em Salvador na Primeira República, Maxwell não escondia sua naturalidade e identidade iorubá-africana. O artigo escrito em 1903, o banquete oferecido à imprensa baiana em 1914, e a doação das máscaras gueledés ao IGHBA, são sinais evidentes de um agudá que soube construir redes de sociabilidade e que demonstrava publicamente a sua origem africana.

---

<sup>123</sup> Ibid. p.72

Antes de concluirmos o capítulo, é importante destacarmos duas questões. A primeira diz respeito ao fato de que a trajetória do Maxwell em Salvador analisada até aqui foi uma experiência bem particular, distante da realidade social de outros africanos e seus descendentes que não eram profissionais liberais, letrados e que não tinham recurso financeiro, nem prestígio social na cidade para oferecer um banquete à imprensa, por exemplo. A historiografia já demonstrou que os poucos e já velhos africanos na Primeira República eram alvos de preconceitos e violência em Salvador como observou o antropólogo Jeferson Bacelar:

Hontem, às 3 horas da tarde, o indivíduo de nome Agapito José do Nascimento divertia-se a lançar um velho africano, quando sucedeu este cahir, contundindo a região frontal direita.<sup>124</sup>

Alguns africanos tinham consciência dos preconceitos que sofriam como destacou o sociólogo Donald Pierson em sua pesquisa sobre as relações raciais em Salvador na década de 1930. Um dos africanos entrevistados por ele revelou o seguinte:

A gente aqui da Bahia pensa que os africanos são bárbaros e não civilizados. Não acreditam que escrevemos nossa língua e que há livros impressos nela. Dizem: ora, estes negros são apenas pagãos, adoradores de feitiches, ignorantes, sem cultura. Não sabem que em Lagos há boas escolas, melhores que as que tem na Bahia. Veja aqui (mostrava uma fotografia de uma escola em Lagos). Há na Bahia coisa tão boa quando esta?<sup>125</sup>

Embora o próprio Maxwell Assumpção não tenha dito explicitamente, seus esforços na cidade foi tentar apresentar outra imagem de homem africano em Salvador que fugia dos estereótipos descritos na citação acima. As fontes silenciam a este respeito, mas é possível que o próprio Maxwell tenha sofrido com desconfianças das elites que ele agia para tentar “agradar” a exemplo dos jornalistas. Nesse sentido, chegamos a outra questão que não deve passar despercebido nas considerações finais deste capítulo que foi o investimento político do Maxwell na construção das redes de sociabilidade.

O banquete oferecido a imprensa, e às máscaras gueledés doadas ao IGHBA não podem ser analisados apenas como atitudes de um homem que sabia demonstrar gentileza. O advogado africano devia saber que para sobreviver na cidade era importante construir alianças com as classes sociais abastadas também. E ele investiu alto porque também gostava de “estar por cima”, ao lado de homens letrados e profissionais liberais. Portanto, vimos até aqui, o perfil de um agudá que valorizava sua identidade africana-iorubá em público e que esteve

<sup>124</sup> BACELAR, Jeferson. A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, p.20

<sup>125</sup> PIERSON, Donald. Brancos e Pretos na Bahia: estudo de contacto racial. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

disposto a construir relações afro-atlânticas. Mas, estas características não resumiram a trajetória do Maxwell em Salvador. A preocupação dele com o trabalho e a escolarização dos mais pobres se sobressaem nas fontes, tema do próximo capítulo.

## Capítulo 2. Trabalho, educação e política na Primeira República.

*Lavradores nos subúrbios desta cidade, compreendendo a necessidade da congregação de energias, fundaram ultimamente uma associação a quem deram o título de Sociedade União dos Lavradores.*<sup>126</sup>

Ao longo de sua trajetória em Salvador, Maxwell Assumpção foi desenvolvendo interesse por algumas categorias de trabalhadores pobres e analfabetos. Nesse sentido, em 1915, ele foi convidado pela Sociedade Beneficente dos Maquinistas para dar aulas à noite aos aprendizes maquinistas analfabetos na Ribeira de Itapagipe. E em 1919, foi eleito presidente da Sociedade Beneficente dos Lavradores suburbanos. Neste capítulo, nossa intenção será discutir às ações políticas do Maxwell em Salvador na Primeira República.

### 2.1 A Sociedade Beneficente dos Lavradores.

No dia três de fevereiro de 1919, Maxwell Assumpção foi eleito presidente da *Sociedade União Beneficente dos Lavradores* dos subúrbios de Salvador por meio de uma eleição interna. Esta eleição aconteceu na Quinta dos Lázarus, distrito de Brotas às 15:00 horas e contou com um “grande número de associados”.<sup>127</sup>

Como fora anunciado, às 15 horas, perante grande número de associados no palacete a Quinta dos Lázarus, sob a presidência do dr. Maxwell Porphyrio de Assumpção, ficou inaugurada tão útil associação que tem por fim proteger os sócios sob vários pontos de vista. O dr. Maxwell, assumindo a presidência, teve como secretários o dr. Ponciano da Fonseca e o coronel Paulo Villas Boas, tendo o presidente num vibrante discurso, feito um apelo aos novos associados para que não haja política e sim coesão completa para o bem-estar de todos.<sup>128</sup>

Logo no discurso inaugural, Maxwell fez questão de chamar atenção dos associados para a importância de estarem unidos no mesmo propósito, seu apelo para que não houvesse

---

<sup>126</sup> Infelizmente, não localizei o estatuto, matriculas e atas desta Sociedade Beneficente. A única fonte disponível é o periódico A Hora. Fonte: A Hora, 19/02/1919, p.2 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>127</sup> Jornal A Hora 04/02/1919, p.3 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>128</sup> Jornal A Hora, 04/02/1919, p.3. Grifos meus.

política pode ser traduzido como um alerta para que se evitasse disputas internas ou partidárias que poderiam prejudicar a associação.<sup>129</sup>

Em 1919, ano da fundação da Sociedade Beneficente dos Lavradores, a capital baiana vivia uma crise financeira profunda que culminou na greve geral em junho de 1919. Segundo o historiador Aldrin Castellucci a greve geral e os acontecimentos que o sucederam foram diferentes de tudo que havia acontecido no estado até aquele momento. Castellucci argumenta que 1919, foi o marco da luta da classe operária baiana, na medida em que os trabalhadores incluíram entre as suas reivindicações elementos inteiramente novos como a duração da jornada de trabalho, a abolição do trabalho infantil e a regulamentação e estabelecimento da isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções.<sup>130</sup>

Ao longo dos primeiros anos do século XX, em especial durante o conflito da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a crise se acentuou na cidade do Salvador. A alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a escassez do pão, os alugueis cada vez mais caros, a falta de moradia adequada foram fatores que afetaram diretamente a vida cotidiana dos trabalhadores. Em contrapartida, os anos do pós-guerra, culminaram na formação de dezenas de sindicatos operários que preencheram um espaço deixado pelo predomínio do mutualismo até a primeira guerra mundial.<sup>131</sup>

A cidade vivia então um momento de uma grave crise financeira ao mesmo tempo que crescia a mobilização política de muitas categorias de trabalhadores. Nesse sentido, na noite do dia 9 de março de 1919, uma grande passeata operária foi organizada pela União dos Operários Estivadores, União dos Carregadores, União dos Foguistas, União dos Conferentes e a Associação dos Marinheiros e Remadores. Os trabalhadores percorreram as ruas do centro de Salvador e em seguida postaram-se em frente à residência do político José Joaquim Seabra para anunciar seu apoio à candidatura do presidenciável Epitácio Pessoa (1865-1942).<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> Em sua pesquisa sobre a greve geral em junho de 1919, o historiador Aldrin Castellucci não localizou nas fontes a existência da Sociedade Beneficente dos Lavradores entre as demais categorias de trabalhadores que ajudaram a construir a greve naquele ano. VER: CASTELLUCCI, Aldrin. Industriais e operários baianos numa conjuntura de crises (1914-1921). Salvador: Fieb, 2014.

<sup>130</sup> Aldrin Castellucci apresentou uma longa lista da fundação de Sociedades mutualistas, beneficentes e cooperativas da Bahia entre os anos 1832-1930. Para o ano de 1919, o historiador destacou a fundação das seguintes organizações: União Defensora e Beneficente dos Pintores da Bahia (26/02/1919), União Caixeiral da Bahia (01/06/1919), Sociedade Beneficente e Defensora dos Eletricistas (20/07/1919), Beneficência Operária Sanfelixta (20/07/1919) e a Sociedade União dos Operários das Padarias (06/04/1919), VER: CASTELLUCCI, Aldrin. Industriais e operários baianos numa conjuntura de crises (1914-1921). Salvador: Fieb, 2014.

<sup>131</sup> Ibid.

<sup>132</sup> CASTELLUCCI, Aldrin. Industriais e operários baianos numa conjuntura de crises (1914-1921). Salvador: Fieb, 2014, p.182

Portanto, o surgimento da Sociedade Beneficente dos Lavradores em fevereiro de 1919, estava articulada a esse cenário de turbulência social e política. Ainda que no discurso do Maxwell na inauguração da associação ele ter desejado que “não haja política”, era difícil não haver política em 1919. Este foi um ano político no sentido mais amplo do termo, além das eleições para os cargos de presidente e governador, se intensificava a participação de trabalhadores em sindicatos de resistência ou em sociedades mutualistas.<sup>133</sup>

O discurso inaugural do presidente da associação dos Lavradores estava em conformidade com o próprio perfil das sociedades mutualistas que, ao contrário dos sindicatos de resistência, tinham pouco envolvimento com as questões de ordem político-partidária. O objetivo principal das sociedades beneficentes e mutualistas era prestar auxílio aos seus associados quer seja por doença, invalidez, velhice ou desemprego deixassem de trabalhar, assumindo assim um caráter previdenciário.<sup>134</sup>

Ao lado do Maxwell, estavam outros profissionais liberais dirigindo a Sociedade Beneficente. Segue abaixo a tabela com os nomes e as funções dos membros que fizeram parte da Sociedade em 1919.

Tabela 1: Membros da Sociedade dos Lavradores

<b>Presidente</b>	Maxwell Assumpção
<b>Sócios Honorários</b>	Ponciano Pereira da Fonseca e Paulo Adaes Villas Boas
<b>Vice-Presidente</b>	Fausto Job de Oliveira
<b>1ª- Secretário</b>	Almiro de Souza Moraes
<b>2ª- Secretário</b>	Júlio Canêdo dos Santos
<b>Tesoureiro</b>	Maximiano Francisco Moreira
<b>Orador</b>	Paulo Adaes Villas Boas
<b>Investigador</b>	Luís José da Silva
<b>Procurador</b>	Lydio Manoel do Nascimento

Fonte: Jornal A Hora, 19/02/1919, p.2 Hemeroteca Digital Brasileira.

Ponciano Pereira da Fonseca, o sócio honorário da associação era um “homem de cor”, sua profissão, advogado.<sup>135</sup> Em 1915, ele tinha um escritório particular de advocacia na

<sup>133</sup> É provável que Maxwell apoiasse o grupo político da ocasião, o governador Antônio Sodré Aragão do Partido Republicano Democrático, aliado do J.J Seabra, ou o prefeito José da Rocha Leal do Partido Republicano Conservador. Mais, também não descartamos a hipótese do nosso personagem ter usado o termo político no sentido de que se evitasse mesmo disputas internas na associação.

<sup>134</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A.S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). Revista Mundos do Trabalho, vol.2, n.4, agosto-dezembro, 2010.

<sup>135</sup> A foto do Ponciano Pereira da Fonseca não está muito legível, então resolvi não destacar. A foto está disponível na Hemeroteca Digital Brasil. Fonte: A Notícia, 15/09/1915, p.1

rua do Comércio. Além de exercer a profissão de advogado ele trabalhou como auxiliar de redação no jornal *Gazeta de Notícias* em 1913.<sup>136</sup>

Sabemos que Ponciano da Fonseca tentou candidatura em algumas oportunidades. Em janeiro de 1927, ele candidatou-se para deputado estadual, mas sem êxito.<sup>137</sup> O periódico *A Capital* destacou: “surge, sob a bandeira do Centro Republicano da Bahia mais um candidato a uma cadeira do 1<sup>a</sup>- districto eleitoral a Câmara dos deputados que é o conhecido advogado do fórum Dr. Ponciano da Fonseca”.<sup>138</sup>

Não foi possível descobrir na pesquisa informações sobre os outros membros da Sociedade, mas conseguimos observar nas fontes que no grupo de nove homens, três eram profissionais liberais. Os advogados: Maxwell, Ponciano e Paulo Adaes Vilas Boas. Quais eram os reais interesses desses homens letrados em liderar uma categoria de trabalhadores pobres, analfabetos e suburbanos como eram os pequenos lavradores de Salvador na Primeira República? Existiu solidariedade racial por parte dos membros desta sociedade beneficente?

Antes de respondermos as questões acima, é preciso dizer que a experiência histórica de “homens de cor” envolvidos em organizações mutualistas em Salvador antecede a Sociedade Beneficente dos Lavradores de 1919. A historiografia tem apresentado à história de organizações negras e demonstrado que existia desde o século XIX, solidariedade racial por parte de algumas organizações mutualistas. O historiador Lucas Ribeiro Campos demonstrou que a primeira Associação Civil negra do Brasil, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (1854) através de seu estatuto (1874-1894) tinha por finalidade auxiliar os seus associados, todos

---

<sup>136</sup> Rastreamos outros nomes dos associados da Sociedade, mas só conseguimos informações sobre o Ponciano Pereira da Fonseca e o Paulo Adaes Villas Boas. Sobre este último, sabemos que era advogado. Em 1913, Paulo foi preso no Rio de Janeiro a pedido do chefe de polícia da Bahia, o sr. Álvaro Cova. Paulo Vilas Boas foi incluso no artigo 331, parágrafo 2 do código penal de 1890 que dizia respeito ao crime de furto, “apropriação da coisa alheia que lhe houver sido confiada”. Fontes: O Paiz, 10/03/1913, p.4/ A Notícia, 30/09/1915, p.3/ 21.02.1913, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>137</sup> Sobre a fundação do Centro Republicano da Bahia, VER: QUADROS, Consuelo Novais Soares. Os partidos políticos na Primeira República. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, UFBA. Salvador, 1973.

<sup>138</sup> A fonte não cita o endereço do fórum, especulamos que seja o fórum localizado no Largo da Palma, em Nazaré, local onde trabalhava o Maxwell Assumpção na década de 1920. Fonte: A Capital, 25/01/1927, p.6.

O Partido Republicano da Bahia, fundado em janeiro de 1927, surgiu na perspectiva de apaziguar os conflitos entre os três grupos políticos que se rivalizavam na Bahia: “os Calmonistas, Mangabeiristas e ex- Seabristas”. Este novo partido passou a ser dirigido por jovens políticos como os irmãos Mangabeira, os irmãos Calmon e ex-Seabristas. Segundo a historiadora Consuelo Novais, os velhos chefes locais voltaram-se aos poucos para a política de seus municípios, deixando “aos jovens doutores”, a política em nível estadual e a ligação entre as reivindicações locais e os centros de decisão. VER: QUADROS, Consuelo Novais Soares. Os partidos políticos da Bahia na Primeira República. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 1973.

“cidadãos brasileiros de cor preta” na doença, invalidez, prisão, doença, velhice e até na morte.<sup>139</sup>

No começo do século XX, muitos trabalhadores negros, pobres e analfabetos continuavam a depender de auxílios. Nesse sentido, existiram em Salvador muitas organizações de trabalhadores que se intitulavam **beneficentes**. Citando algumas existia a Sociedade Beneficente dos Cabeleireiros, Sociedade dos Açougueiros, Sociedade bolsa de Caridade, Sociedade dos Alfaiates, Sociedade bolsa dos Patriotas, Sociedade dos Funcionários Públicos, Sociedade Beneficente União dos Carregadores, Sociedade Monte pio dos artistas etc.<sup>140</sup>

Muitas dessas Sociedades Beneficentes já tinham antecedentes que vinham do império, reunindo inicialmente artesãos em geral e depois profissionais de um mesmo ofício. Na Primeira República, as entidades de socorro mútuo se multiplicaram por iniciativa dos trabalhadores e dos patrões. Também por iniciativa dos órgãos de governo quando se tratava de funcionários públicos.<sup>141</sup>

A historiografia social do trabalho tem avançado bastante nos estudos sobre as Sociedades mutualistas no Brasil. O historiador Claudio Batalha explica que no pós-abolição existiram diversas organizações de trabalhadores com nomenclaturas variadas: associação, centro, grêmio, liga, sociedade, união e sindicato eram as mais comuns. Batalha argumenta ainda que se destacavam três tipos de Sindicatos ou “Sociedades de resistência”. As Associações Pluriprofissionais que reuniam operários de diferentes ofícios e ramos industriais. As Sociedades por ofício reunindo unicamente operários de determinado ofício. E por último os Sindicatos de empresa, que agrupavam exclusivamente trabalhadores de uma empresa específica, mesmo que pertencentes a diferentes ofícios.<sup>142</sup>

<sup>139</sup> CAMPOS, Lucas Ribeiro. Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2018.

<sup>140</sup> Fonte: Jornal A Notícia, 01/10/1914, p.4. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>141</sup>. Sobre as associações de socorro mútuo em Salvador no século XIX e período Republicano, VER: REIS, Eliane Maia. Três momentos do mutualismo em Salvador (1850-1887). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2016; CAMPOS, Lucas Ribeiro. Sociedade protetora dos desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2017; SANTOS, Mário Augusto da Silva. A República do povo: sobrevivência e tensão. Salvador: EDUFBA, 2001; BACELAR, Jeferson. A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001; SOUZA, Robério S. Tudo pelo trabalho livre: trabalhadores e conflitos no pós- abolição na Bahia (1892-1909). Salvador: EDUFBA, 2011; CASTELLUCCI, Aldrin A.S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). Salvador: Afro-Ásia, n.41, 2010.

<sup>142</sup> Na Primeira República, muitas Sociedades mutualistas que já existiam no fim do século XIX continuaram funcionando, a exemplo da Sociedade de Sant´ Ana fundada em 1896, Sociedade Bolsa dos Patriotas de 1895 e a Sociedade Bolsa de Caridade em 1872. Já no século XX foram fundadas diversas Sociedades, a dos Açougueiros, Cabeleireiros, Maquinistas e Carregadores tinham em comum a nomenclatura (Beneficente), VER:

Sobre as sociedades de auxílio mútuo, a historiadora Tânia de Luca argumenta que.

As sociedades de auxílio mútuo se destinavam a prestar auxílio aos que, por doença, acidente, invalidez ou velhice deixassem de trabalhar, assumindo com isso caráter previdenciário. Seu objetivo era remediar a situação dos trabalhadores inaptos para o processo produtivo, sem maiores preocupações em relação a estrutura social vigente.<sup>143</sup>

Nesse sentido, Aldrin Castellucci destaca que a expansão e a longevidade do mutualismo no Brasil nas primeiras décadas do século XX, deveu-se a inexistência de uma legislação trabalhista e previdenciária, e a necessidade de travar uma luta cotidiana contra o mal-estar social ligado ao desemprego, as doenças, aos acidentes de trabalho, a velhice e a morte.<sup>144</sup>

O pequeno lavrador suburbano de Salvador, por exemplo, sofria com a falta de assistência do Estado, ao mesmo tempo que também era vítima constante de abusos policiais. Em 1919, o jornal *A Tarde* trouxe na sua matéria de capa a seguinte denúncia: “O lavrador José Cerino Gama, preto, residente na Boca do Rio, ao passar ontem pela ladeira do Arco foi agredido a cacete por dois soldados urbanos que barbaramente o assassinaram”.<sup>145</sup>

O mesmo jornal *A Tarde*, em setembro de 1913, denunciou que um lavrador vinha sofrendo perseguição do seu vizinho que invadia constantemente a sua propriedade e ameaçava a sua vida: “veio a nossa redação o sr. Brazilino da Cunha Vasconcellos, um modesto lavrador na freguesia de Brotas, trazendo-nos a narração das iníquas perseguições que tem sido vítima por seu vizinho, protegido ostensivamente pela polícia”.<sup>146</sup>

Portanto, o trabalhador que era escolhido por meio de uma eleição interna para presidir uma sociedade mutualista ou fazer parte da sua comissão, em tese deveria ser uma pessoa solidária aos dramas sociais dos trabalhadores, acompanhar de muito perto quais eram as suas principais demandas e construir coletivamente soluções para os problemas como desemprego, doença, acidentes de trabalho etc.

Respondendo à pergunta inicial acima, sobre a possibilidade dos membros da Sociedade Beneficente dos Lavradores terem desenvolvido solidariedade racial para com os lavradores suburbanos, no caso particular do Maxwell Assumpção acreditamos que seu envolvimento político com algumas sociedades mutualistas estava diretamente ligado à sua

BATALHA, Claudio H.M. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

<sup>143</sup> LUCA, Tânia Regina. O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo. São Paulo/Brasília: Contexto/CNPq, 1990, p.10

<sup>144</sup> CASTELLUCCI, Aldrin. A.S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). Revista Mundos do Trabalho, vol.2, n.4, agosto-dezembro, 2010, p.42

<sup>145</sup> A Tarde, 20/01/1919, p.1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>146</sup> A Tarde, 06/09/1913, p.3 Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Grifos meus.

militância em favor das “pessoas de cor” e mais pobres da cidade. Chegamos a esse entendimento porque o contingente populacional dos lavradores suburbanos era formado em sua grande maioria por pessoas não brancas e pobres que habitavam um lugar sem prestígio social na cidade.<sup>147</sup>

A Baixa de Quintas ou “Quinta das Beatas” como era popularmente conhecida na Primeira República, lugar aonde foi fundada a associação dos lavradores, era uma das muitas regiões de Salvador onde existiam grandes roças. Neste lugar se plantava diversos tipos de verduras e legumes que eram destinados ao consumo da comunidade local.<sup>148</sup> Além de abrigar um dos maiores cemitérios públicos de Salvador, a Baixa de Quintas também era conhecida pelos sambas de roda e por diversos candomblés. Em 1926, segundo a reportagem do periódico *A Capital*, habitavam á “Quinta das Beatas” cerca de “duas mil e poucas almas”.<sup>149</sup>

Portanto, era neste local que Maxwell e seus colegas profissionais liberais estavam militando em favor dos mais pobres. E esta militância se fez notar também na área da educação onde o advogado africano trabalhou como professor de inglês por vários anos na cidade.

## 2.2 Professor de inglês e francês

Além de advogar na capital baiana, Maxwell ministrava aulas de inglês e francês, como professor, ele não tivera vínculo empregatício com o município nem com o estado, era o que na Primeira República denominava-se “professor livre”.<sup>150</sup>

Em 1915, Maxwell recebeu um convite do diretor do Ginásio Ypiranga, Isaías Alves, para fazer parte de um júri dentro daquela Instituição. Entre os anos 1914 e 1915, o Ginásio

---

<sup>147</sup> Segundo Jeferson Bacelar, a cidade do Salvador possuía na Primeira República expressiva área voltada para a atividade primária. A ausência de expansão dos serviços urbanos determinou que as freguesias periféricas como Brotas, Santo Antônio, Vitória, Mares e Penha tivessem grandes manchas verdes como hortas, chácaras e fazendas. Existia uma importante imbricação entre as atividades rurais e o meio urbano. VER: BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, p.59

<sup>148</sup> Referências sobre a Quinta dos Lázarus no período republicano, Fontes: *A Notícia*, 09/03/1915, p.1/ *A Manhã*, 14/04/1920, p.2/ *A Manhã*, 28/12/1920, p.2/ *A Manhã*, 09/01/1921, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira. VER o blog do professor Urano Andrade, link ><https://uranohistoria.blogspot.com/2017/03/batucando-e-flertando-na-quinta-dos.html>

<sup>149</sup> Em dezembro de 1926 o periódico *A Capital* descreveu uma série de problemas naquela região. Segundo a matéria, faltava energia, água encanada e condições básicas de higiene. Os próprios moradores reclamaram da falta de policiamento, do calçamento das ruas e da ausência dos bondes. Fonte: *A Capital*, 11/12/1926, p.8. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>150</sup> Em 1915, Maxwell trabalhou em um (Curso Preparatório) que habilitava o estudante para a entrada na Escola Politécnica da Bahia. O curso funcionava na Rua da Lapa, das 8:00 da manhã às 17:00. As disciplinas ministradas eram matemática, geografia, latim, português, francês, inglês, História Universal e do Brasil. Fonte: *Jornal A Tarde*, 06/02/1915, p.5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Ypiranga foi dirigido pelo dedicado educador, republicano e patriota Isaias Alves de Almeida. Em 1915, localizamos nos periódicos vários eventos cívicos realizados no Ginásio graças aos esforços do seu diretor que procurava mobilizar os professores, estudantes, jornalistas e os pais dos alunos para a divulgação e organização dos eventos. Em suas palestras, Isaias Alves defendia algumas reformas no ensino na Bahia, dentre elas, a valorização do ensino e da prática da educação física nas escolas.<sup>151</sup>

Os homens que participaram do júri ao lado do Maxwell assumiram cargos políticos importantes em Salvador na Primeira República. Destacamos aqui a figura do médico Oscar Freire de Carvalho, nascido em Salvador em outubro de 1882, Freire de Carvalho era filho do advogado Manuel Freire de Carvalho e Isaura Freire de Carvalho. Diplomou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia aos dezoito anos de idade, nesta instituição médica tornou-se um dos discípulos mais próximos do médico Raimundo Nina Rodrigues, depois de um breve período trabalhando na área cirúrgica, Oscar Freire passou a dedicar grande parte do seu tempo a Medicina Legal tornando-se um especialista de renome nacional e internacional.<sup>152</sup>

Em setembro de 1914, o periódico *A Notícia* comemorava a criação da *Sociedade de Medicina Legal e Criminologia* com o seguinte título em sua matéria: “Oscar Freire vai ressuscitar a obra do prof. Nina Rodrigues”. O repórter se dirigiu ao Instituto Nina Rodrigues com a intenção de entrevistar Oscar Freire, sua primeira pergunta foi sobre qual seria o objetivo da Sociedade e Freire respondeu o seguinte.

Desde que tomei posse da cátedra de lente de medicina legal desejei instituir um núcleo serio de estudos de medicina legal entre nós. O copiosíssimo material de casos interessantes que nos fornece o Instituto já me pareceu suficiente para entreter a atividade e despertar o gosto de um núcleo de estudiosos e trabalhadores.<sup>153</sup>

No entendimento de Oscar Freire, além do recurso material que o Instituto Nina Rodrigues já disponibilizava para a realização de uma Sociedade de Medicina Legal, tal iniciativa se fazia necessário porque esta disciplina já não era do interesse de “juristas e médicos”. Nesse sentido, Oscar Freire sentia a necessidade de dar continuidade às ideias e ao

---

<sup>151</sup> Sobre Isaias Alves e o Ginásio Ypiranga, VER: Jornal A Notícia 04.11.1914, p.1/ 21.12.1914, p.3/ 26.02.1915, p.3/ 07.08.1915 p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>152</sup> Hélio BEGLIOMINI, é titular e emérito da cadeira n.21 da Academia de Medicina de São Paulo. ACESSAR><https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/103/BIOGRAFIA-OSCAR-FREIRE-DE-CARVALHO.pdf>. Mais informações biográficas sobre Oscar Freire, VER: LIPP, Marilda Emanuel N. Resgatando a memória dos pioneiros: Oscar Freire de Carvalho. Artigo disponível na internet> <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v28n2/v28n2a03.pdf>.

<sup>153</sup> A Notícia, 19/09/1914, p.2 Hemeroteca Digital Brasileira.

trabalho do seu mestre Nina Rodrigues porque desejava construir na Bahia um “núcleo médico forte capaz de trabalhar em benefício da comunidade científica”.<sup>154</sup>

Figura 6: Jurados no Ginásio Ypiranga



Fonte: A Notícia, 14/09/1915, p.1.

Além do Ginásio Ypiranga, Maxwell lecionou em outro Ginásio de tradição importante na Bahia, o Ginásio Carneiro Ribeiro.<sup>155</sup> Esta instituição particular de ensino foi fundada em 1884 pelo professor de Letras Ernesto Carneiro Ribeiro. Na década de 1920, segundo a Estatística da Instrução Pública Primária do Estado da Bahia, o Carneiro Ribeiro se destacava entre as principais escolas e ginásios que funcionavam no estado.<sup>156</sup>

Quando Maxwell faleceu em março de 1933, o Ginásio Carneiro Ribeiro suspendeu as aulas, “conservando hasteada em funeral a respectiva bandeira durante 3 dias”. Não sabemos por quanto tempo Maxwell lecionou nesta instituição privada, mas a julgar pelo

<sup>154</sup> A reinstalação da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia aconteceu no dia 20 de setembro de 1914, o médico Oscar Freire presidiu a sessão de inauguração. Fonte: A Notícia, 19/09/1914, p.2/ 21/09/1914, p.4 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>155</sup> Mais informações sobre a história do Ginásio Carneiro Ribeiro, consultar a Fonte: Bahia Ilustrada, 1921, p.18. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>156</sup> Fonte: Mensagem do Governador da Bahia. Ano, 1922, p.87. Hemeroteca Digital Brasileira.

respeito demonstrado pela instituição, o professor africano deve ter lecionado naquele ginásio por um bom tempo, adquirindo respeito e prestígio.<sup>157</sup>

Ser convidado para uma celebração dentro de uma instituição tradicional de ensino deve ter felicitado o professor africano que era um homem bem sociável como temos visto até aqui. Sua trajetória no magistério foi intensa, às vezes não lhe sobrava tempo para exercer suas funções como advogado como destacou o *Diário de Notícias* em 1933.<sup>158</sup> Nesse sentido, ainda no ano de 1915, Maxwell Assumpção lecionou à disciplina inglês na Liga Educadora Baiana.

### 2.3 A Liga Educadora Baiana.

A Liga Educadora foi uma realização de “alguns professores e pais de família” em Salvador que descontentes com os altos custos que cobravam os institutos privados de ensino primário e secundário resolveram tomar a iniciativa.<sup>159</sup>

O curso funcionava do seguinte modo. Era cobrado um valor mensal de dez contos de réis 10\$000 aos *estudantes externos* (filhos dos não professores) e vinte contos de réis 20\$000 aos *estudantes internos* que eram (filhos de pais pensionistas e professores). Tanto os estudantes externos quanto os internos tinham direito a quantas aulas quisessem no mês. Eram aceitos na Liga crianças e jovens; *tutelados, afilhados ou protegidos*.<sup>160</sup>

Existia uma preocupação dos administradores do curso com a credibilidade profissional dos professores como observamos no cartaz de divulgação: “o corpo docente do colégio da Liga Educadora, é composto de professores exercitados no espinhoso ofício do ensino; são todos eles de longo tirocínio, não há noviços, nem marinheiro de primeira viagem entre eles”.<sup>161</sup>

É evidente que fazia parte da propaganda da Liga Educadora tentar convencer seus clientes da credibilidade do curso, mas a fonte é um sinal indicativo de que Maxwell já havia construído uma trajetória segura no magistério que o credenciava a fazer parte do corpo de professores habilitados para ministrar aulas.<sup>162</sup>

<sup>157</sup> A Tarde, 17/03/1933, p.1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>158</sup> Diário de Notícias, 17/03/1933, p.2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>159</sup> O curso funcionava no Corredor da Vitória, n.64. Fonte: Jornal A Notícia, 01/03/1915, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>160</sup> A Notícia, 07/04/1915, p.5. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>161</sup> Ibid.

<sup>162</sup> A Notícia, 07/04/1915, p.5. Hemeroteca Digital Brasileira.

A Liga Educadora começou contando com o quadro de 15 professores, 4 docentes davam aulas na mesma instituição, o *Ginásio da Bahia*. Os professores Samuel Almeida, Gelásio Faria, Alexandre Porpyrio e Egas Moniz. Notamos também que a ocupação profissional dos docentes era bastante diversificado; advogado, promotor, diretor de Asilo, médico e até mesmo dois padres.<sup>163</sup>

Segundo o historiador José Augusto Ramos da Luz, tanto o Ginásio da Bahia quanto a Escola Normal eram instituições escolares que abrigavam um corpo docente constituído de portadores de diplomas acadêmicos e de profissionais. Luz constatou em sua pesquisa que os profissionais que trabalhavam nestas instituições não eram vistos da mesma forma que os trabalhadores em geral, “falavam de outro lugar”, trabalhavam nos “templos de saber, mananciais de civilidade”.<sup>164</sup>

Podemos especular que a participação do Maxwell na Liga Educadora pode ter sido em função de uma renda extra, mais também de uma preocupação pessoal em relação ao estado precário da educação na cidade em que ele vivia.<sup>165</sup> Como vimos no capítulo anterior, em 1905, ele já reconhecia que a instrução no Brasil tinha muitos defeitos quando escreveu: “os brasileiros e os outros povos latinos são, infelizmente, os que mais se descuidam da educação de sua prole, notando-se mesmo uma falta absoluta de homens profissionais entre os seus descendentes”.<sup>166</sup>

Portanto, Maxwell desenvolveu interesse pela instrução dos mais pobres na cidade e ainda em 1915, aceitou o convite para dar aulas à noite na Ribeira de Itapagipe para os menores aprendizes maquinistas.

## 2.4 A Escola de aprendizes Maquinistas.

O porto de Salvador na Primeira República era essencial para o conjunto da economia baiana em função do papel que cumpria nos negócios de exportação e importação. Existia uma preocupação das autoridades públicas em fiscalizar os trabalhadores do porto.

---

<sup>163</sup> Sobre os nomes dos professores e as disciplinas ministradas consultar a Fonte: A Notícia, 07/04/1915, p.5 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>164</sup> LUZ, José Augusto. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2009, p.56

<sup>165</sup> Não sabemos quanto tempo durou a Liga Educadora, iniciativas particulares de ensino em Salvador no pós-abolição podiam durar por longos períodos ou não. Existia um conjunto de fatores que possibilitava o funcionamento destas ações coletivas, a capacidade de administrar financeiramente o dinheiro e a própria situação econômica da cidade pesava a favor ou contra a permanência do ensino. Sobre a Liga Educadora, Fonte: A Notícia, 07/04/1915, p.5. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>166</sup> Diário de Notícias, 24/01/1905, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Nesse sentido, em 1914, a polícia do porto emitiu uma circular que determinava que os jovens aprendizes maquinistas analfabetos fossem dispensados do trabalho.<sup>167</sup>

A preocupação com a alfabetização dos maquinistas aprendizes revelava também um cuidado das autoridades que policiavam o porto com a preservação de acidentes que eram bastante comuns no mar, muitos acidentes ocorriam por descuido e inexperiência dos pilotos. Foi assim que em outubro de 1914, o maquinista Sebastião do Nascimento conduzindo a locomotiva n.402 “apanhou um homem que se soube chamar Manoel João matando-o instantaneamente”. O maquinista Sebastião e o foguista da locomotiva Manoel Gregório foram presos em flagrante por um guarda civil em Periperi.<sup>168</sup>

Sensibilizado com a situação dos jovens aprendizes maquinistas, o engenheiro Euclides Caldas e os membros da *Sociedade Beneficente dos Maquinistas* tiveram a ideia de alfabetizar os trabalhadores. Sobre a fundação da escola, Euclides Caldas concedeu uma entrevista para o periódico *A Notícia* onde disse que recebeu uma circular da polícia do porto em 1914 que determinava a dispensa dos aprendizes maquinistas e mecânicos analfabetos. Em setembro de 1915, já estavam matriculados sessenta e sete alunos, exclusivamente aprendizes. A mensalidade custava um conto de réis 1\$000.<sup>169</sup>

A *Sociedade Beneficente dos Maquinistas* existia na cidade do Salvador desde 1914. Sua categoria era bastante heterogênea, o transporte ferroviário e marítimo eram setores com considerável contingente de trabalhadores alocado nas suas diversas ocupações. No setor ferroviário existiam às atividades de bordo; condutores, foguistas e maquinistas. Trabalhavam no setor de transporte marítimo os alvarengueiros, barqueiros, condutores e maquinistas. E no cais se destacava a importante categoria dos estivadores.<sup>170</sup>

A escola estava subordinada à diretoria da *Sociedade Beneficente* e tinha por finalidade “disseminar a instrução theorica e pratica dos operários empregados no serviço das fabricas, mui principalmente dos aprendizes de todas as especialidades”. De acordo com o estatuto da *Sociedade*: “o ensino em geral será essencialmente prático, instrutivo e racional, de modo a dispensar as demasias”. As disciplinas ofertadas foram português, aritmética, geografia, história do Brasil, desenho linear e geométrico, desenho de maquinas, geometria, trigonometria, princípios de mecânica, eletricidade prática, turbinas marítimas, motores em

<sup>167</sup> A Notícia, 04/09/1915, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>168</sup> A Notícia, 26/10/1914, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>169</sup> A Notícia, 04/09/1915, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>170</sup> BACELAR, Jeferson. A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, pp.72-73; SANTOS, Mário Augusto da Silva. A República do povo: sobrevivência e tensão. Salvador: EDUFBA, 2001, p.28; CRUZ, Maria Cecília Velasco. A morte de João de Adão e a memória operária. Salvador: EDUFBA, 2009.

combustão interna, máquinas de ar comprimido e “primeiros socorros em caso de acidentes”.<sup>171</sup>

Segue abaixo a tabela com os nomes dos professores que lecionaram na escola em 1915.<sup>172</sup>

Tabela 2: Professores da Escola Beneficente dos Maquinistas

Maxwell Assumpção	<b>Pedro Rodrigues dos Santos</b>
Rodolpho Soares Dourado	Felipe A. da Costa
Clarindo Neves	Joaquim Cabral
Leonardo Trindade	Álvaro Lopes
Benevides Bernades Jaqueira	Raymundo Nonato
Guilherme Albergaria	Joaquim Cabral
João José de Santa Rita	Eutychio Maia
Carlos Magalhães	Euclides Caldas

Fonte: A Notícia, 04/09/1915, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

Pedro Rodrigues dos Santos, um dos professores citados na tabela era advogado. Ele tinha um escritório particular de advocacia na rua do Guindaste dos Padres, na região do Comércio, em Salvador.<sup>173</sup> Em 1913, Pedro Rodrigues e Maxwell estavam no tribunal do júri defendendo a família do estivador Adão da Conceição Costa no caso do “Crime do Taboão” que destacamos no primeiro capítulo.<sup>174</sup> Além de exercer a profissão de advogado, Pedro Rodrigues foi deputado estadual em 1915.<sup>175</sup>

A criação de uma escola que pudesse atender aos trabalhadores aprendizes maquinistas não foi uma ação política exclusiva da *Sociedade Beneficente dos Maquinistas*. Desde a segunda metade do século XIX, houve algumas iniciativas. O historiador Jucimar Cerqueira dos Santos argumenta que a criação das escolas noturnas na Bahia e em várias províncias do Brasil visavam o ensino que promovesse uma formação nacional, combate ao analfabetismo, controle social, abolição da escravidão e cidadania.<sup>176</sup>

<sup>171</sup> A Notícia, 04/09/1915, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira

<sup>172</sup> A Notícia, 04/09/1915, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira

<sup>173</sup> Fonte: A Notícia, 29/12/1914, p.6. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>174</sup> Fonte: A Notícia, 06/10/1914, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>175</sup> Fonte: A Notícia, 12/10/1914, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>176</sup> Santos argumenta que o empenho em criar escolas noturnas por parte de algumas autoridades políticas da província partia da concepção de que a (educação das primeiras letras) contribuiria para a regeneração do país, evitaria a prisão de muitos jovens e adultos, e aprimoraria uma mão de obra analfabeta ou de pouco conhecimento sobre os saberes básicos de leitura, escrita, cálculos e desenhos. VER: SANTOS, Jucimar Cerqueira. Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2017.

Às escolas noturnas, portanto, cumpriam um papel social muito importante, na medida em que a maioria do seu público era formado por pessoas adultas e trabalhadoras que não tiveram condições de acessar à escola na infância e juventude. Em Salvador, na Primeira República, a historiografia conhece a experiência da Frente Negra da Bahia (1932-1934) que em maio de 1933, iniciou os cursos noturnos e gratuitos promovidos pela organização. Conforme o historiador Lucas Andrade dos Santos, a iniciativa dos frentenegrinos foi um sucesso, sendo reconhecida por alguns jornais da cidade. O *Diário de Notícias* destacou:

Escola da Frente Negra. A organização frentenegrina vem desenvolvendo extraordinariamente sob todos os pontos de vista. Entretanto, o que mais satisfaz no momento é a maneira carinhosa com que alfabetiza o grande número de alunos que buscaram a sua sede ávidos de educação e instrução. É tocante ver senhores e crianças em singela promiscuidade atarefados no desempenho das lições e das escritas, num verdadeiro anseio de aprender.<sup>177</sup>

Existia uma demanda significativa da população negra “ávidos de educação e instrução”. No entanto, além dos altos índices de analfabetismo, era bastante reduzido os espaços escolares em Salvador nas primeiras décadas do século XX.<sup>178</sup> E Maxwell vivenciou este problema em 1926, quando a Santa Casa da Misericórdia moveu uma ação de despejo contra ele e seu amigo professor de matemática João Luiz Pimenta.<sup>179</sup>

Em 1926, a Santa Casa da Misericórdia havia alugado um prédio no pavimento superior da sua instituição aos professores Maxwell Assumpção e João Luiz Pimenta. Este prédio localiza-se na rua da Saldanha, n.37. Segundo o contrato, os professores deveriam pagar mensalmente a Santa Casa o valor de cento e vinte dois contos de réis 122\$000. Ocorre

---

<sup>177</sup>SANTOS, Lucas Andrade. Em que raça precisa de defesa? A Frente Negra da Bahia (1932-1934). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2018, p.87. Grifos meus.

<sup>178</sup> SILVA, Fabiano Moreira. Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greves 1912-1918. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2018.

<sup>179</sup> A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, instituição que alugou um dos seus imóveis para os professores, era uma das instituições filantrópicas mais antigas e importantes do estado da Bahia. Sua fundação em 1549 confunde-se com a própria história da cidade do Salvador. Segundo os estudiosos da Santa Casa, todas as ações desta instituição eram pautadas em seu Estatuto denominado (Compromisso). Entre as ações principais desta entidade se destacava o compromisso com o ensino aos mais pobres. Ao longo da sua história na cidade do Salvador, a Santa Casa acolheu muitas crianças pobres que eram deixadas na porta da instituição, na “Roda dos Expostos”. Na década de 1920, especificamente no ano de 1923, a Santa Casa da Misericórdia possuía, além do Asilo dos Expostos, Escola interna e externa que oferecia instrução primária gratuita. Em 1923, estavam matriculados 133 alunos (19 meninos e 114 meninas). A escola Eloy Guimarães, também veiculada a administração da Santa Casa da Misericórdia, tinha um alunado de 135 crianças (55 meninos e 80 meninas) em 1923. Portanto, a Santa Casa da Misericórdia cumpria um papel social muito importante na área da educação ao possibilitar que muitas crianças pobres tivessem acesso à instrução escolar básica. Sobre a Santa Casa da Misericórdia, VER: SANTANA, Ângela Cristina Salgado. Santa Casa da Misericórdia da Bahia e sua prática educativa (1862-1934). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2008; CERQUEIRA, Alan Costa. De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia da Bahia (1862-1889). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2016.

que no período de quinze meses nenhum pagamento tinha sido realizado, acumulando uma considerável dívida de um conto, oitocentos e trinta mil réis 1:830\$000.<sup>180</sup>

Neste prédio alugado, funcionava o Curso de Preparatórios Rio Branco onde Maxwell lecionava à disciplina inglês. Estes cursos preparatórios particulares tinham a finalidade de preparar os jovens, em geral estudantes brancos, aspirantes a Faculdade de Medicina da Bahia, Escola Politécnica da Bahia, Faculdade de Direito e outras instituições de ensino superior e profissional em Salvador na Primeira República. Era um reforço escolar a mais na vida do estudante que desejava seguir a trajetória acadêmica.<sup>181</sup>

Maxwell conseguiu explicar no processo que não era inquilino do imóvel e que já havia deixado o prédio quando a ação de despejo foi formalizada judicialmente pela Santa Casa da Misericórdia. Ele apresentou em juízo cópias dos pagamentos mensais que fazia ao tesoureiro do curso, o professor João Luiz Pimenta, que era o responsável por pagar a Santa Casa. Cada professor devia pagar individualmente o valor de dez contos de réis, 10\$00.<sup>182</sup>

As testemunhas do processo, alguns professores que lecionaram no curso, confirmaram os argumentos do Maxwell.<sup>183</sup> O professor Isaias de Carracho Acutes, advogado, viúvo de 63 anos, residente no Acupe, distrito de Brotas, disse que Maxwell já havia deixado o imóvel “há algum tempo” e quando perguntado se Maxwell era o inquilino do imóvel, este negou.<sup>184</sup>

Outra testemunha, o professor Álvaro Guimarães Macedo, casado, advogado, 41 anos, residente á Rua Aluis Curto, distrito de Nazaré, disse em juízo que havia ido pessoalmente a Santa Casa de Misericórdia algumas vezes entregar o dinheiro do aluguel junto com o professor João Luiz Pimenta, e que acreditava que o professor João Pimenta

---

<sup>180</sup> Ibid.

<sup>181</sup> Em 1915 Maxwell trabalhou em um (Curso Preparatório) que habilitava o estudante para a entrada na Escola Politécnica da Bahia. O curso funcionava na Rua da Lapa, das 8:00 da manhã às 17:00. As disciplinas ministradas eram: matemática, geografia, latim, português, francês, inglês, História Universal e do Brasil. O coordenador geral do curso em 1915 era Antônio Figueiredo, formado em engenharia civil. Fonte: Jornal A Tarde, 06/02/1915, p.5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>182</sup> Fonte: Ação de despejo (1926-1927) 4/127/5, p.6. Secção Judiciária. APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>183</sup> Localizamos alguns professores do Curso Preparatório Rio Branco, eis os seus nomes: Isaias Carracho Acuteso, Álvaro Macedo Guimarães, Emanuel de Santana, Desdoro Reis, Maxwell Assumpção e João Luiz Pimenta. É provável que tenha havido mais professores no curso, estes foram os nomes que localizei no processo. Fonte: <sup>183</sup> Fonte: Ação de despejo (1926-1927) 4/127/5, p.6. Secção Judiciária. APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia

<sup>184</sup> É provável que o fiador, o professor de matemática João Luiz Pimenta estivesse enganando os seus colegas ao não pagar as mensalidades a Santa Casa, ou os professores deviam estar com dificuldades para pagar o valor integral das mensalidades. Esta segunda hipótese é mais viável porque o advogado da Santa Casa, Benvenuto Botelho Silva argumentou que as mensalidades estavam sendo pagas fora do prazo estipulado em contrato e que alguns valores não correspondiam ao valor total que era 122\$000 contos de réis. Fonte: Ação de despejo (1926-1927) 4/127/5, p.8. Secção Judiciária. APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia.

vinha cumprindo com as suas responsabilidades. Álvaro Guimarães Macedo disse ainda que Maxwell já se “achava fora do prédio quando foi requerido a ação de despejo”.<sup>185</sup>

Em outubro de 1927, o processo judicial foi concluído. João Luiz Pimenta junto com os demais professores do curso foram obrigados por lei a evacuarem o imóvel alugado e estes obedeceram. Um acordo foi feito, João Pimenta se comprometeu pagar a dívida de um conto, oitocentos e trinta réis, 1:830\$000 e o advogado da Santa Casa da Misericórdia Benvenuto Botelho Silva consentiu.<sup>186</sup>

João Luiz Pimenta, além lecionar a disciplina de matemática, ministrava também desenho e educação física. Na década de 1920, ele residia no distrito do Santo Antônio Além do Carmo. Amigo pessoal do Maxwell, ambos trabalharam juntos no Ginásio Carneiro Ribeiro e na Liga Educadora Baiana em 1915.<sup>187</sup>

Observamos até aqui que a rede de amizade que Maxwell construiu trabalhando na área do magistério foi grande. Mas uma questão não deve ser negligenciada; ao trabalhar em várias instituições escolares e se relacionar com estudantes e professores brancos, o professor africano teria sofrido com algum tipo de discriminação racial?

As fontes silenciam a este respeito. Mas, não descartamos a possibilidade de ele ter sido ofendido racialmente em sala de aula ou em outros espaços sociais. O racismo era uma realidade social presente na cidade. Em 1914, “meninos de cor” tiveram suas matrículas rejeitadas pelo diretor do Colégio dos Jesuítas. Em resposta, *A Liga Henrique Dias*, uma “organização de homens de cor” elaborou um ofício que foi dirigido ao Arcebispo Primaz do Brasil condenando a atitude do diretor do Colégio.

A Liga Henrique Dias indignada contra o procedimento irregular e injustificável do padre diretor do Colégio dos Jesuítas, recusando aceitar meninos por serem de cor escura, vem trazer este facto ao conhecimento de v. reverendíssima afim de orientar a referida corporação que não introduza no nosso meio o preconceito de raça. A Liga vai publicar o seu protesto, que não se estende com os padres brasileiros, Salesianos ou Maristas, que relevante serviço tem prestado á nossa Bahia.<sup>188</sup>

---

<sup>185</sup> Ibid., op. cit.

<sup>186</sup> Fonte: Ação de despejo (1926-1927) 4/127/5, p.33. Secção Judiciária. APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>187</sup> Fonte: Ação de despejo (1926-1927) 4/127/5, p.8. Secção Judiciária. APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>188</sup> Os presidentes da Liga em 1914 eram: Juvenal Souto e Theophilo Brandão. O primeiro Secretário, Hypolito Ladyslão Cruz. Fonte: Gazeta de Notícias, 10/03/1914, p.2 Hemeroteca Digital Brasileira. Não consegui localizar nas fontes maiores informações sobre esta organização negra.

Situações como a descrita na citação acima não eram comuns serem exibidas nos periódicos de Salvador na Primeira República, mas existiam.<sup>189</sup> Maxwell conseguiu perceber estas práticas racistas na cidade e as denunciou como veremos no próximo capítulo. Se ele próprio sofreu com injúrias raciais no exercício da sua profissão, não sabemos, mas nos interessa destacar que o tema do preconceito racial foi uma das principais preocupações da sua vida na capital baiana.<sup>190</sup>

## 2.5 Francelino de Andrade e Elias Nazareth.

A exemplo do Maxwell Assumpção outros professores “homens de cor” também se posicionaram criticamente contra a precariedade do ensino em Salvador na Primeira República. Apresento neste trabalho dois professores ainda desconhecidos pela historiografia; Francelino de Andrade e Elias Figueiredo Nazareth. Ambos professores, além das críticas, trabalharam muito pela melhoria no ensino primário em Salvador nas primeiras décadas do século XX.

Francelino do Espirito Santo Pereira de Andrade concluiu seus estudos na Escola Normal em dezembro de 1890. Professor de gramática e conhecido no meio acadêmico de Salvador, Francelino acumulou alguns cargos públicos na área da educação.<sup>191</sup>

Em 1915, ele era o Inspetor da Instrução Pública do município de Salvador, cargo que hoje equivale a Secretário municipal da educação. Apesar do cargo que ocupava enquanto funcionário público, Francelino não abriu mão das críticas em relação ao ensino e ao modo como ele estava organizado. Nesse sentido, em 1915, ele deu uma entrevista para o jornalista do periódico *A Notícia* onde defendeu a reforma ou regulamentação do ensino público: “o professor Francellino é pela reforma ou regulamentação, que, segundo afirma, será calcada nos moldes da neo- pedagogia e da pedagogia experimental”.<sup>192</sup>

Na entrevista, Francelino explicou ao jornalista que não era competência do “executivo municipal” realizar a reforma ou regulamentação do ensino na cidade, disse ele

<sup>189</sup> REIS, Meire Lúcia Alves. *A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2000.

<sup>190</sup> Não conseguimos localizar nas fontes nenhum depoimento do Maxwell a respeito de ter sofrido alguma injúria racial. Em suas cartas de protesto ele não menciona nada a respeito.

<sup>191</sup> Francelino foi Delegado Escolar em 1914, e nomeado membro do Conselho Superior de Ensino em 1924. Não consegui localizar ainda, dados biográficos sobre o Francelino de Andrade como sua data de nascimento e morte. Fontes: *Jornal do Comercio* (RJ), 10/03/1914, p.2. Mensagem do Governador da Bahia para a Assembleia, (1925, p.99). *O Pequeno Jornal*, 13/12/1890, p.1. Todas estas fontes estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>192</sup> Fonte: *A Notícia*, 24/04/1915, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

que esta responsabilidade era do estado, segundo previa a constituição de 1891. Francelino parecia esperançoso com algumas ações políticas realizadas pelo professor e coronel Azevedo Fernandes, Inspetor do Ensino Público do estado que havia criado a Diretoria do Ensino Municipal, órgão público responsável por fiscalizar e realizar mudanças no ensino primário, de acordo com as determinações da Inspetoria estadual da educação.<sup>193</sup>

Ocorre que sete anos depois da entrevista com o jornalista do *A Notícia* e de ter manifestado alguma esperança com a possível reforma no ensino primário, Francelino escreve um artigo em 1922, endereçado ao diretor do Ensino Municipal para comunica-lo a respeito dos problemas que enfrentava o ensino primário naquele ano.

Que hei de dizer de confortador no primeiro centenário do Brazil? Quais as escolas creadas para atenderem ao crescente aumento da população infantil? Onde os núcleos de escolas gradativas, desde o jardim de infância, até a escola complementar, sob o rótulo clássico de grupos escolares? Essas as interrogativas dolorosas que ahi permanecem erectas e de pé, a sobrancearem, á feição de muros chineses, com o envolver ascensional de outros Estados brasileiros.<sup>194</sup>

Além de manifestar sua preocupação com a precarização do ensino primário no município, notamos que Francelino tinha respeito pelas celebrações cívicas como a independência do Brasil e da Bahia.<sup>195</sup> Ele aproveitou a ocasião cívica e festiva em torno das comemorações pela independência do Brasil em 1922 para manifestar seu desconforto com a situação da educação primária. O professor desejava muito que fosse aprovada a lei n.800 que regulamentava o ensino municipal primário. Para Francelino, esta lei se aprovada era “obra de patriotismo que em homenagem a Bahia já poderia vigorar no primeiro centenário do 2 de julho”.

Num programa de festas centenárias de um paiz ou de um Estado, comemorando a sua independência política, não haverá número mais deslumbrante- a reconstrução brasileira do ensino primário. Aí fica a ideia.<sup>196</sup>

No desenvolvimento da narrativa, o professor de gramática apontou os principais problemas da educação primária na década de 1920 na Bahia. A falta da criação de escolas que atendessem ao público infantil, falta de pagamentos aos professores, desorganização pedagógica, falta de materiais didáticos para os professores trabalharem e a regulamentação

---

<sup>193</sup> Ibid., op. cit.

<sup>194</sup> O artigo foi dirigido à redação do Diário de Notícias em 20 de dezembro de 1922, mas só publicado em 22 de janeiro de 1923. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

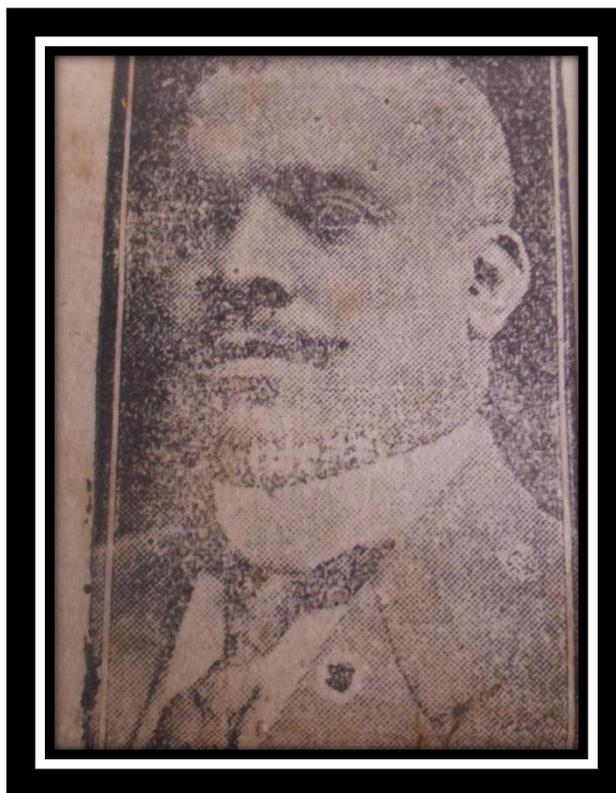
<sup>195</sup> Francelino fez parte de algumas comissões que organizavam a festa do 2 de julho na Bahia. Em 1929, ele candidatou-se a deputado estadual obtendo 2.018 votos, foi o nono melhor votado, mas não tomou posse, já que só eram diplomados os sete melhores posicionados. Fonte: Fonte: A Manhã, 04/07/1920, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira. Ata da eleição 07/03/1929- livro 1237. Seção Legislativa, Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>196</sup> Diário de Notícias, 22/01/1923, p.1

do ensino municipal. As críticas destacadas por Francelino era o reflexo da crise econômica que passava o estado da Bahia nesta década. Mas, para além da crise econômica, o que faltava para os governadores e autoridades políticas baianas era à vontade política de investimento na educação como observou José Augusto da Luz.

A educação baiana sempre vivenciou uma longa crise que era denunciada desde o início da República. No discurso político, nas mensagens dos governadores apresentadas a Assembleia Geral Legislativa, a educação sempre foi vista como um importante problema a ser solucionado e o ensino primário e a construção de escolas sempre foram colocados como uma prioridade. No entanto, é possível se perceber que, pouco tinha de eficácia prática. O discurso político veiculado nas mensagens governamentais que atestavam a falta de dinheiro, de vontade política para mudar ou de percepção da realidade baiana como fatores da crise educacional. Quase sempre a abertura de escolas, sua construção ou fechamento, nomeação e pagamento de professores variavam em função dos conchavos políticos e das prioridades econômicas.<sup>197</sup>

Figura 7: Francelino de Andrade



Fonte: Diário de Notícias, 22/01/1923, p.1

---

<sup>197</sup> LUZ, José Augusto. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador, 2009, p.46

Diferente da retórica dos governadores e políticos baianos, Francelino de Andrade estava em sala de aula, vivenciando a difícil experiência de ser professor num município em que a demanda para qualificar o ensino era grande. Nesse sentido, para o professor baiano não bastava apenas escrever artigos para as autoridades criticando as deficiências da educação primária. Ele próprio realizou uma pesquisa e com base em suas investigações elaborou um documento que mostrou ao intendente municipal: “a imperfeita distribuição das “delegacias escolares”. Francelino constatou que existia uma distância grande das escolas municipais em relação as casas dos estudantes. Sua pesquisa constatou também que a ajuda de custos para os delegados escolares (diretores de escolas) e os médicos que faziam a higiene nas escolas era “mesquinha e deprimente. O “salário” era cem mil réis mensais, adjuncta aos seus honorários”.<sup>198</sup>

Francelino de Andrade escrevia ainda para duas revistas que circulavam no Rio de Janeiro cuja temática era educação, política, letras e artes nas décadas de 1910 e 1920. Em 1913, ele escreveu o artigo: “O ensino da língua vernácula” para a revista *Educação e Pediatría* (1913-1917) que era dirigida pelos professores Franco Vaz e Álvaro Dias. E em 1926, escreveu o artigo: “Julgamentos da crítica literária” publicado na revista *Política, atualidades, questões sociais, letras e artes*, no Rio de Janeiro.<sup>199</sup> Portanto, era um intelectual que circulava em outros estados do país e que estava atento ao tema da escolarização, sobretudo, do ensino primário.

Outro professor bastante conhecido e respeitado na cidade durante a Primeira República foi Elias de Figueiredo Nazareth. Com larga experiência na área do magistério, Elias Nazareth foi professor primário e depois assumiu por longos anos a direção da Escola Normal, instituição onde também ministrava aulas de História Universal. Em 1918, a revista *Bahia Ilustrada* destacou os três principais educadores do estado da Bahia em sua foto de capa que destacamos abaixo na figura 9.<sup>200</sup>

Sobre os professores, a revista *Bahia Ilustrada* trouxe as seguintes informações:

Ornamentam esta página, as figuras dos grandes educadores bahianos, de cujos ensinamentos se tem iluminado o cerebro da mocidade. Á direita, o sr. Dr. Carlos Devoto, mestre e escritor de raras qualidades estheticas. Ao centro, o dr. Ernesto Carneiro, aquele que o paiz inteiro conhece como o nosso maior philologo (filólogo)

<sup>198</sup> Diário de Notícias, 22/01/1923, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>199</sup> Fontes: Revista Educação e Pediatría, Ano 1913, p.29. Revista- Política, atualidade, questões sociais, letras e artes (RJ), 05/06/1926, p.9

<sup>200</sup> Fonte: Revista Bahia Ilustrada, 1918, p.40. Hemeroteca Digital Brasileira.

e que foi mestre de Ruy Barbosa. **Á esquerda o professor Elias Nazareth, actual diretor da Escola Normal, cujos méritos são louvados sem restrição.**<sup>201</sup>

A Escola Normal da Bahia era uma instituição pública que formava professores para o ensino primário. A trajetória profissional e de vida do professor Elias Nazareth esteve ligada a esta instituição escolar.<sup>202</sup> Apesar dos muitos problemas que existia naquela instituição, como os constantes atrasos de salários dos professores, notamos nas fontes que o seu diretor, o professor Elias Nazareth fazia uma boa gestão que era elogiada pelos periódicos da cidade. O próprio governador da Bahia Antônio Muniz Sodré Aragão (1881-1940) em mensagem para a para a Assembleia do estado reconheceu o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo professor e escreveu:

A Escola Normal, excelentemente instalada em edifício adequado, sob a competente direção de um dedicado diretor, professor Elias de Figueiredo Nazareth, e servida por ilustre corpo docente, precisa apenas do ponto de vista material de poucos melhoramentos.<sup>203</sup>

Os elogios públicos ao profissionalismo do professor Elias de fato se justificava. Ele trabalhava com dedicação pela escolarização no estado. Em 1911, Elias Nazareth participou do Congresso de Geografia realizado em São Paulo. Neste congresso, ele representou à Bahia com duas monografias destacando às características geográficas do estado. Como a Bahia ficou por um longo tempo sem representante no Congresso, a *Revista do Brazil* agradeceu a presença do professor exaltando suas qualidades intelectuais.

Uma das personalidades mais competentes e venerandas do professorado Bahiano, espírito altamente empreendedor, caracter probo, apreciado por todos aqueles que tem a felicidade de trata-lo por perto. O professor Nazareth, que há pouco tempo representou a Bahia, com brilho notável, no Congresso de Geographia, realizado em São Paulo, é lente Cathedrático do Instituto Normal, onde sabiamente ensina as sciencias de Strabão e Herodoto. Ao distinto philologo e historiographo, os nossos cumprimentos respeitosos de envolta com os fervorosos votos pela sua felicidade e de sua virtuosa consorte.<sup>204</sup>

---

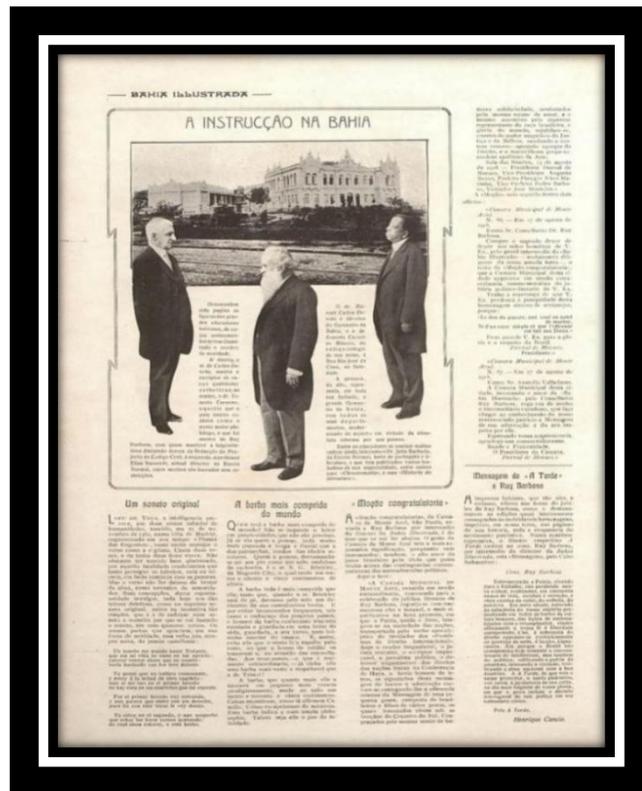
<sup>201</sup> A revista Bahia Ilustrada destacou ainda as seguintes informações: “O dr. Manoel Carlos Devoto é diretor do Ginásio da Bahia, e o dr. Ernesto Carneiro Ribeiro do antigo colégio do seu nome, á Rua São José de Cima, na Soledade”. Fonte: Revista Bahia Ilustrada, 1918, p.40. Hemeroteca Digital Brasileira. **Grifos meus.**

<sup>202</sup> Desde 1899, Elias Nazareth lecionava na Escola Normal. Fonte: Almanak do Estado da Bahia: Administrativo, Indicador e Noticioso, ano 1899, p.198. Hemeroteca Digital Brasileira. Sobre a história da Escola Normal no século XIX, VER: ROCHA, Lucia Maria da Franca. A Escola Normal na província da Bahia. Artigo disponível em ><http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/10.pdf>

<sup>203</sup> Fonte: Mensagens do Governador da Bahia para Assembleia (BA), ano 1918, p.60. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>204</sup> Fonte: Revista do Brazil, ano 1911, p.61. Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 8: Professores Carlos Devoto, Ernesto Carneiro e Elias Nazareth



Fonte: Revista Bahia Ilustrada, 1918, p.401.

Elias Nazareth visitava escolas em outros estados do Brasil como em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e copiava seus modelos de administração. Em 1913, ele fez uma “remodelação das escolas anexas ao Instituto Normal” e substituiu o material pedagógico do Instituto. O jornalista do *Gazeta de Notícias* que visitou à escola em 1913, fez um registro positivo do que viu.

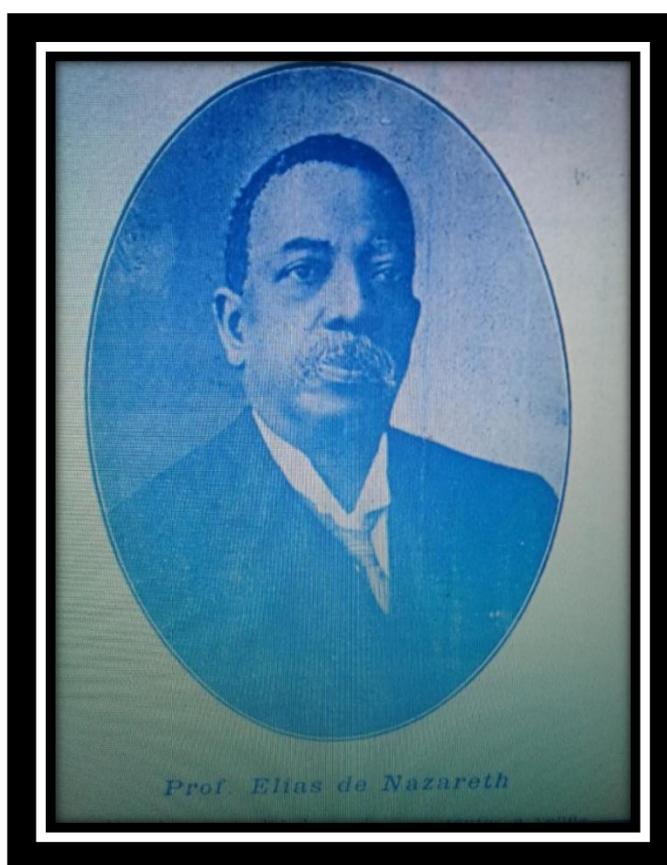
Hoje prazer uma visita ao Instituto Normal, onde se encontram salas confortáveis e espaçosas, salas próprias de estudo e de recreio, um bem cuidado jardim, onde a infância encontra a diversão, obedecendo tudo escrupulosamente aos conselhos dos modernos higienistas. Os louros que há um ano vem cobrindo a frente respeitável do sr. Elias de Figueiredo Nazareth, nosso querido e velho amigo, representam os seus esforços inteligentes na suprema direção do Instituto Normal da Bahia, que já lhe deve serviços relevantes.<sup>205</sup>

A vista de jornalistas às instituições de ensino na Primeira República em Salvador era muito comum. Os olhares dos jornalistas eram mais direcionados para a higiene do espaço escolar. Na maioria das vezes, os relatos davam conta de uma estrutura em que prevalecia o desconforto em sala de aula, precariedade do mobiliário escolar, odor, falta de ventilação etc.

<sup>205</sup> Fonte: *Gazeta de Notícias*, 05/04/1913, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

Nesse sentido, a descrição que fizeram do Instituto Normal em 1913, era uma realidade incomum na cidade. Deve-se destacar o importante trabalho que realizava o professor Elias Nazareth, mais também existia um maior investimento financeiro dos poderes públicos com a educação secundária se comparada a educação primária, portanto, a maioria das escolas municipais que ofertavam o ensino primário estavam em estado de precariedade se comparadas aos institutos e ginásios que trabalhavam com a formação de professores.<sup>206</sup>

Figura 9: Professor Elias de Figueiredo Nazareth



Fonte: Revista do Brazil, 1911, p.61

Quando faleceu em novembro de 1922, o professor Elias de Figueiredo Nazareth foi lembrado pelo Conselho Superior de Ensino do qual era membro. Este Conselho reunia professores acadêmicos, em geral homens brancos, de diversas áreas do conhecimento e uma

---

<sup>206</sup> SILVA, Fabiano Moreira. Professorado Municipal: queixas, crises e greves (1912-1918). Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2018, p.68

de suas atribuições era aprovar ou não trabalhos científicos. Era o governador que nomeava por decreto os membros para fazerem parte do Conselho.<sup>207</sup>

O Conselho Superior de ensino teve o pesar de ver desaparecer um dos seus mais esforçados membros, o professor Elias de Figueiredo Nazareth, cuja vida foi sempre dedicada ao magistério, prestando relevantes serviços ao ensino por mais de quarenta anos, desde a sua cadeira de professor primário até a de Diretor da Escola Normal, e membro deste Conselho Superior, posto em que a morte veio encontrar.<sup>208</sup>

Francelino de Andrade e Elias Nazareth, dois “homens de cor” que conseguiram se destacar na área do magistério, ambos estavam inseridos no universo de uma cidade que padecia com graves problemas de analfabetismo e desvalorização do profissional de educação. Sabemos que Francelino de Andrade e Maxwell se conheciam, ambos deram aula na Liga Educadora Bahiana em 1915. Em relação ao Elias Nazareth, não nos foi possível descobrir na pesquisa se este conhecia Francelino e Maxwell. Mas, consideramos importante destacar que os três docentes fizeram política dentro e fora da sala de aula. Não apenas criticaram o estado de precarização do ensino, como também participavam de congressos, escreviam artigos, propunham leis que ajudassem a organizar e qualificar o ensino em Salvador na Primeira República.<sup>209</sup>

Alguns professores, “homens de cor” foram além da militância pela educação e se envolveram no complexo jogo eleitoral nas primeiras décadas do século XX. Caso particular do Maxwell Assumpção e de alguns dos seus amigos.

## 2.6 A importância das eleições

Maxwell candidatou-se para deputado estadual em 1913, mas sem êxito. Ele obteve no total cento e noventa e três votos. A eleição ocorreu nos distritos da Sé, São Pedro, Santana, Rua do Passo, Santo Antônio, Victória, Nazareth, Brotas, Pilar, Mares, Penha, Plataforma, Paripe, Passé e Itapuã.<sup>210</sup>

Um ano antes das eleições de 1913, Maxwell comemorava à vitória do governador José Joaquim Seabra. Em 1912, o eleitorado do distrito de Santo Antônio fez “uma grande

<sup>207</sup> Fontes: Revista Bahia Ilustrada, ano.1918, p.6. Mensagem do Governador da Bahia para a Assembleia (BA), ano. 1925, p.99. Estas fontes estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>208</sup> Fonte: Mensagens do Governador da Bahia para a Assembleia (BA), ano.1922, p.182. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>209</sup> Em janeiro de 1921, Francelino de Andrade propunha que se criasse um imposto de mil réis a todo cidadão baiano maior de 21 anos de idade em benefício da educação no município. Mas, a ideia não foi adiante. Fonte: A Manhã, 06/01/1921, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>210</sup> Não sabemos qual foi o partido pelo qual Maxwell candidatou-se, ele pode ter concorrido no distrito de Santo Antônio, onde vivia. Gazeta de Notícias, 13/01/1913, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

manifestação de apreço ao sr. J.J Seabra” comemorando à sua vitória para governador da Bahia.<sup>211</sup> Segundo o periódico *Correio Paulistano* “os manifestantes dirigiram-se para o palácio das Mercês em quatro bondes especiais, levando a frente uma banda de música”. Em nome do eleitorado de Seabra falou o deputado Raul Alves oferecendo ao governador um ramo de flores e depois discursou Maxwell Assumpção “exaltando as qualidades do manifestado”.<sup>212</sup>

O deputado federal Raul Alves que estava ao lado do Maxwell na homenagem à Seabra era um dos maiores apoiadores do Governador. Raul Alves fazia parte do grupo político forte que Seabra liderava na Câmara Federal, os deputados Antônio Muniz, Octávio Mangabeira e Muniz Sodré, todos do Partido Republicano Democrático foram os principais nomes que compunham à bancada baiana na câmara em 1912.<sup>213</sup>

Para estar tão perto do governador J.J Seabra e ainda ter a oportunidade de discursar para ele, Maxwell deve ter percorrido um caminho longo nos bastidores da política baiana nas primeiras décadas do século XX. Sua capacidade de construir redes de sociabilidade com diferentes classes sociais e de fazer política nos espaços por onde andou foram fatores essenciais para que ele pudesse se aproximar de políticos importantes como Seabra e Raul Alves.<sup>214</sup>

Esta rede de sociabilidade que Maxwell construiu contava com amigos que também disputavam eleições. Alguns dos amigos e conhecidos dele conseguiram vitória em vários pleitos. Um deles foi o rábula e jornalista Cosme de Farias, personagem que apresentamos no capítulo anterior. Só para deputado estadual, Cosme foi eleito em cinco pleitos (1915, 1917, 1919, 1921, 1970).<sup>215</sup> Cosme conhecia bem os bastidores da política baiana, tão bem que em 1925, inconformado com o resultado das eleições, o rábula insistia que o pleito para

---

<sup>211</sup> Nas décadas de 1920 e 1930, Maxwell e sua família moraram no distrito de Santo Antônio, na Rua dos Currais. Fonte: Diário de Notícias, 17/03/1933, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>212</sup> *Correio Paulistano*, 02/04/1912, p.3 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>213</sup> Antônio Muniz, Octavio Mangabeira, Muniz Sodré, Raul Alves, Arlindo Leone, Joaquim Pires, Freire Filho, Raphael Pinheiro, Souza Britto, Filinto Sampaio, Ubaldino de Assis, Joaquim Teixeira. Estes eram os deputados federais da Bahia na Câmara Federal em 1912. Fonte: *Gazeta de Notícias*, 23/09/1912, p.2 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>214</sup> O político Raul Alves foi eleito deputado estadual por diversas vezes. Seu nome chegou a ser discutido pelo Partido Republicano Democrático para assumir a governadoria depois do primeiro mandato de Seabra. No entanto, foi escolhido outro discípulo de Seabra, o político Antônio Muniz (1916-1920). Fonte: *A Notícia*, 04/12/1915, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>215</sup> Nas eleições municipais, Cosme foi eleito vereador quatro vezes: 1947, 1950, 1958, 1962. VER: SANTOS, Mônica Celestino. *As trincheiras do major Cosme de Farias: a interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador no alvorecer da República (1875-1972)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2011, p.19

deputado estadual naquele ano foi uma “farsa tristíssima onde vigorou o criminoso regime do bico de pena”.<sup>216</sup>

Nesse sentido, ele escreveu dias após a contagem dos votos: “fui eleito democraticamente pela soberania popular e pouco me importa, agora, que a prepotência esmague o meu direito”. Como destacamos no primeiro capítulo, Cosme protestou com veemência pela imprensa e perante a Junta Apuradora, requerendo que se divulgassem às listas de eleitores de determinadas secções, assim como a impugnação de outras, “porque havia provas de que muitas delas haviam sido falsificadas ou mesmo fabricadas”.<sup>217</sup>

Cosme de Farias estava convicto de que houve fraude nas eleições, algo bastante comum na Primeira República. E assim responsabilizou o então governador do estado Francisco Marques de Góes Calmon (1874-1932) que, segundo o rábula, agia com o objetivo de “suprimir a minoria parlamentar, cláusula constitucional expressa para a legalidade de uma eleição”.<sup>218</sup>

O rábula parecia ter razão, já que no pleito de 1925, ele obtivera 2.277 votos ficando entre os sete primeiros colocados, portanto, considerado eleito à luz da legislação da época que previa diplomação dos sete primeiros colocados de cada distrito. A justificava de que estava sendo perseguido pelo governador Góes Calmon também era válida já que este político passou a ser adversário do ex-governador J.J Seabra, que então tinha apoio político de Cosme de Farias.<sup>219</sup>

A coragem de Cosme de Farias em denunciar o governador em público lhe custou uma grande perseguição dos “amigos do governador, violentos policiais armados até os dentes” que caçavam o advogado pelas ruas de Salvador. Cosme passou trinta dias desaparecido, se escondendo de casa em casa, tentando o recurso judicial do *habeas corpus* sem sucesso, até que decidiu se entregar à polícia.<sup>220</sup>

Outro amigo do Maxwell que tinha vínculo com a política na cidade era o professor de matemática João Luiz Pimenta.<sup>221</sup> Nos pleitos de 1913, 1915 e 1917, João Luiz Pimenta foi

---

<sup>216</sup> LIMA, Bruno Rodrigues de. Cosme de Farias: lama e sangue. Salvador: EDUFBA, 2018

<sup>217</sup> As listas de eleitores não foram divulgadas e, na apuração oficial, Cosme obteve um total de 2.569 votos. VER: LIMA, Bruno Rodrigues. Cosme de Farias: lama e sangue. Salvador: EDUFBA, 2018, p.18

<sup>218</sup> LIMA, Bruno Rodrigues. Cosme de Farias: lama e sangue. Salvador: EDUFBA, 2018, p.18.

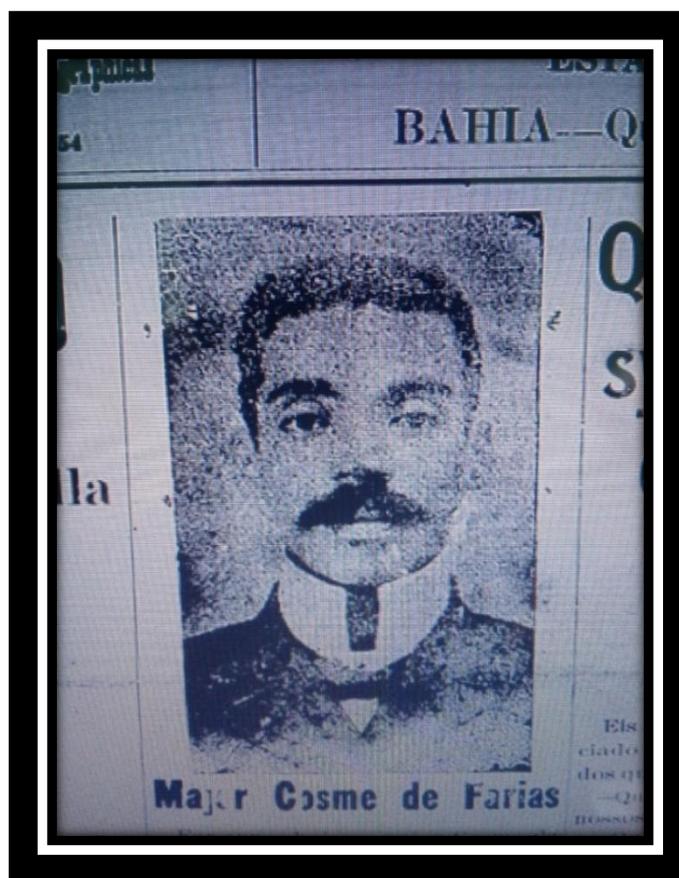
<sup>219</sup> SANTOS, Mônica Celestino. As trincheiras do major Cosme de Farias: a interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador no alvorecer da República (1875-1972). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2011, p.103

<sup>220</sup> Ibid., p.18-19

<sup>221</sup> Fonte: Gazeta de Notícias, 30/06/1913, p.2

eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Democrata.<sup>222</sup> Em 1915, João foi o quinto melhor votado com 1.411 votos. Ele ficou atrás dos deputados Pedro Frederico da Costa (1.752), Xavier Marques (1.534), Cosme de Farias (1.456) e Armando de Campos Pereira (1.446).<sup>223</sup> Já em 1917, ele também foi o quinto melhor votado, mas com uma quantidade maior de votos, 3.308.<sup>224</sup>

Figura 10: O rábula Cosme de Farias



Fonte: Gazeta de Notícias, 02/04/1914, p.1

<sup>222</sup> A Constituição de 1891 determinava que os deputados estaduais e federais assumiram seus mandatos por 3 anos de acordo com a proporção de suas populações. Fonte: Site da Câmara dos Deputados, link><https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/a1republica.html>

<sup>223</sup> Gazeta de Notícias, 11/01/1915, p.3 Hemeroteca Digital Brasileira

<sup>224</sup> SANTOS, Mônica Celestino. As trincheiras do major Cosme de Farias: a interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador no alvorecer da República (1875-1972). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2011, p.95

O periódico *O Combate* que fazia oposição ao governador Góes Calmon ironizou a atitude do governador quando este chamou o professor João Luiz Pimenta para trabalhar com ele em seu gabinete em 1927. Neste ano, João lecionava no Ginásio da Bahia.<sup>225</sup>

A matéria do periódico *O Combate* questionou: “o que irá fazer o sr. Góes Calmon das habilidades do professor João Luiz Pimenta”? Segundo o autor do texto, se fosse para dar aulas, o governador do estado nada tinha para ensinar ao professor de matemática que era um “ardente mestre da ciência positiva”.<sup>226</sup> E na conclusão da matéria ainda ironizou: “portanto, é de esperar que de volta ao Gynásio, o professor Pimenta teve alguma coisa nova, absolutamente inédita, sobre matemática para ensinar aos seus alunos”.<sup>227</sup>

O Ginásio Carneiro Ribeiro, o Educandário dos Perdões, Ginásio da Bahia, Liga Educadora, Curso Rio Branco de Preparatórios, foram muitos espaços escolares que o amigo do Maxwell atuou como professor. A experiência no magistério pode ter contribuído para a construção de uma ampla rede de sociabilidade que possibilitou ao João Luiz Pimenta vencer mais de uma eleição para deputado estadual. No entanto, acreditamos que para ser eleito deputado por mais de um pleito era necessário não apenas ter longa experiência no magistério, o candidato precisava ser popularmente reconhecido, caso do Cosme de Farias que além de atuar como advogado, militava em muitos movimentos sociais contra a alfabetização, a fome, e o desemprego de muitos mendigos e doentes mentais na cidade.<sup>228</sup>

O envolvimento de alguns “homens de cor” nas eleições do período republicano é um tema interessante. A historiografia tem apresentado alguns trabalhos que revelam a participação direta de trabalhadores negros nas disputas eleitorais na capital baiana no começo do século XX. Aldrin Castellucci destaca que desde as suas origens, o Centro Operário da Bahia tinha por objetivo garantir aos operários um canal de participação política nas eleições.

---

<sup>225</sup> Fonte: *O Combate*, 19/10/1927, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>226</sup> Segundo o historiador José Augusto Ramos da Luz, o mandato de Góes Calmon foi inovador ao dar prioridade ao ensino primário e ao chamar o educador Anísio Teixeira para a Diretoria Geral da Instrução. Nesse sentido, segundo o historiador José Augusto, Góes Calmon procurava alguns educadores de longo tirocínio para se aconselhar em relação as medidas que ele devia tomar em relação a educação no estado. VER: LUZ, José Augusto Ramos. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2009, p.84

<sup>227</sup> *O Combate*, 19/10/1927, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>228</sup> Informações diversas sobre João Luiz Pimenta. Fontes: *Gazeta de Notícias*, 30/06/1913, p.2/ *Gazeta de Notícias*, 11/01/1913, p.3/ *A Notícia*, 12/06/1915, p.5. *A Hora*, 30/06/1913, p.2. Todas as fontes estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Sobre a trajetória do major Cosme de Farias, VER: SANTOS, Mônica Celestino. As trincheiras do major Cosme de Farias: a interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador no alvorecer da República (1875-1972). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2011.

Uma das finalidades desta organização era eleger seus representantes para a justiça de paz, as juntas distritais e o Conselho Municipal.<sup>229</sup>

Castellucci demonstrou que a maior parte da classe operária que compunha o Centro Operário era negra e mestiça. “Foi uma entidade formada basicamente pelo setor qualificado da classe trabalhadora, isto é, pelos artesãos e artífices”.<sup>230</sup> Portanto, eram homens alfabetizados e legalmente habilitados à participarem das disputas eleitorais na Primeira República. Nesse sentido, ainda que o voto não fosse um direito amplo naquela sociedade, havia importantes grupos negros que valorizavam à esfera da representação formal e seus desdobramentos como um significativo espaço de participação política, evidenciando que existiam expectativas em relação aos processos eleitorais no pós-abolição.<sup>231</sup>

Mas a historiografia tem demonstrado também que o conceito *ação política* em relação aos “homens de cor” no pós-abolição foi mais amplo, não se limitava às disputas eleitorais. Flávio dos Santos Gomes argumenta que desde a segunda metade do século XIX foram muitas mobilizações políticas por melhores condições de vida. No movimento operário, na imprensa, teatro de revista, na organização de espaços próprios como irmandades, associações dançantes, grupos carnavalescos, times de futebol, centros cívicos e entidades de representação política.<sup>232</sup>

Neste capítulo, vimos que além de tentar candidatura para deputado estadual, Maxwell foi líder de uma Sociedade beneficente, deu aulas para aprendizes maquinistas analfabetos, fez parte da Liga Educadora Baiana, foram muitos lugares em que o advogado e professor africano esteve presente, militando em favor da escolarização dos mais pobres e dos direitos dos trabalhadores, a exemplo dos lavradores suburbanos.

Portanto, neste capítulo, nossa intenção foi demonstrar que o personagem central desta dissertação esteve preocupado com os problemas sociais da cidade. Mas, ele não militava isolado. Outros “homens de cor” letrados o ajudaram a construir uma rede associativa em

---

<sup>229</sup> O Centro Operário da Bahia foi uma entidade formada basicamente pelo setor qualificado da classe trabalhadora, homens que sabiam ler, escrever e contar. Muitos dos seus membros associados eram artesãos ou artífices, trabalhadores negros habilitados para o exercício dos direitos políticos, como eleitores e até como candidatos a ocupação de mandatos eletivos. VER: CASTELLUCCI, Aldrin A.S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia. (1890-1930). Salvador: Afro- Ásia, n.41, 2010; CASTELLUCCI, Aldrin A.S. Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2008; CASTELLUCCI, Aldrin A.S. Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do império aos sucessos da Primeira República. Salvador: EDUNEB, 2015.

<sup>230</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A.S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia. (1890-1930). Salvador: Afro- Ásia, n.41, 2010, p.93

<sup>231</sup> DANTAS, Carolina Vianna. “Um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro-Ásia, 2010, p.205; GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, pp.127-155.

<sup>232</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Negros e política (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

benefício dos mais pobres. Nesse sentido, tivemos a oportunidade de descobrir na pesquisa que, embora Salvador padecesse com graves problemas estruturais na área da educação e dos direitos dos trabalhadores negros e pobres na Primeira República, houve pequenas ações políticas por parte de alguns “homens de cor” que, se não alteram o quadro social e político da cidade, ajudaram a trabalhar por cidadania.

### Capítulo 3. As cartas de protesto do Maxwell Assumpção. (1920-1924)

Como já argumentamos nos capítulos anteriores, a trajetória do Maxwell Assumpção em Salvador foi marcada por uma expressiva militância política. Neste capítulo, nossa intenção é discutir a militância do Maxwell através das cartas de protesto que ele escreveu entre os anos 1920-1924. Os conteúdos destas cartas revelam um autor bastante preocupado com as práticas racistas no Brasil na década de 1920.

#### 3.1 “O Sr. Epitácio e os Negros”.

Localizei cinco cartas do Maxwell na imprensa baiana, quatro foram publicadas no jornal *A Tarde* e uma no *Diário de Notícias*.<sup>233</sup> Às cartas versaram sobre a mesma temática: a crítica contra o preconceito de cor.

Em julho de 1920, Maxwell escreveu para protestar contra o presidente Epitácio Pessoa por este ter proibido que pessoas negras fizessem parte da guarda de honra do Rei Belga que veio para o Brasil em viagem diplomática junto com a sua esposa e comitiva.<sup>234</sup> Em uma narrativa marcada pela ironia e objetividade, Maxwell começa a sua carta questionando a identidade racial do presidente Epitácio Pessoa.

Srs. Redactores do Diário de Notícias, em uma das columnas do vosso brilhante vespertino, peço publicar **as perguntas inocentes** que abaixo vão: Sr. presidente da República... pergunto a v.exa. Em que acepção toma a palavra “negro” para excluí-lo da guarda de honra do rei dos Belgas? Será na acepção brasileira? Se na primeira acepção, o sr. Epitácio tem que deixar a presidência, **porque não sendo negro de sangue puro**, não é tão pouco “lily white” (lírio branco) dos Estados Unidos; se na segunda acepção, não terá o sr. Epitácio a guarda de honra para a recepção regia, pois, em sua maioria, o nosso exército é de **homens de cor**.<sup>235</sup>

O que significava exatamente “negro de sangue puro” para Maxwell Assumpção? Por que essa desconfiança com o fenótipo do presidente? Está nítido que a pretensão do Maxwell foi tentar deslegitimar a figura do presidente questionando sua própria cor. Apesar de não dizer diretamente, Maxwell especula sobre a possibilidade do presidente Epitácio Pessoa ser um homem mestiço; nem “negro de sangue puro”, tão pouco “lírio branco dos Estados Unidos”.<sup>236</sup>

<sup>233</sup> Fontes: Diário de Notícias, 21/07/1920, p.2. A Tarde, 08/08/1921, p.1- 16/08/1922, p.1- 08/02/1923, p.1- 24/04/1924. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>234</sup> Diário de Notícias, 21/07/1920, p.2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>235</sup> Diário de Notícias, 21/07/1920, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>236</sup> Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942), objeto da crítica do Maxwell, foi eleito presidente do Brasil em julho de 1919. Membro de uma família abastada no estado da Paraíba, Epitácio Pessoa acumulou cargos políticos importantes ao longo da sua trajetória, ele foi secretário geral do governo da Paraíba (1889-1890),

Para Maxwell, a atitude política do presidente Epitácio Pessoa de excluir pessoas negras da guarda de honra do Rei Belga não tinha fundamento porque este próprio monarca já tivera contato com “homens de cor” dentro de seu próprio país. Em outro parágrafo da carta, o autor argumenta o seguinte.

Sr. presidente, mais justiça para os vossos irmãos porque são brasileiros e fizeram parte forte da guarda de honra que elegeu v.exa. Sua majestade o rei dos belgas não se sentirá offendido com a presença da guarda matizada, porque **os negros** têm visitado o seu paiz, onde já funcionou como secretário do interior um “**negro**” natural da Nigéria (Lagos) de nome Geraldo Samuel, de paes brasileiros, professor primário e da **cor da noite**. Durante a guerra europeia, sua majestade teve contacto direto com soldados e generaes negros, cuja bravura, delicadeza e lealdade não foram desconhecidos ao mundo. Basta de maos tratos sr. presidente! Somos também filhos de Deus. Queira nos bem!<sup>237</sup>

Chama atenção na citação o quanto Maxwell estava conectado com às notícias nacionais e internacionais. Durante o conflito da Primeira Guerra mundial (1914-1918) seguramente ela lia e pesquisava nos noticiários a participação dos soldados negros na guerra. Portanto, devia saber o quanto foi relevante a participação dos “homens de cor” nos campos de batalha na Europa. É evidente que nesta carta, Maxwell reivindica à participação de pessoas negras para a comitiva do rei belga porque devia entender que o próprio rei Alberto I tinha uma espécie de “dívida” para com os “homens de cor” que lutaram a seu favor durante o primeiro grande conflito mundial.<sup>238</sup>

A crítica direcionada ao presidente Epitácio Pessoa pode ter sido inspirada no artigo que Maxwell leu do abolicionista e jornalista José Carlos do Patrocínio (1853-1905). Em 1900, Patrocínio escreveu: *Renegado* que foi publicado no *Cidade do Rio*, jornal de propriedade do próprio Patrocínio.<sup>239</sup> Neste artigo, o abolicionista fez duras críticas à Marinha e, sobretudo, ao presidente Campos Sales (1841-1913) pelo fato deste ter selecionado pela cor a tripulação que o levaria ao Rio da Prata. Escreveu José do Patrocínio:

Não há ninguém vendo as pálpebras empapuçadas de S. Ex, o seu nariz carnudo, os seus beijos abringelados e grossos, a sua cor de prato de pó de pedra e, sobretudo, a sua pera característica, saudade involuntária da sua verdadeira raça; não há ninguém sobretudo em terra onde prepondere o branco, capaz de enganar-se a respeito do

---

deputado federal (1891-1893), ministro da justiça no governo de Campos Sales (1898-1901), ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1902-1912) e senador (1912-1919). Fonte: Site Biografia, link> [https://www.ebiografia.com/epitacio\\_pessoa/](https://www.ebiografia.com/epitacio_pessoa/)

<sup>237</sup> Não conseguimos localizar o secretário do interior Geraldo Samuel, citado por Maxwell Assumpção. Diário de Notícias, 21/07/1920, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>238</sup> M'BOKOLO, Elikia. África Negra: história e civilizações. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Manuel Resende, revisada academicamente por Daniela Moreau, Valdemir Zamparoni e Bruno Pessoti. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

<sup>239</sup> BENEDICTO, Maria Margareth dos Santos. Quaquareaquá quem riu? Os negros que não foram. A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da Belle époque nos 1920 no Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018, p.150.

sangue de S. Ex. Se enxovalha o Brasil, gente que não seja legitimamente, genuinamente branca exercer funções públicas, por mais modestas que elas sejam, como ser soldado ou marinheiro, mais deve enxovalhar ocupar a presidência da República um indivíduo que não passa de sepulcro caiado de raças tidas por inferiores. Qualquer estudante de antropologia descobre logo que no senhor Campos Sales a testa do Moçambique e os quadris do cambinda, nas suas pernas curtas o tapuia, como no chorando de sua voz o algarvio, que serviu de veículo para as outras raças. Deu-se no Sr. Campos Sales o processo de refinação do açúcar mascavo. S. Ex. é branco de segunda, como de segunda é essa qualidade do açúcar.<sup>240</sup>

Sabemos que Maxwell leu este texto porque em 1923, quando criticou o diretor da Escola de Aprendizes da Marinha em Salvador que recusava à matrícula de jovens negros, ele cita a “Esquadra branca, cantada em verso e prosa pelo saudoso José do Patrocínio” que veremos com mais detalhes nas próximas páginas. Em relação a citação acima, Patrocínio consegue ser mais descritivo e áspero em sua crítica ao fenótipo de Campos Sales se compararmos ao texto escrito por Maxwell dirigido ao Epitácio Pessoa. A intenção de ambos pareceu ter sido a mesma: construir uma narrativa que desmoralizasse racialmente dois estadistas brancos em posição de poder que assumiram publicamente seu preconceito de cor.

A historiadora Maria Margareth Benedicto dos Santos analisou o artigo *Renegado* escrito por Patrocínio e argumentou que este abolicionista “sempre teve uma atuação de acolhimento ao discurso dominante, ou seja, branco”. E está característica, segundo Santos fica evidente no conteúdo do seu texto.

Se possuía a intenção de valorização dos negros e seus descendentes, isso não ocorreu. Muito pelo contrário, se instrumentalizou da “ciência antropológica” para validar sua tese: a origem inferior de Campos Sales e, conseqüentemente, a dos soldados e marinheiros negros e mestiços que estava defendendo, pois Sales estava em conformidade com os que tentava discriminar.<sup>241</sup>

Apesar de considerarmos o fato de que José do Patrocínio tenha se utilizado de termos racialmente ofensivos em relação as “pessoas de cor”, não acreditamos que ele tenha agido na mesma perspectiva dos autores que defendiam teses racistas em fins do século XIX e começo do XX. Acreditamos que Patrocínio e Maxwell estavam reagindo a uma retórica discursiva que estabelecia socialmente uma comparação sobre quem era inferior e superior, quem possuía ou não as qualidades necessárias para, inclusive, ser presidente do Brasil.

Outra questão interessante que está presente nesta carta e em outras escritas por Maxwell são as categorias raciais que ele aciona. Os termos “negros”, “cor da noite”, “pretos”, “pretinhos” e “homens de cor” foram bem destacados. Segundo o historiador

---

<sup>240</sup> Ibid., p.150.

<sup>241</sup> Ibid., p.150

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, na década de 1920, os termos “raça” e “negro” foram paulatinamente ganhando um novo sentido no Brasil. Guimarães pontua que o que existia de negativo, inferior e insultuoso nessas palavras, passa para o segundo plano para dar lugar “a reivindicação de um sentido positivo e arregimentador”.<sup>242</sup>

A imprensa negra em algumas regiões do Brasil exerceram um papel político importante nesse processo de ressignificação paulatina dos termos “negros” “pretos”, “homens de cor” “raça” e “classe de homens negros”. Flávio dos Santos Gomes argumenta que os primeiros periódicos editados por “homens de cor” e tendo a “raça negra” e o preconceito como principais temas datam do final do século XIX. Periódicos como *A Pátria* (1889) em São Paulo e *O Exemplo* no Rio Grande do Sul (1890) procuravam em suas páginas denunciar humilhações e intolerância sofrida pelos homens de cor, esses periódicos tinham o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do pós- emancipação e a situação das pessoas negras no Brasil.<sup>243</sup>

Embora vivesse em uma cidade aonde não ocorreu a massificação de periódicos voltados para o interesse da população negra na Primeira República, Maxwell devia ter acesso a alguns desses periódicos que circulavam em outros estados do Brasil nas décadas de 1910 e 1920. Ele viveu em um período histórico em que as discussões sobre raça, mestiçagem e identidade nacional estavam em ebulição em diversos espaços sociais no começo do século XX. Seja por meio da imprensa, de festas como o carnaval, da literatura ficcional e dos debates acadêmicos, o tema (raça) se fortalecia não apenas entre os intelectuais brancos como argumenta Carolina Vianna Dantas, mas também para um público amplo e diversificado.<sup>244</sup>

---

<sup>242</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito racial: modos, temas e tempos. São Paulo: Editora Cortez, 2008, p.27.

<sup>243</sup> Nas décadas de 1910 e 1920 vários periódicos apareceram, *O Kosmos*, *A Sentinela*, *A Liberdade*, *A Rua*, *O Alfinete*, *O Clarin d’Alvorada*, *Princesa do Norte*, *Binocular*, *O Bandeirante* e *O Menelick*. Flávio Gomes explica que estes e outros periódicos se constituíram em instrumento de comunicação de inúmeros intelectuais, grupos, associações e entidades negras. Estes canais de comunicação procuravam estimular, através dos editoriais e da publicação de determinados artigos, temas que abordassem a autovalorização da população negra, sua visão de mundo e suas formas políticas, culturais e religiosas de organização e participação. VER: GOMES, Flávio dos Santos. Negros e política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. VER: VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira. República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011; PINTO, Ana Flávia Magalhães. Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018, p.270; MOURA, Clóvis. Imprensa negra. Edição Fac-Familiar, 2002

<sup>244</sup> DANTAS, Carolina Vianna. Brasil “café com leite”: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007; DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. Artigo disponível em ><http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a04v1326.pdf>.

O jornal impresso foi a principal fonte que Maxwell utilizava para saber sobre às notícias diárias da cidade em que ele vivia e de outros estados da Federação. Os jornais *Diário de Notícias* e o *A Tarde* foram os periódicos que ele mais acessava. Foi por meio destes periódicos que Maxwell soube da vinda do Rei Alberto I da Bélgica e sua comitiva.<sup>245</sup>

Apesar da conjuntura de crises econômicas e políticas, no campo das relações diplomáticas, o governo do presidente Epitácio Pessoa foi “privilegiado” com a visita do Rei Alberto I da Bélgica (1875-1934) que permaneceu no Brasil entre os dias 19 de setembro a 15 de outubro de 1920. O rei veio acompanhado de sua esposa, a rainha Isabel Gabriela Maria (1876-1965) e o filho do casal o príncipe Leopoldo III (1901-1983). A estadia da família real no Brasil foi bastante aclamada pelos jornalistas e pelas autoridades políticas. O jornalista e escritor do Rio de Janeiro, Gilberto Amado destacou que a visita do rei Belga ao Brasil “era um acontecimento extraordinário, que representa uma honra para o Brasil e uma glória para o governo que o propicia, uma oportunidade para o povo brasileiro aclamar uma das mais belas figuras morais do mundo moderno”.<sup>246</sup>

A popularidade do rei Alberto I da Bélgica cresceu graças a sua atuação militar durante o conflito na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Durante a estadia da família real no Brasil, o rei era aclamado pela imprensa como o “rei herói” ou o “rei soldado”. O convite formal para a viagem da família real Belga ao Brasil foi feito pelo próprio Epitácio Pessoa que foi o representante Brasileiro na conferência de Versalhes em 1919.<sup>247</sup>

Os políticos e autoridades dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se mobilizaram para recepcionar bem o rei Alberto I e sua família. O palácio da Guanabara, o Jardim Botânico e o Instituto Oswaldo Cruz foram reformados no Rio de Janeiro. Vários eventos foram especialmente programados para recepcionar a família real, as autoridades estiveram bastante empenhadas no sentido de agrada-los e nesse intuito houve um esforço político na tentativa de esconder do rei os problemas estruturais das cidades por onde ele visitou.

---

<sup>245</sup> O *Diário de Notícias* e o *A Tarde* faziam parte da “grande imprensa baiana” no período republicano. Enquanto empresas jornalísticas mercantilizavam a informação, vendiam notícias, tinham como base de sustentação a publicidade, mas, sobretudo, a veiculação da ideologia das classes sociais dominantes da sociedade baiana. Segundo a historiadora Meire Lúcia Alves dos Reis, estes jornais tinham objetivos econômicos e políticos, queriam vender e ao mesmo tempo formar opinião de certos interesses particulares. VER: REIS, Meire Lúcia Alves. A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2000

<sup>246</sup> Sobre a viagem do rei Belga ao Brasil em 1920, consultar o site da Brasileira Fotográfica, acessar em> <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=5950>.

<sup>247</sup> O rei Alberto I veio aos trópicos com a finalidade de aproximar a relação comercial com o Brasil, um dos resultados da viagem foi a criação da Companhia Belgo Mineira em 1921. Fonte> <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=5950>.

No Rio de Janeiro, por exemplo, alguns periódicos da cidade denunciaram o “atentado contra o Morro do Castello” em setembro de 1920. Os moradores se posicionaram contra a atitude do governo e chegaram a escrever uma lira popular que dizia o seguinte:

O castelo vai abaixo,  
Eu não tenho onde viver,  
Vou dormir lá na avenida,  
Para o rei Alberto ver.<sup>248</sup>

Todo o cuidado em ocultar do rei Belga os problemas da cidade e a sua própria recepção custou alguns mil réis aos cofres do governo federal que foi denunciado pelos jornais que faziam oposição ao presidente Epitácio Pessoa. Na Bahia, o periódico *A Manhã* e o *Diário de Notícias*, propriedades do jornalista Antônio Marques dos Reis encabeçaram às críticas. No dia 8 de setembro de 1920, o periódico *A Manhã* apresentou os números.

Na capital Federal, o governo manda construir carros de estrada de ferro no valor total de 400 contos para levar o rei Alberto a São Paulo, gasta 80 contos para a compra e ornamentação do automóvel em que vai andar no Rio o rei Belga. O prefeito do Rio planeja o arrazamento do Morro do Castello, o sr. Epitácio concorda, e este arrazamento é avaliado em oitenta mil contos.<sup>249</sup>

A historiografia que estuda o perfil editorial dos jornais de Salvador na Primeira República destaca que a política partidária era um elemento que marcava a singularidade dos periódicos. Muitos jornalistas eram políticos e profissionais liberais, Maria do Socorro Soares Ferreira argumenta que o discurso jornalístico dos jornais mais lidos da cidade, como o *Diário de Notícias* e o jornal *A Tarde*, até que buscavam adaptar-se as novas tendências que preconizavam a defesa da coletividade e a neutralidade da informação pública, mas não conseguiram se desvincular por completo dos vínculos partidários que garantiram a longevidade destes órgãos de imprensa.<sup>250</sup>

<sup>248</sup> *A Manhã*, 02/09/1920, p.3. (Bahia). Hemeroteca Digital Brasileira

<sup>249</sup> *A Manhã*, 08/09/1920, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>250</sup> FERREIRA, Maria do Socorro Soares. *A Tarde e a construção dos sentidos: ideologia e política (1928-1931)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002; SILVA, Jéssica Santos Lopes. *O império das circunstâncias: carnaval e disputas políticas no pós-abolição em Salvador (1890-1910)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2018; REIS, Meire Lúcia Alves. *A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

Figura 11: A família Real Belga no Brasil



Fonte: O Paiz 19/09/1920, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

Na década de 1920, quando as cartas do Maxwell foram publicadas, os jornais *Diário de Notícias* e o *A Tarde* faziam oposição ao governo do presidente Epitácio Pessoa e ao governador José Joaquim Seabra. Com o recrudescimento da oposição ao governo federal e estadual, abundaram nos noticiários destes respectivos jornais críticas que estavam relacionadas a administração do estado.<sup>251</sup>

<sup>251</sup> CUNHA, Joaci de S. O roseiral e os espinhos: J.J Seabra e a crise da sua supremacia política na Bahia. Jeferson Bacelar e Claudio Pereira (Orgs). Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930). Salvador: EDUFBA, 2001.

Ciente dos interesses políticos e comerciais dos jornais, Maxwell aproveitou a ocasião para criticar o presidente Epitácio Pessoa pelas páginas do *Diário de Notícias*. A crítica dirigida ao presidente em 1920, foi a primeira fonte onde pudemos acompanhar os argumentos do Maxwell a respeito do preconceito de cor,<sup>252</sup> mas viriam outras cartas e com elas o estilo irônico, objetivo e militante que caracterizou as narrativas do Maxwell Assumpção.

### 3.2 “Imigração negra: o dr. Maxwell protesta”.

Em 1921, mais uma carta foi publicada, agora no jornal *A Tarde*, vejamos o conteúdo dela.

Presado e D.D colega. Sr. Director d´A Tarde. Saudações!  
Despertando hontem com o telegrama inserido nas columnas do vosso conceituado vespertino A Tarde, relativamente ao **projecto inconstitucional e deshumano**, apresentado á Câmara Federal pelo deputado Cincinato Braga sobre a proibição da imigração negra para o Brasil, **não posso ficar mudo** deante de semelhante ignominia, sem lançar daqui o meu protesto contra semelhante projecto que, a meu ver, sintetiza tão somente uma injúria atirada á face da população de um paiz, que desde o berço da sua civilização até a presente data outro elemento desenvolvedor da lavoura e das industrias não foi si não o elemento negro, grandemente arrebatado do regaço remanço de sua pátria pelos portugueses.<sup>253</sup>

Maxwell leu o projeto de lei como “inconstitucional e desumano”. Inconstitucional porque em 1907, o Estado brasileiro já tinha revogado uma lei republicana de 1891 que proibia a vinda de imigrantes nativos da África e da Ásia.<sup>254</sup> Contrariado, Maxwell entendeu que este projeto de lei sintetizava “uma injuria” contra a população negra que ajudou a edificar o Estado com seu trabalho no desenvolvimento da lavoura e das indústrias.

Chama atenção o conhecimento que o advogado africano tinha sobre a história do Brasil e da população negra neste Estado. Seguramente, ele estava lendo na década de 1920 narrativas sobre a formação da identidade nacional que valorizavam a contribuição dos africanos e seus descendentes na construção do Brasil.<sup>255</sup>

O conterrâneo do Maxwell, o professor e intelectual mestiço Manuel Raimundo Querino (1851-1923) reconhecia e valorizava às contribuições civilizatórias do negro no

<sup>252</sup> Diário de Notícias, 21/07/1920, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>253</sup> A Tarde, 08/08/1921, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Grifos meus.

<sup>254</sup> SKIDIMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>255</sup> DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. Artigo disponível em> <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a04v1326.pdf>

Brasil nas primeiras décadas do século XX. Na concepção de Querino, a ideia de civilização não excluía os africanos nem a irracionalidade fazia parte das características da “raça negra”. Querino defendia a tese de que foi o “trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento a nobreza e a prosperidade do Brasil”. Nesse sentido, ele escreveu em 1916 *A raça africana e seus costumes na Bahia*, e dois anos depois *O colono preto como fator da civilização brasileira*, dois textos em que Querino apresenta suas ideias acerca da formação da nacionalidade brasileira e da importância política, social, cultural e civilizacional da “raça negra” no Brasil.<sup>256</sup>

Portanto, o argumento em defesa da contribuição dos africanos e seus descendentes na história do Brasil, não foi uma justificativa exclusiva do Maxwell. O debate sobre a formação da nacionalidade brasileira na Primeira República foi extenso e com muitas variáveis. Nas próximas páginas deste capítulo voltaremos a este tema, por hora, continuemos a apresentar o conteúdo da carta.

Maxwell usa sua ironia peculiar para explicar que não acreditava que os Estados Unidos pudessem expulsar os negros daquele país por entender que os próprios negros deixariam aquele Estado por conta própria.

É mister, porém, dizer-vos que não creio que os Estados Unidos pretendam expatriar o elemento negro porque, de lá, só sairão “voluntariamente” para a pátria dos seus pais ou a “ferro e fogo”, no dizer deles, quando, nos tempos remotos, a queira ser toda branca.<sup>257</sup>

Esta discussão em torno da imigração negra deve ter tocado Maxwell de forma particular, não apenas pelo fato dele ser negro, mais por não ter nascido no Brasil. Desde a segunda metade do século XIX, especificamente depois da lei de 1850 que aboliu definitivamente o tráfico negreiro, sabemos pela historiografia que as autoridades brasileiras buscaram restringir à entrada de africanos no Brasil.<sup>258</sup> Quando escreveu a carta de protesto

---

<sup>256</sup> Não conseguimos encontrar nas fontes a aproximação entre Manoel Querino e Maxwell Assumpção, mas é possível que os dois possam ter se conhecido ou pelo menos lido alguma coisa de ambos. Informações biográficas sobre Manoel Querino, VER: ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.87; GLEDHILL, Helen Sabrina. Travessias racialistas no atlântico negro: reflexões sobre Booker Washington e Manuel R. Querino. São Paulo: Editora Funmilayo Publishing, 2018; NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo. Manuel R. Querino: seus artigos na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: IGHB, 2009; GLEDHILL, Helen Sabrina. De guerreiros a doutores negros: a contribuição de Manuel Querino. Artigo disponível em >[https://www.academia.edu/5523588/Velhos\\_respeit%C3%A1veis\\_Notas\\_sobre\\_a\\_pesquisa\\_de\\_Manuel\\_Querino\\_e\\_as\\_origens\\_dos\\_africanos\\_na\\_Bahia?email\\_work\\_card=interaction\\_paper](https://www.academia.edu/5523588/Velhos_respeit%C3%A1veis_Notas_sobre_a_pesquisa_de_Manuel_Querino_e_as_origens_dos_africanos_na_Bahia?email_work_card=interaction_paper)

<sup>257</sup> A Tarde, 08/08/1921, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia

<sup>258</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; JESUS, Cristiane Santos. Em defesa da liberdade: as experiências de um africano liberto entre Rio de Janeiro, Salvador e Lagos (1860-1880). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

em 1921, apesar de já estar vivendo por um longo período em Salvador, Maxwell deve ter considerado a sua própria nacionalidade e, portanto, o absurdo da ideia que era negar a possibilidade de outros imigrantes negros viverem no Brasil.

É possível que Maxwell estivesse reagindo também aos projetos de leis estaduais que defendiam a imigração e colonização europeia e asiática para a Bahia. Na primeira República, foram muitas as tentativas dos “estadistas baianos” em favorecer a entrada de imigrantes europeus. Um dos argumentos utilizados pelos políticos baianos que justificaria a entrada dos imigrantes era a “falta de mão de obra para a exploração e desenvolvimento no interior do estado”.<sup>259</sup>

O Brasil vivia então um momento de tensão e ao mesmo tempo de expectativa na área política diante do projeto de lei dos deputados Cincinato Braga e Andrade Bezerra, era o momento oportuno para testar os limites da “democracia racial”, da “harmonia entre as raças”, da “inexistência do preconceito de cor”, argumentos tão fartamente defendidos por grande parte das elites nacionais na Primeira República.<sup>260</sup> Maxwell tinha suas próprias ideias a respeito do tema e nas últimas linhas da sua carta ratifica o valor das pessoas negras no Brasil que no seu entendimento muito contribuíram para o desenvolvimento do país com seu trabalho na lavoura e indústria.

eu poderia, se quisesse, citar o desenvolvimento desta ou daquela lavoura, desta ou daquela indústria no nosso paiz, levadas a efeito pelo elemento negro, entretanto, o deixo fazer, para tão somente a pulmões cheios, dar o meu brado de protesto das collumas do vosso valente jornal, defensor ardoroso das causas justas e nobres, terminando, pois, **em nome da minha raça**, dou parabéns aos deputados que se manifestaram e se manifestam contrariamente no ridículo projecto e, pedindo-vos a publicação desta, subscrevo-me vosso colega e admirador.<sup>261</sup>

Neste parágrafo, vimos que o advogado africano valoriza publicamente sua identidade racial. “Em nome da minha raça” é uma expressão bastante significativa que marca o lugar político de um “homem de cor” que estava disputando temas relevantes que dizia respeito a população negra. Ao positivar o fato de pertencer a “raça negra”, ele operava na

<sup>259</sup> JONES, Cleiton Melo. “Vem aí a imigração”: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2014; SOUZA, Robério S. Tudo pelo trabalho livre: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (1892-1909). Salvador: EDUFBA, 2011; BACELAR, Jeferson. Galegos no paraíso racial. Salvador: Ianama CEAO, 1994

<sup>260</sup> DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. Artigo disponível em> <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a04v1326.pdf>. GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n.2, 2003.

<sup>261</sup> Ibid., op. cit. **Grifos meus.**

contra- mão das ideologias racistas que desde meados do século XIX, defendiam a inferioridade intelectual, cultural e civilizacional dos “homens de cor”.<sup>262</sup>

O projeto de lei 209 que proibia à entrada de imigrantes negros norte-americanos ao Brasil ganhou uma significativa repercussão nacional. Os debates foram mais intensos no meio político e na imprensa, foram vários os posicionamentos públicos contra e a favor do projeto de imigração. Os argumentos favoráveis ao projeto de lei seguiram basicamente duas linhas: primeiro, a defesa do projeto de branqueamento que via a entrada de mais pessoas negras no Brasil como um “atraso ao desenvolvimento da civilização nacional”. E segundo, o argumento que evitava falar em raça e justificava que os “homens de cor” norte-americanos iriam inaugurar no Brasil o ódio racial devido as suas experiências de conflitos raciais com os brancos em seu país de origem.<sup>263</sup>

Já quem se posicionava criticamente ao projeto, a exemplo do nosso personagem, seguia a linha discursiva de criticar à inconstitucionalidade do projeto de lei e ao mesmo tempo considerava o papel civilizacional que “os homens de cor” tiveram na formação do Brasil. Nesse sentido, a revista semanal *O Malho* no Rio de Janeiro publicou em 1921, a seguinte nota:

O projecto dos senhores Bezerra e Cincinato é, pois, uma excrecência, com o carácter odioso do preconceito de cor, não só inconstitucional como perfeitamente idiota. Isso sem levar em linha de conta que o Brasil deve um século de trabalho e prosperidade ao braço negro, e tem na sua história, muitos lugares de honra ocupados por heróis da mesma cor, entre eles Henrique Dias, o herói da batalha de Guararapes, nascido na terra do Sr. Andrade.<sup>264</sup>

O jornalista do Rio de Janeiro, Benjamin Costallat também se posicionou contrário ao projeto, ele utilizou um argumento que não foi destacado por Maxwell Assumpção em sua carta. A questão dizia respeito ao “medo” que grande parte das elites nacionais tinham da vinda dos emigrantes afro- americanos ao Brasil, vejamos.

Acho que é medo demais. Não falando da violação de todos os princípios liberais e dos direitos que essa medida acarretaria, acho simplesmente que é medo demais. E depois, que diabo fez o negro para dar esse medo ao branco? Só se o branco tem o medo que os remorsos dão. Quem ao preto privou de suas melhores qualidades foi o branco.<sup>265</sup>

<sup>262</sup> REIS, Meire Lúcia Alves. A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2000.

<sup>263</sup> GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n.2, 2003.

<sup>264</sup> Ibid. p.322

<sup>265</sup> Ibid. p.322

A tentativa de Costallat, segundo o historiador Tiago de Melo Gomes era inserir a questão racial no debate, diferente daqueles que eram favoráveis ao projeto e que tendiam a privilegiar a discussão sobre a questão nacional, dissimulando o incomodo de ver imigrantes negros no Brasil. Nesse sentido, podemos destacar que Maxwell, Costallat e outros que se posicionaram publicamente sobre este tema foram objetivos no sentido de demonstrarem que era a questão racial e o preconceito de cor o problema central que deveria ser debatido.

Jair de Souza Ramos argumenta que a propaganda nacional do Brasil que incentivava a vinda de imigrantes estrangeiros para o Estado cresceu a partir da década de 1890. Ramos argumenta que as propagandas que prometiam (trabalho, terra e paz) seduziram muitos trabalhadores no continente Europeu e na Ásia. Alguns “intelectuais negros” nos Estados Unidos também se sentiram atraídos. Foi assim que na década de 1920, um grupo de “homens de cor” naturais de Chicago souberam da campanha de imigração que fazia o estado do Mato Grosso e se mobilizaram para comprar terras naquele estado.<sup>266</sup>

Nos últimos anos da década de 1910, crescia nos Estados Unidos as tensões raciais. As leis segregacionistas e os sangrentos linchamentos foram fatores determinantes para que grupos de afro-americanos intensificassem a busca por outros países onde pudessem receber um tratamento mais digno.<sup>267</sup>

Nesse sentido, uma organização negra de Chicago organizou uma “campanha de colonização” cujo nome dado foi *Brazilian American Colonization Syndicate* (BACS). O objetivo era negociar com o estado do Mato Grosso o direito de cidadãos negros norte-americanos entrarem no país. No entanto, o governo do Mato Grosso reagiu imediatamente, e ao saber que os imigrantes eram negros cancelaram às concessões que haviam sido oferecidas ao BACS. O Itamarati tratou de prevenir-se contra a entrada dos imigrantes negros americanos negando seus vistos diplomáticos. O que se revela em cada uma dessas ações, segundo Jair Ramos, é a figura do imigrante racialmente indesejado como uma decorrência necessária do ideal de branqueamento que orientava às políticas imigratórias brasileiras.<sup>268</sup>

---

<sup>266</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 1920. Artigo disponível em ><http://books.scielo.org/id/djnty/pdf/maio-9788575415177-05.pdf>.

<sup>267</sup> GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n.2, 2003.

<sup>268</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 1920. Artigo disponível em ><http://books.scielo.org/id/djnty/pdf/maio-9788575415177-05.pdf>. VER: GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n.2, 2003.

A historiadora Giralda Seyferth explica que o que caracterizava as leis de imigração no princípio da República é a forma de exclusão. Seyferth destaca que houve restrições explícitas baseadas em critérios raciais. Os primeiros legisladores republicanos elaboraram um decreto de n.528 em 1890 que regularizou o serviço de introdução e localização de imigrantes no país. Este decreto especificava quem eram os “indesejáveis” que não deviam entrar no Brasil: mendigos, indigentes, criminosos, “indígenas da Ásia ou da África que só poderiam ser admitidos com autorização expressa do Congresso Nacional”.<sup>269</sup>

Apesar do governo do Mato Grosso já ter se posicionado oficialmente contra a imigração negra em 1921, outro projeto de lei foi apresentado à Câmara Federal, agora de autoria do deputado Fidélis Regis em 1923. Fidélis era engenheiro agrônomo e membro da Sociedade Nacional de Agricultura, este deputado foi um dos maiores defensores do projeto apresentado por Cincinato Braga em 1921. Contudo, o projeto de Fidélis diferia do projeto anterior por preconizar, além das restrições absolutas a entrada de imigrantes negros, estimulava à imigração europeia e restringia parcialmente a imigração dos Asiáticos através de uma cota anual correspondente a 3% dos imigrantes já ingressos no país. Thomas Skidmore argumenta que Fidélis Reis acreditava que a ascensão continua em direção ao branqueamento não parecia de nenhuma maneira assegurada. “O que é evidente na sua afirmação de que o negro era perigo iminente a pesar sobre os nossos destinos”.<sup>270</sup>

Tanto o projeto de 1921 quanto o de 1923 não foram aprovados na Câmara. No entanto, os debates continuaram por todo o país. Na Bahia, grande parte da imprensa foi contrária aos projetos de restrição à imigração negra. Mas, houvera periódicos que defenderam o projeto. *O Democrata* publicou em agosto de 1921, um longo artigo do deputado pernambucano Andrade Bezerra onde este criticava à política de propaganda nacional no exterior e a organização negra em Chicago pela “ousadia” de promover uma política de emigração para o Brasil.<sup>271</sup>

<sup>269</sup> SEYFERTH, Giralda. Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República. Maria Olivia Gomes da Cunha; Flávio dos Santos Gomes (organizadores). Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.97

<sup>270</sup> SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.214

<sup>271</sup> Fragmento do artigo escrito pelo deputado Andrade Bezerra: “The Brazilian American Colonisation Syndicate é praticamente uma sociedade formada com o fim exclusivo de promover a imigração de negros norte-americanos para um determinado ponto do Brasil. Nos seus anúncios, ela afirma dispor de um capital de quinhentos dólares para dar andamento aos seus planos de colonização no bom sentido, mas, segundo informações seguras obtidas pessoalmente em Chicago, pelo correspondente d’A Noite nos Estados Unidos, esse capital é fictício. Pelas publicações feitas, parece que os tais sindicatos se propõem a comprar o Brasil inteiro, apesar da inferioridade da raça que o habita”. Fonte: *O Democrata*, 09/08/1921, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Na discussão sobre o projeto de imigração, os jornais *A Tarde* e o *Diário de Notícias* mantinham um “discurso cauteloso” contra a discriminação do negro.<sup>272</sup> Na década de 1920, estes jornais eram dirigidos pelos jornalistas e políticos Ernesto Simões Filho *A Tarde* e Antônio Marques dos Reis *Diário de Notícias*. Fundado em março de 1875, pelo jornalista Manoel da Silva Lopes Cardoso, o *Diário de Notícias* era uma sociedade anônima constituída de acordo com a legislação existente na época e registrada na Junta Comercial do estado da Bahia. Em relação ao jornal *A Tarde*, este foi fundado em outubro de 1912 por Ernesto Simões Filho que herdou ações do banco da Bahia de seu tio avô. Ao longo de toda a Primeira República, o envolvimento com a política partidária na cidade era um elemento que marcava os editoriais destes jornais que ora faziam oposição ora eram aliados dos governos constituídos.<sup>273</sup>

Maxwell acompanhava atentamente a discussão sobre a política de imigração pelas páginas do jornal *A Tarde*. A relação política que ele construiu com a redação deste jornal o credenciou a intervir no debate público sobre questões polêmicas, sobretudo, no que dizia respeito a questão racial. Vimos no primeiro capítulo que esta relação amistosa e política que Maxwell construiu com a imprensa de Salvador não se limitou aos jornalistas do *A Tarde*. Em 1914, estiveram presentes no banquete promovido por ele e seu amigo Candido da Rocha, os principais redatores-chefes dos jornais de Salvador.<sup>274</sup>

Portanto, podemos destacar que a imprensa negra não foi o único espaço de militância onde era possível denunciar práticas racistas no Brasil nas primeiras décadas do século XX.<sup>275</sup> Alguns jornais que tinham seus próprios interesses comerciais e político-partidários também foram ferramentas importantes para que alguns “homens de cor” letrados pudessem debater temas de interesse público.<sup>276</sup>

---

<sup>272</sup> REIS, Meire Lúcia Alves. *A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2000, p.64.

<sup>273</sup> REIS, Meire Lúcia Alves. *A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937)*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000, pp.22-23.

<sup>274</sup> Silva Freire do (*Diário da Bahia*), Arthur Nova (*A Tarde*), Apolinário dos Anjos (*Diário de Notícias*), Edgar Brito (*O Correio*), Oscar de Souza Gallo (*Jornal Moderno*), Israel Ribeiro (*Gazeta do Povo*), Octavio Santos (*O Estado*) e o major Cosme de Farias do (*Gazeta de Notícias*). Fonte: *Gazeta de Notícias*, 23/01/1914, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira. Grifos meus

<sup>275</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahart, 2005, pp.28-29.

<sup>276</sup> A historiografia do pós-abolição e Primeira República tem investido em análises micro-históricas que revelam a capacidade política que alguns “homens de cor” letrados tiveram em intervir no debate público a respeito do preconceito de cor. VER: SILVA, Luara dos Santos. *Etimologias preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico raciais. Rio de Janeiro, 2015; DOMINGUES, Petrônio. *Fios de Ariadne: o protagonismo negro*

O esforço do Maxwell Assumpção em construir uma identidade negra positivada passava também pela imprensa de grande circulação.<sup>277</sup> E foi pelo mesmo jornal *A Tarde* que ele volta a criticar o preconceito de cor, agora dentro da instituição da Marinha.

### 3.3 Crítica à Marinha do Brasil (1922-1923).

Em 1922, Maxwell escreveu uma fábula para depois explicar o problema que era preferir jovens negros nas instituições militares. A fábula conta a história de uma pobre velhinha que vivia sozinha nos arredores de um opulento castelo e era sustentada pela caridade pública, para todas as pessoas que lhe davam de comer a velhinha respondia: “quem bem faz, pra si faz”.<sup>278</sup>

Até que um dia, aborrecido, o senhor do castelo mandou dar a velhinha um pão fresco e envenenado. A senhora recebeu a esmola, mas não comeu o pão de imediato, guardou consigo para comer depois. Logo mais tarde, o filho único do dono do castelo chegava de uma caça bastante cansado e batendo à porta da velhinha lhe pediu comida e bebida. Sem saber que o pão estava envenenado ela deu ao jovem e este ao comer o pão, caiu morto. Espantada, a velhinha correu ao castelo informando o ocorrido ao pai. O senhor do castelo aterrorizado e arrependido caiu em si e pensou sobre a frase da velhinha que tanto lhe incomodava: “quem bem faz, pra si faz”.<sup>279</sup> Nos parágrafos seguintes da carta, Maxwell explica o significado da fábula.

Esta fábula tem alguma analogia com os fatos que se desenrolam entre nós. Vejo, pego, recuo, avanço, mas observo a cada instante **a sede intensa de disfarçadamente segregarem alguns elementos poderosos o homem preto do convívio político-social.** Verdade é que não mais é o moleque, molequinha ou molvente recrutado para as fileiras do Exército, nem para bordo dos vasos de guerra, á chibatada como hospede perigoso entre os seus supostos senhores pela cor, é hoje, porém, pior do que isto: é um indigno que, pela sua tez bem pigmentada, não pode servir o pretinho a sua pátria como Aprendiz Marinheiro, porque esta profissão está hoje reservada aos rebentos finos da fidalguia lesmada.<sup>280</sup>

Maxwell percebia que as práticas racistas e dissimuladas do Estado republicano limitavam à cidadania das pessoas negras. E ele compara a situação dos jovens negros

---

no pós-abolição. Porto Alegre, 2009; DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: “um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro- Ásia, 2010.

<sup>277</sup> Sobre a “identidade negra positivada”, VER: SILVA, Luara dos Santos. Etimologias preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico raciais. Rio de Janeiro, 2015, p.78

<sup>278</sup> *A Tarde*, 16/08/1922, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia

<sup>278</sup> *Ibid.*, op. cit. **Grifos meus**

<sup>279</sup> *Ibid.*, op. cit.

<sup>280</sup> *Ibid.*, op. cit. **Grifos meus.**

aspirantes a carreira militar em Salvador com a revolta dos marinheiros negros no Rio de Janeiro que, humilhados pelos seus oficiais comandantes, promoveram um importante motim em 1910 surpreendendo toda a cidade.<sup>281</sup> As instituições militares continuavam fechando suas portas para os jovens negros aspirantes a vida militar e isto incomodava Maxwell.

É notório que não se aceita meninos pretos como aprendizes, sob pretexto de aguardarem vaga quando são julgados prontos physico e moralmente. Não mais se lembram os instigadores ocultos desta ideia tão perigosa quanto **anti-liberal e anti-patriótica** que o preto tem sido, em todos os tempos, o sustentáculo da Pátria, como verdadeiro patriota e herói, lavando as injurias atiradas á face do seu paiz com o seu sangue, quer como soldado ou marinheiro, quer como voluntário!<sup>282</sup>

Negar às pessoas negras o direito de fazer parte das instituições do seu próprio país era para o autor uma atitude “anti- liberal e anti- patriótica” porque ele conhecia a história do Brasil e dos povos que trabalharam para construir este Estado. Maxwell tinha uma leitura bastante precisa do liberalismo, na medida em que defendeu em suas cartas o direito inalienável de qualquer cidadão, independentemente da cor, de exercer seu direito político e social.<sup>283</sup> No entanto, Maxwell viveu em uma sociedade onde predominava o “liberalismo oligárquico”, uma sociedade hierarquizada racialmente, onde as relações de compadrio, clientelismo e a preferência pela cor do indivíduo eram fatores estruturais.<sup>284</sup>

Mas, ao longo da sua trajetória em Salvador, percebemos através das fontes que Maxwell foi construindo uma leitura objetiva da sociedade racista em que ele vivia. Nesse sentido, ele propõe uma reflexão aos seus leitores ao escrever que; o mal que se fazia ao preto, na verdade estava prejudicando o próprio Brasil: “reflecti senhores, tomae outro rumo, não julgueis que fazeis mal ao preto. Não vos iludais, estaes traindo o Brasil, violando a forciori a sua constituição liberal que há de pedir, um dia, contas aos responsáveis”.<sup>285</sup>

A leitura de cidadania do Maxwell Assumpção estava em conformidade com a primeira Constituição nacional republicana de 1891 que em seu artigo 72, parágrafo 2 estabelecia o princípio de igualdade de todos perante a lei, mas que em seu artigo 70 limitava o direito de voto para uma significativa parcela da população nacional.<sup>286</sup> Portanto, Maxwell

<sup>281</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Um reduto negro: cor e cidadania na armada*. CUNHA, Olívia Maria Gomes; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

<sup>282</sup> Ibid., op. cit.

<sup>283</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>284</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da proclamação da República a revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>285</sup> Ibid., op. cit.

<sup>286</sup> Primeira Constituição Republicana disponível em >  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)

percebia as contradições da Carta Magna do Estado, do conflito que existia entre o que estava escrito na letra da lei e o que ocorria no cotidiano das relações sociais. Ele soube, por exemplo, da revolta dos marinheiros negros no Rio de Janeiro em 1910.<sup>287</sup>

O historiador Álvaro Pereira do Nascimento que estudou a revolta dos marinheiros negros no Rio de Janeiro em 1910, destacou o livro do jovem oficial branco José Eduardo de Macedo Soares; *Política versus Marinha* escrito em 1911, um ano após a revolta. Neste livro, José Eduardo argumentava sobre os males que representava a presença de homens negros na Marinha. Com um discurso racial afinado, José Eduardo de Macedo Soares condenava o sistema de recrutamento militar por este incorporar grande quantidade de pessoas negras. Para o jovem oficial branco, os negros eram preguiçosos, incapazes de progredir, eram viciados em jogos e no alcoolismo.

A primeira impressão que produz uma guarnição brasileira é a da decadência e incapacidade física. Os negros são raquíticos, mal-encarados com todos os signos deprimentes das mais atrasadas nações africanas. As outras raças submetem-se a influência do meio criado pelos negros sempre em maioria. Profundamente alheios a qualquer noção de conforto, os nossos marinheiros vestem-se mal, não sabem comer, não sabem dormir. Imprevidentes e preguiçosos, eles trazem da raça a tara da incapacidade de progredir.<sup>288</sup>

José Eduardo Soares defendia a “necessidade do castigo corporal” na perspectiva de disciplinar “marinheiros viciosos nos conveses e porões das embarcações”. Esta discriminação em relação a presença de “homens de cor” na Marinha era compartilhada também por boa parte da imprensa. Álvaro Pereira descreve em seu texto uma série de preconceitos que a imprensa carioca mantinha em relação aos marinheiros negros que vieram a público logo após a revolta de 1910. Para muitos oficiais brancos e grande parte da imprensa, a presença de muitos homens negros na marinha incomodava e era necessário uma mudança na tentativa de limitar a entrada dos “marinheiros de cor” na instituição.<sup>289</sup>

Em Salvador, no ano de 1923, o comandante da Escola de Aprendizes da Bahia, José Eduardo Freire de Carvalho agiu de acordo com as ideias do oficial do Rio de Janeiro, José Eduardo Soares ao preterir jovens negros no ato da matrícula.<sup>290</sup>

No dia 6 de fevereiro de 1923, o repórter do jornal *A Tarde* se dirigiu a Escola de Aprendizes da Marinha com a intenção de entrevistar seu comandante, dias antes, o jornal tinha recebido uma denúncia de pessoas que disseram que jovens negros estavam sendo

<sup>287</sup> A Tarde, 16/08/1922, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia

<sup>288</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Um reduto negro: cor e cidadania na armada. CUNHA, Olívia Maria Gomes; GOMES, Flávio dos Santos. Quase cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.290. Grifos meus

<sup>289</sup> Ibid, p.301.

<sup>290</sup> A Tarde, 07/02/1923, p.1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

preteridos no ato da matrícula pelo fato de serem negros. Ao chegar na Escola de Aprendizes, o repórter ouviu do comandante Freire de Carvalho a seguinte explicação:

Com a ida para o Rio da turma de rapazes que concluíram o curso, abriram-se 26 vagas, a que adicionamos mais uma proveniente do falecimento há tempos de um aprendiz, perfaziam 27. Com as determinações do Ministério da Marinha, mandando aumentar de mais 20, as matrículas vagas subiram a 47. Abertas as inscrições, logo os candidatos em grande número começaram a se apresentar. Munidos de certidão de idade, atestados de consentimento dos pais e de conducta fornecidos pelos subdelegados dos districtos de residência dos mesmos, eram eles submetidos a exame médico, sendo estritamente observados a boa saúde dos rapazes, bem como a sua robustez physica, condições essenciais para a admissão dos mesmos, quanto a instrução, bastava que eles soubessem ler, escrever e contar.<sup>291</sup>

Freire de Carvalho continuou à sua retórica explicando ao repórter que muitos rapazes “de magnifica robustez e boa aparência eram recusados pelo fato de serem analfabetos, outros também o eram, somente por não possuírem dentes, ou os terem estragados, pois, os dentes bons eram uma exigência do regulamento”.<sup>292</sup>

Raul Barreto Neto explica que após a revolta dos marinheiros em 1910, os indeferimentos na matrícula dos jovens aspirantes a Escola Militar tornaram-se mais recorrentes. Um dos principais critérios para o recrutamento do candidato era a sua robustez física, bom comportamento e o grau de escolarização. Neto argumenta que a Marinha passou a ser mais cuidadosa no processo de seleção e nesse sentido, muitos garotos “órfãos, infratores e indigentes” tinham suas matrículas indeferidas.<sup>293</sup>

Em relação a exclusão de meninos negros, o comandante não conseguiu dissimular sua preferência pelos jovens brancos e falou:

demais, havendo maior número de candidatos do que vagas, o comando da escola tem o direito de escolher e, assim sendo, entre rapazes brancos e outros tantos pretos, é natural que sejam preferidos os primeiros.<sup>294</sup>

Ao ler a entrevista do comandante Freire de Carvalho no jornal *A Tarde*, Maxwell ficou incomodado com o argumento do comandante de que era “natural escolher os garotos brancos e preterir os negros”. E no dia seguinte reagiu escrevendo mais uma vez.

Com o interesse de sempre, li hontem A Tarde na sua primeira página despertou-me atenção o título de uma entrevista. Para ser marinheiro... porque são preteridos os menores de cor? Devorei o artigo, avido em descobrir o porque do problema; mas qual não foi a minha surpresa quando, no final da entrevista, o commandante da Escola de Aprendizes Marinheiros declarou que entre rapazes brancos e outros tantos pretos, é natural que sejam preteridos os primeiros, porque sr. Commandante

<sup>291</sup> A Tarde, 07/02/1923, p.1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>292</sup> Ibid.

<sup>293</sup> NETO, Raul Coelho. Marujos de primeira viagem: os aprendizes marinheiros da Bahia ((1910-1945). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2009, p.39

<sup>294</sup> Ibid., op. cit.

esta naturalidade? Preferir em igualdade de condições uns e preterir outros sem motivos que justifiquem esta preterição é seleccionar sem critério e esta selecção não pode ter cabimento entre nós tendo como justificativa á distincção de pigmentação.<sup>295</sup>

Ao revelar que “devorou o artigo”, Maxwell se apresentava como um leitor que estava bastante atento aos problemas do país no que dizia respeito à discriminação racial. Nos próximos parágrafos da sua carta, ele argumenta com mais ênfase sobre o princípio que sempre defendeu: a igualdade de tratamento para pessoas brancas e negras.

O preto é factor étnico preponderante na formação da mestiçagem, forte em seus variados matizes no Brasil e, como brasileiro de facto e direito, é perante a sua constituição igual ao branco como cidadão da mesma República. A escola tendo o direito de escolher, como diz o commandante, este direito só pode basear-se nos procedentes moraes, nas aptidões ou na capacidade de resistência dos candidatos e nunca no acidente physico da cor.<sup>296</sup>

Como podemos observar, Maxwell estava vivendo na década de 1920 um momento na história em que os debates sobre raça, mestiçagem e identidade nacional brasileira eram cada vez mais intensos e diversificados. Muitos intelectuais, em sua maioria homens brancos, mais também intelectuais negros e mestiços conseguiram construir suas próprias interpretações sobre temas relacionados à formação da nacionalidade brasileira, raça e o preconceito de cor.<sup>297</sup>

Ao escrever que o “preto é factor étnico preponderante na formação da mestiçagem”, Maxwell comunicava qual era a leitura que ele tinha acerca da formação da nacionalidade brasileira. Nosso personagem defendia mais uma vez a tese da importância que os africanos e seus descendentes tiveram na formação do Brasil. Ele recusava a ideologia da desigualdade natural das raças e não reconhecia a “raça branca” como superiora as demais “raças” como militavam alguns intelectuais como Silvio Romero (1851-1914), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Afrânio Peixoto (1876-1946). Estes foram alguns dos autores nacionais que construíram suas narrativas sobre o Brasil e que apesar de reconhecerem a mestiçagem como

<sup>295</sup> A Tarde, 08/02/1923, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Grifos meus.

<sup>296</sup> A Tarde, 08/02/1923, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Grifos meus.

<sup>297</sup> Sobre o conceito de intelectual polígrafo na Primeira República, VER: DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. Artigo disponível em> <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a04v1326.pdf>  
VER: GUIMARÃES, Antônio Sergio. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra, a igualdade branca e a fraternidade mestiça). Jeferson Bacelar e Claudio Pereira, (organizadores). Políticas, instituições e personagens na Bahia (1850-1930). Salvador: EDUFBA/CEAO, 2013.

um traço fundamental na formação da nacionalidade brasileira, defendiam a tese da inferioridade intelectual, cultural e civilizacional da “raça negra”.<sup>298</sup>

Em *Os africanos no Brasil*, Nina Rodrigues escreveu: “a raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestes serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”.<sup>299</sup>

Contemporâneo do médico Raimundo Nina Rodrigues, o jornalista e escritor Olavo Bilac (1865-1918) tinha outra concepção sobre a mestiçagem. Em 1908, Bilac escreveu um texto que se assemelhava muito as cartas de protesto que o Maxwell escreveu na década de 1920, vejamos.

É esta uma das nossas manias: esconder o preto, disfarçar o preto, ter vergonha do preto. Queremos tirar o preto das nossas fotografias, das nossas peças de teatro, dos nossos romances, da nossa história, da nossa raça e da nossa vida. Absurda e tola pretensão! Néscia e irritante mania! Nenhum povo altera, nem anula, nem precipita a sua história. O preto é inseparável na constituição dos outros elementos que tem contribuído e ainda hão de contribuir para forma-la. A mania não é apenas absurda é tola e também injusta. Foi o preto que afinal, que verdadeiramente criou esse país.<sup>300</sup>

Carolina Vianna Dantas argumenta que Olavo Bilac insista na tese de que o Brasil deveria assumir com orgulho sua herança africana, embora este mesmo autor reconhecesse que o tema sobre a formação da nacionalidade brasileira provocava constrangimento nos meios intelectuais que ele frequentava. Em seus escritos, Olavo Bilac registrou seu desconforto com o esforço político de grande parte da intelectualidade nacional em não reconhecer e valorizar a contribuição civilizacional dos africanos e seus descendentes na construção do Estado brasileiro, como destacamos na citação acima.<sup>301</sup>

Na área da medicina, o médico psiquiatra Juliano Moreira (1873-1933) também questionava a tese da degenerescência dos negros no processo histórico de formação da nacionalidade brasileira. Juliano Moreira é considerado por seus biógrafos o fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil. Mestiço e oriundo de uma família pobre, Juliano concluiu

<sup>298</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Silvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX. Artigo disponível em <[file:///C:/Users/siva2/Downloads/7982-19461-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/siva2/Downloads/7982-19461-2-PB%20(1).pdf)> VER: SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro Albuquerque. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>299</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008, p.24

<sup>300</sup> Ibid, p.7

<sup>301</sup> Sobre as considerações do Olavo Bilac a respeito da mestiçagem, VER: VER: DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. Artigo disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a04v1326.pdf>>

sua graduação na Faculdade de Medicina da Bahia aos dezoito anos de idade com a tese “*Sífilis maligna precoce*” em 1891.<sup>302</sup>

O médico psiquiatra explicou em sua tese quais eram os reais problemas da sociedade brasileira que na sua concepção deveriam ser tratados clinicamente ou por políticas públicas. Para o médico psiquiatra, os inimigos a combater seriam: o alcoolismo, a sífilis, as condições sanitárias e educacionais adversas. O trabalho de higienização mental dos povos, segundo Juliano Moreira, não deveria ser afetado por “ridículos preconceitos de cores ou castas”.<sup>303</sup>

No Rio de Janeiro, o professor negro Hemetério José dos Santos investia sistematicamente em conhecimentos históricos para desconstruir os sentidos negativos relacionados aos africanos e seus descendentes. Segundo a historiadora Luara dos Santos Silva, Hemetério escrevia artigos que eram publicados nos principais periódicos do Rio. Em um dos seus artigos mais conhecidos pela historiografia intitulado *Etymologias Preto*, publicado pelo periódico carioca *Almanaque Garnier* em 1907, o professor escreveu:

Aqui há quatro anos passados, um estudioso gramático brasileiro supôs enxergar na palavra preto, o vocábulo latino- Spetrum, de Sperno, desprezar. Assim o pensou, por imaginar também que o trabalho, por servidão, havia lançado o negro no mais baixo estado de vida e trato nas relações sociais. Não lhe cabia razão nenhuma, nem histórica, nem literária e nem socialmente visto o caso que se vai examinar. Na alta e média antiguidade, o cativo não foi o opróbrio só do negro: todas as raças foram submetidas ao estado servil, e o branco o precedeu nessa dura provação de bravaria e encarniçada luta, de povo contra povo.<sup>304</sup>

Nas outras páginas do seu artigo, Hemetério utiliza conhecimentos históricos, etimológicos e literários para afirmar categoricamente que a palavra “preto” nada tem de sentido pejorativo. De acordo com suas reflexões, nem a palavra nem o ser preto poderiam ser entendidos enquanto sinônimos de coisas ruins ou desprezíveis. (SILVA, 2015, p.80)

<sup>302</sup> ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALLARONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. Artigo disponível em ><http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22n4/3432.pdf>.

VER: BAINY, Estênio Iriart. Juliano Moreira: o mestre e a instituição. Cidade do Salvador, Bahia, 2007; JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Da dermatologia à psiquiatria: vida e obra de Juliano Moreira na Bahia. In: PONDÉ, Milena Pereira; LIMA, Manoela Garcia; ASSIS-FILHO, Bernardo. A Tensão na Atenção. Anais da XII Jornada Nordestina de Psiquiatria. Salvador: Associação Psiquiátrica da Bahia, 2008

<sup>303</sup> Referências sobre a trajetória do médico psiquiatra Juliano Moreira, VER: BAINY, Estênio Iriart. Juliano Moreira: o mestre e a instituição. Memorial Professor Juliano Moreira: Salvador, 2007; CÂMARA, Fernando Portela. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Artigo disponível em > <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v6n3/1415-4714-rlpf-6-3-0180.pdf>; JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester. Juliano Moreira e a Gazeta Médica da Bahia. História, Ciência e Saúde. Manguinhos: Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.1077-1097, 2008.

<sup>304</sup> SILVA, Luara dos Santos. “Etymologias preto”: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais. Rio de Janeiro, 2015, p.79

Não sabemos se Maxwell tivera algum contato pessoal com o Hemetério dos Santos, Juliano Moreira, Manuel Querino e Olavo Bilac, ou se leu algum artigo desses intelectuais. Mas nos interessa reforçar os argumentos da historiografia sobre o fato de que o discurso cientificista que defendia a inferioridade da “raça negra” e os males da mestiçagem brasileira não foi uma tese consensual. Esta tese foi questionada e criticada por intelectuais, homens brancos e negros inclusive dentro de instituições médicas tradicionalmente racistas como era a Faculdade de Medicina da Bahia.<sup>305</sup>

Nos parágrafos finais da sua carta, Maxwell usa sua ironia para explicar que talvez a preferência do comandante Freire de Carvalho pelos garotos brancos tivesse relação com o poema *Esquadra Branca* escrito pelo jornalista negro, abolicionista e militante José do Patrocínio.<sup>306</sup>

Será sr. Commandante, essa preferência de v.ex o resquício da esquadra branca do inesquecível sr. Campos Sales cantada em verso e prosa pelo saudoso José do Patrocínio? Sim; mas não é natural, porque não está na vontade dos commandantes preferirem ou preterirem candidato, é pretexto fútil.<sup>307</sup>

Como já argumentamos, Maxwell lia os textos do José Carlos do Patrocínio. Este personagem conhecido pela historiografia foi um dos jornalistas e abolicionistas negros mais importantes do Brasil. Proprietário dos jornais *Cidade do Rio* e a *Gazeta da Tarde*, José do Patrocínio se destacou na sociedade carioca graças a sua militância em favor da abolição. Ele foi um dos fundadores da *Liga dos Homens de cor* em 1887, esta organização de homens pretos tinha por objetivo: “desenvolver intelectual e moralmente a raça negra”.<sup>308</sup> A trajetória de Patrocínio foi também marcada pela defesa de uma República democrática e constitucional.<sup>309</sup>

<sup>305</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>306</sup> José Carlos do Patrocínio nasceu no Rio de Janeiro em 1853, filho do cônego João Carlos Monteiro com a quintandeira liberta Justina Maria do Espírito Santo, Patrocínio trabalhou ao longo da sua vida como jornalista, chegou a ser proprietário da *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Segundo a historiadora Rita de Cássia Azevedo de Vasconcelos, a grande causa da vida do jornalista e abolicionista negro foi a libertação dos escravos e para tal, escreveu muitos artigos e discursava para convencer a sociedade do seu tempo da necessidade moral, política e econômica da abolição. Vasconcelos acrescenta ainda que José do Patrocínio trabalhou também pela instauração de uma República democrática e constitucional, VER: VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira. República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011, p.8. Sobre José do Patrocínio, VER: Ana Flávia Magalhães. Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

<sup>307</sup> Ibid.

<sup>308</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2008, p.317

<sup>309</sup> VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo. República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

A “esquadra branca cantada em verso e prosa pelo saudoso José do Patrocínio” era uma crítica ao presidente Campo Sales que, segundo Patrocínio, escolheu apenas pessoas brancas para a sua tripulação que iria conduzi-lo ao Rio da Prata.<sup>310</sup>

Maxwell Assumpção e José do Patrocínio eram dois “homens de cor” que haviam se entusiasmado com o regime republicano, mas que foram ao longo do tempo se decepcionando com os rumos que a República havia tomado. Para Patrocínio, a decepção pode ter sido ainda maior, na medida em que ele sofreu na própria pele a violência política do presidente Floriano Peixoto que o exilou junto com alguns dos seus colegas jornalistas, militares e políticos para Cucuí, no Amazonas, em 1892.<sup>311</sup>

Em suas respectivas trajetórias, Maxwell e Patrocínio não se furtaram em denunciar por meio da imprensa alguns políticos e instituições da República. Estamos analisando até aqui a preocupação mais enfática do Maxwell com a questão racial, mas não negamos a possibilidade de o advogado africano ter elaborado críticas direcionadas ao funcionamento da política partidária na Bahia ou em outros estados da Federação.<sup>312</sup>

### 3.4 O comandante e a Escola de Aprendizes.

O comandante José Eduardo Freire de Carvalho nasceu em Salvador em 1852 e faleceu na mesma cidade em 1934. Em dezembro de 1876, Freire de Carvalho se formou em medicina, ao longo de sua trajetória, Freire de Carvalho acumulou muitos cargos profissionais e políticos, ele foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia, membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, deputado federal, intendente municipal, membro da Assembleia Provincial Mocidade Acadêmica da Bahia, dentre outros cargos.<sup>313</sup>

Em 1923, Freire de Carvalho administrava à Escola de Aprendizes Marinheiros da Bahia. Criada em 1855, a Escola de Aprendizes era na primeira metade do século XX, uma

---

<sup>310</sup> Sobre o artigo escrito pelo José Carlos do Patrocínio, VER: BENEDICTO, Maria Margareth dos Santos. *Quaquaraquá quem riu? Os negros que não foram. A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da Belle époque nos 1920 no Rio de Janeiro.* Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018, p.150

<sup>311</sup> VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo. *República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República.* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011, p.151

<sup>312</sup> Não localizamos nas fontes nenhuma crítica do Maxwell ao funcionamento da política partidária na Bahia. Nesse sentido, até o momento desconhecemos qual era o entendimento que ele tinha do processo eleitoral, dos partidos, da figura dos governadores, coronéis e demais personalidades políticas da Bahia na Primeira República.

<sup>313</sup> Sobre a biografia do José Eduardo Freire de Carvalho, consultar >[http://www.genealogiafreire.com.br/bio\\_jose\\_eduardo\\_freire\\_de\\_carvalho.htm](http://www.genealogiafreire.com.br/bio_jose_eduardo_freire_de_carvalho.htm)

das poucas alternativas à formação do jovem de baixa renda no estado.<sup>314</sup> Na Primeira República, a Escola de Aprendizes era bastante requisitada pelos pais ou responsáveis que desejavam matricular seus filhos em uma instituição cujo ensino era gratuito, as condições exigidas para as matrículas dos jovens em 1923 eram as seguintes:

Ser brasileiro de 14 a 16 anos, comportamento ótimo, sem delicto algum, ter um metro e cinquenta de altura pelo menos, vir livremente para a Escola, não ter defeito físico nem incapacidade para a vida do mar. Essas certidões se provam com certidão de idade, atestados de autoridade policial, certificado médico e autorização dos pais.<sup>315</sup>

Algumas condições exigidas para a entrada na Escola são interessantes, existia uma preocupação da Marinha pelo bom comportamento do estudante e pelo seu bom estado físico, mais também é curioso a expressão “vir livremente para a Escola”. A instituição sabia que muitos estudantes se matriculavam por pressão dos seus pais, muitos jovens não conseguiam se adaptar a rígida disciplina da instituição e fugiam, como foi o caso de Manoel Alexandre dos Santos e José Francisco dos Santos que, ao serem presos em Monte Gordo- Bahia, confessaram que haviam fugido da Escola de Aprendizes Marinheiros por não “suportarem às atividades físicas”.<sup>316</sup>

Apesar das exigências na matrícula, a procura era grande dos pais e responsáveis. Raul Coelho Barreto Neto destaca que a opção pela vida naval muitas vezes ocorria menos por conta de uma descoberta vocacional do pretendente e mais em função de carências sócio-econômicas enfrentadas pelas famílias de baixa renda. Nesse sentido, o historiador acrescenta que ter acesso a um ensino elementar gratuito, uma alimentação “sã e abundante”, vestuário decente e confortável, além do próprio vencimento mensal- “vantagens anunciadas nas periódicas convocações feitas pela armada” era uma proposta sedutora para as famílias.<sup>317</sup>

Portanto, Maxwell sabia da importância da Escola de Aprendizes da Marinha para as vidas dos jovens negros e pobres em Salvador na Primeira República. Nesse sentido, ao reivindicar a entrada dos jovens negros aspirantes à Marinha, Maxwell militava em favor do

---

<sup>314</sup> NETO, Raul Coelho Barreto. “Voga picada”: disciplina, contravenção e castigo na Escola de Aprendizes Marinheiros da Bahia (1910-1945). Artigo disponível em> [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004\\_0278f7a9229c9654f9b5559aa7368fcd.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_0278f7a9229c9654f9b5559aa7368fcd.pdf)

<sup>315</sup> Diário de Notícias, janeiro de 1922. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>316</sup> Gazeta de Notícias, 28/05/1913, p.2 Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>317</sup> NETO, Raul Coelho. Marujos de primeira viagem: os aprendizes marinheiros da Bahia ((1910-1945). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2009, p.44

direito civil e constitucional dos jovens marinheiros, ao passo que questionava as decisões do homem que exercia o poder soberano dentro da Marinha.<sup>318</sup>

Os regimentos e regulamentos da Marinha de Guerra do Brasil nas primeiras décadas do século XX atribuíam grande responsabilidade aos comandantes navais que, em contrapartida, gozavam de liberdade para decidir acerca do que entendiam ser melhor para a embarcação e para guarnição sob seu comando: “quem mandava e dominava todos era o comandante”.<sup>319</sup>

No entanto, fora da instituição militar era possível fazer a crítica ao “soberano comandante” e foi como cidadão civil que Maxwell interveio no debate público sobre os critérios para a admissão na Escola de Aprendizes Marinheiros. A crítica teve efeito positivo e no mesmo ano de 1923, o número de matriculados que estava em quarenta e sete, chegou a cem, quantidade exata de matriculados que determinava o Ministério da Marinha.<sup>320</sup>

### 3.5 “Um advogado da raça”.

Em agosto de 1924, o periódico *Getulino* (Órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos) fundado em Campinas- São Paulo, publicou em sua matéria de capa um artigo escrito por Maxwell Assumpção em 1923, onde este traduziu para o português uma matéria do jornal francês *A Illustration* com a finalidade de elogiar à presença de três “homens de cor” no parlamento francês. O título da matéria do *Getulino* foi: *Negros retintos no parlamento francês: um advogado da raça exalta a liberalidade na grande República*.

O advogado Maxwell Porfírio Assumpção escreve *A Tarde* da Bahia, como de vez em quando faz quando a oportunidade lhe depara de uma demonstração em favor de sua raça, a seguinte carta, acompanhado de um artigo que traduziu e adaptou da “Ilustração” francesa a propósito da admissão ao Parlamento da França de vários deputados coloniais pretos.<sup>321</sup>

<sup>318</sup> O historiador Álvaro Pereira do Nascimento destacou que desde meados do século XIX, a Marinha do Brasil praticava diversos tipos de violência contra os marinheiros “homens de cor”. Os açoitamentos, segundo Álvaro Pereira era uma prática comum dentro da instituição militar, tão comum que era o principal motivo para o baixo número de alistamento voluntário. VER: NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910. Tese de doutorado apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012, p.75

<sup>319</sup> Ibid., p.303.

<sup>320</sup> *A Tarde*, 01/02/1924, p1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>321</sup> Fonte: periódico *Getulino*, 08/06/1924, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira

No artigo, Maxwell expressa o valor que ele dava à sua identidade racial e sua satisfação pessoal ao saber por meio do jornal francês *A Illustration*<sup>322</sup> que outros homens negros estavam ocupando cargos políticos de destaque na França, vejamos.

Como negro que sou, descendente desta grande arvore genealógica, só tenho razão para orgulhar-me de ver os meus irmãos de além-mar assumirem os altos destinos de uma paiz como a França- alma mater da instrucção e civilização moderna. Não me admiro, entretanto, de ver hoje negros deputados francezes, da gloriosa e justiceira França, sempre esperei este sentimento de igualdade, fraternidade e liberdade proclamado pela grande República. Era de esperar que os francezes negros escalassem os altos postos ao lado dos seus irmãos brancos, porque a França creadora e inteligente, sabe que a virtude, a honra, a honestidade, o saber e a vergonha não estão na cor da pele, nem tão pouco são privilégios de raça.<sup>323</sup>

O elogio a França e ao mesmo tempo aos seus “irmãos negros” mexeu com a memória do Maxwell ao ponto de ele lembrar da sua infância em Lagos e do valor de alguns generais africanos que ele pode testemunhar:

Eu, que na minha infância vi officiaes de alta patente negros retintos, officiaes de marinha do vapor de guerra “Duplex” pela guerra do Dahomey na África Ocidental, onde distinguiu-se o general Doddo, homem de cor (mestiço) commandante em chefe do exército em operação, não poderia duvidar do futuro glorioso dos meus irmãos na França. Maran, membro da Academia de Letras de Paris em concorrência com seus irmãos brancos.<sup>324</sup>

Quando menciona a “guerra do Dahomey na África Ocidental” Maxwell parece estar se reportando aos conflitos no final do século XIX, quando a França conseguiu consolidar seu controle colonial sobre o Daomé. Elisiée Soumanni argumenta que os conflitos na Iorubalândia Daomeneana provocou um número elevado de mortes.<sup>325</sup>

Podemos destacar três elementos discursivos que se complementam na narrativa do Maxwell Assumpção. Primeiro, o elogio à sua própria identidade racial. Segundo, a sua consciência de pertencer a uma “comunidade racial negra”. E terceiro, a valorização que ele dava a sua origem africana. Estes três elementos discursivos são sinais evidentes de que a militância do Maxwell não era isolada, até aqui, podemos observar que ele acompanhava o desempenho político de outros “homens de cor”, sobretudo, na Europa. Ele lia a respeito da participação dos soldados negros na Primeira Guerra Mundial, sabia que existia um Secretário do Interior negro na Bélgica, e pesquisava a trajetória de alguns políticos e intelectuais negros na França na década de 1920.

<sup>322</sup> Sobre o jornal francês L Illustration, acessar > <https://www.bancantiga.com.br/1e006e/revista-francesa-l-illustration-journal-universel-samedi-12-avril-1913>

<sup>323</sup> Fonte: periódico Getulino, 08/06/1924, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira. Grifos meus.

<sup>324</sup> Ibid., op. cit.

<sup>325</sup> SOUMANNI, Eliséé. Daomé e o mundo atlântico. SEPHIS, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p.32

Maxwell cita o literato René Maran que nasceu em Martinica em novembro de 1887 e faleceu em Paris em 1960. Maran foi o primeiro literato negro nascido numa província francesa a receber o prêmio de literatura francês *Goncourt* em 1921. Maran foi também codiretor da *Ligue Universelle de Défense de la Race*, a primeira Associação em defesa dos negros na França, criada em 1924.<sup>326</sup>

Entre os anos 1911 e 1923, Maran trabalhou para a administração colonial francesa e teve a oportunidade de observar como muitos “homens de cor” eram discriminados racialmente nas províncias. Em 1923, ele compara a situação dos “homens de cor” na metrópole francesa e em suas colônias.

Decorre de tudo o que precede que o negro, na França, é protegido, mimado e tratado de igual para igual. Qualquer que seja sua cultura, ou sua educação, o mesmo deixa de acontecer, se o acaso o forçar a procurar emprego nas colônias francesas. Lá, de imediato, ele é sistematicamente deixado de lado, segregado e isolado.<sup>327</sup>

Por que será que Maxwell elogia tanto a França, quando o próprio autor que ele destaca faz duras críticas ao regime colonialista dos franceses em suas províncias? Maxwell desconhecia ou resolveu ignorar o modo como os “homens de cor” eram tratados fora da metrópole francesa?

Quando traduziu a matéria do jornal francês *A Illustration* em 1923, Maxwell tentava demonstrar para os leitores, “homens de cor” naturais do Brasil, que apesar da França ser um país Europeu cuja população era majoritariamente branca, “lá não se segregava às pessoas pelo critério racial” como acontecia em Salvador. A França era então o modelo de igualdade e democracia a ser copiado. Nesse sentido, ele escreveu: “lêde, negros brasileiros, o que a pena de um bom francês nos oferece *em L. Illustration*”.<sup>328</sup>

---

<sup>326</sup> GENESTE, Elsa. René Maran contra Maurice Delafosse: pensar a questão do negro na França imperial comparando-a aquela do segregacionismo nos Estados Unidos na década de 1920. Artigo disponível em >  
<https://books.openedition.org/oep/1421>

<sup>327</sup> GENESTE, Elsa. René Maran contra Maurice Delafosse: pensar a questão do negro na França imperial comparando-a aquela do segregacionismo nos Estados Unidos na década de 1920. Artigo disponível em >  
<https://books.openedition.org/oep/1421>.

<sup>328</sup> Está narrativa que tentava demonstrar o “paraíso das relações raciais” na França nas primeiras décadas do século XX, também foi compartilhada pelo jornalista norte-americano Robert S. Abbott. Segundo o historiador Flávio Thales Ribeiro Francisco a ascensão social negra, aos olhos de Abbott não era uma possibilidade restrita ao Brasil, a França rivalizava com a nação sul-americana quando o assunto era a harmonia racial no período *Chicago Defender*. Sobre a trajetória do jornalista afro-americano Robert Abbott no Brasil e América do Sul, VER: FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. As viagens do jornalista afro-americano Robert S. Abbott e as imagens do Brasil e da França no jornal *Chicago Defender* (1917-1940). São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2001. Sobre o jornal francês *L Illustration*, acessar >  
<https://www.bancantiga.com.br/1e006e/revista-francesa-l-illustration-journal-universel-samedi-12-avril-1913>

Maxwell qualifica o autor do texto, Jean Lurfane, de “bom francês”.<sup>329</sup> No entanto, toda a narrativa do francês é marcada por um discurso racial que defendia a “superioridade de um povo sobre o outro menos civilizado e culto”. Para o francês articulista do artigo, a entrada dos três deputados negros no parlamento do seu país foi para além de um ato generoso; “um gesto simbólico em favor de homens, descendentes de raças que, em certas regiões, vegetam hoje como vegetavam há dez séculos mais ou menos”.

Três negro tem assento na câmara dos deputados franceses. Não é motivo de riso e sim de admiração. A França possui sob climas diversos, cidadãos de todas as cores e de todas as raças. Ella governa os bárbaros, os árabes, cuja história é rica e antiga, os asiáticos cujos antepassados antes de nós penetraram o segredo da vida. Não tiveram, entretanto, estes asiáticos que possuíram um Confúcio, ou os descendentes dos altivos mouros ingresso no nosso parlamento. Animado pelo desejo filantrópico de libertar as raças servidas, a França foi procurar os negros para enobrecer-los, confiando a missão de legislarem até sobre os nossos destinos.<sup>330</sup>

Apesar do conteúdo imperialista e racista do texto, Maxwell estava mais preocupado em apresentar aos leitores na Bahia a experiência positiva dos três parlamentares negros na França, do que criticar o conteúdo explicitamente discriminatório do artigo. Nos parágrafos finais do seu texto, ele diz que seu objetivo foi: “mostrar o progresso e a capacidade do negro”.<sup>331</sup>

Sobre os três homens negros citados por Maxwell, dois eram naturais da ilha de Guadalupe que era uma província da França.<sup>332</sup> O primeiro político, Gratien Candace (1873-1953) era professor de biologia e político. Ele exerceu por vários anos o mandato de deputado na Assembleia Nacional Francesa (1914, 1919, 1924, 1928, 1932, 1936). Além de deputado, Candace assumiu os cargos de Subsecretário de Estado das Colônias Francesas no período (1932-1933) e foi o Presidente do Conselho Geral de Guadalupe (1921-1940).<sup>333</sup>

Gratien Candace defendia a igualdade racial, durante o primeiro Congresso Pan-Africano realizado em Paris entre os dias 19 e 22 de fevereiro de 1919, ele disse ao ativista negro afro-americano William Edward Burghardt Du Bois<sup>334</sup> as seguintes palavras: “na França não existe preconceito racial, é uma coisa que os americanos ainda não entenderam, e

<sup>329</sup> Não conseguimos informações sobre o jornalista Jean Lurfane.

<sup>330</sup> Getulino 08/06/1924, p.1.Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>331</sup> Ibid.

<sup>332</sup> Maxwell abreviou o primeiro nome dos deputados. Sobre a ilha de Guadalupe, acessar > <http://www.apebfr.org/interno/manualapeb/html/x1736.htm>.

<sup>333</sup> Maiores informações biográficas sobre Gratien Candace, VER: CHATHUANT, Dominique. Gratien Candace: Une Figure De La Vie Politique Française. 1 parte: La III République (1900-1940). Trabalho disponível em > <https://www.erudit.org/en/journals/bshg/2003-n134-bshg03159/1040745ar.pdf>

<sup>334</sup> Maiores informações biográficas sobre W.E.B Du Bois, VER: NASCIMENTO, Carlos Alexandre da Silva. Representando o “novo” negro norte-americano: W.E.B Du Bois e a Revista The Crisis (1910-1920). Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

não deve ocorrer que os negros das colônias se separem dos brancos”. Candace recorreu ainda a uma metáfora para dizer a Du Bois e a seus amigos que: “os galhos que retiramos de uma árvore definham e morrem. Permaneçamos nós, os negros das colônias para viver ligados à árvore da civilização, isto é, a França metropolitana”.<sup>335</sup>

A metáfora do deputado Gratien Candace dirigida ao ativista negro estadunidense Du Bois fazia parte de um amplo debate transnacional que comparava a situação dos “homens de cor” na França colonial e nos Estados Unidos segregacionista. Este debate ganhou ênfase após a primeira guerra mundial e se estendeu pela década de 1920. Intelectuais, artistas, cientistas, administradores coloniais e políticos na França, Estados Unidos e em outros Estados da Europa, África e América, discutiam a respeito da participação de africanos e afro-americanos no grande conflito mundial. Segundo a pesquisadora Elsa Geneste:

Na França, vozes se elevaram para denunciar as práticas segregacionistas americanas. Quanto à atitude dos franceses com relação aos negros, ela foi percebida, principalmente, pelos negros anglo-saxões, como uma marca do igualitarismo francês. Paris tornou-se, assim, o coração da cultura negra.<sup>336</sup>

Nesse sentido, a imagem da França enquanto um Estado democrático e respeitador dos direitos humanos se fortalecia na América e Europa. O *Chicago Defender*, jornal dirigido pelo afro-americano Robert S. Abbott fez uma cobertura á distancia sobre a participação de combatentes afro-americanos na Primeira Guerra Mundial. O jornal relatava a evolução das tropas aliadas e as tensões provocadas pela segregação do exército norte-americano. O periódico negro contrastou o racismo dos Estados Unidos com o que considerava um processo de inclusão da França que contava com a participação, “sem segregação”, de soldados africanos das colônias francesas em suas tropas.<sup>337</sup>

Portanto, ao elogiar o tratamento que os franceses davam aos “homens de cor” em seu Estado, Maxwell Assumpção estava acompanhando também este debate transnacional acerca da cidadania dos “homens de cor” na França e nos Estados Unidos. Mas, por hora, continuemos a apresentar os deputados citados por nosso personagem em seu artigo, e depois voltaremos a destacar às considerações do Maxwell em relação aos deputados eleitos para a Câmara dos deputados na França em 1923.

<sup>335</sup> GENESTE, Elsa. René Maran contra Maurice Delafosse: pensar a questão do negro na França imperial comparando-a aquela do segregacionismo nos Estados Unidos na década de 1920. Artigo disponível em > <https://books.openedition.org/oep/1421>.

<sup>336</sup> GENESTE, Elsa. René Maran contra Maurice Delafosse: pensar a questão do negro na França imperial comparando-a aquela do segregacionismo nos Estados Unidos na década de 1920. Artigo disponível em > <https://books.openedition.org/oep/1421>.

<sup>337</sup> FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. As viagens do jornalista afro-americano Robert S. Abbott e as imagens do Brasil e da França no jornal *Chicago Defender* (1917-1940). São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, pp.7-8.

O segundo deputado citado por Maxwell foi Achille René Boisneuf, advogado e natural da ilha de Guadalupe, presidiu o Conselho Geral de Guadalupe, ele foi “Intendente de *Pointé- a- Pitre* cujo tribunal palestrou como advogado eloquente”.<sup>338</sup> E por fim, o senegalês Blaise Diagne, personagem melhor destacado por Maxwell:

Estamos deante de uma paisagem humana bem diferente. Ele nasceu em Gorés, pequena ilha senegalesa. Este homem de 51 anos de idade exerceu longa carreira de funcionalismo antes de ser eleito para a câmara franceza pelos eleitores pretos da sua pátria tórrida. É evidentemente um dos mais inteligentes destes africanos a quem a cultura franceza permitiu viver entre nós, conosco, como nós. Desempenhou papel importante durante a guerra. Alto comissário, foi encarregado do recrutamento das tropas negras e trabalhou com ardor como conhecedor da sua raça e amigo da mesma, e como corajoso cidadão francez.<sup>339</sup>

Blaise Diagne (1872-1934) de fato nasceu em Gorée, no Senegal. Em 1914, ele foi um dos primeiros africanos eleitos para a Câmara dos Deputados na França como representante das Quatro Comunas, estas comunas eram Dakar, Goré, Saint Louis e Rufisque que foram províncias do governo francês. Em 1916, Blaise conseguiu convencer o parlamento francês a aprovar a lei *Loi Blaise Diagne* que concedia cidadania plena a todos os cidadãos residentes das Quatro Comunas em Senegal. Além de assumir as funções políticas de parlamentar, Blaise trabalhou no cargo de Comissário Geral do Ministério das Colônias nos anos (1918-1920). Foi Subsecretário de Estado das Colônias (1931-1932) e prefeito da província de Dakar (1920-1934). Blaise Diagne também era um defensor da igualdade racial e durante grande parte de seus serviços prestados à política colonialista da França atuou em defesa dos africanos senegaleses. Os elogios do Maxwell a sua pessoa, como vimos na citação, era mais um registro da sua satisfação pessoal do ao saber que “homens de cor” africanos estavam trabalhando “em favor da sua raça”.<sup>340</sup>

Os quatro “homens de cor” citados por Maxwell: René Maran, Gracien Candace, Achille René Boisneuf e Blaise Diagne tiveram em comum o fato de trabalharem para a administração colonial francesa. Eram homens letrados que circulavam nos meios políticos e intelectuais da França, portanto, tinham concepções “menos negativas” acerca dos impactos do colonialismo francês nas vidas dos “homens de cor” que viviam em suas províncias. Nesse sentido, quando Maxwell elogiava à França como um modelo de “harmonia racial”, ele também estava sendo influenciado por aquilo que lia da pena destes “homens de cor” que

<sup>338</sup> Getulino, 08/06/1924, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira Grifos

<sup>339</sup> Getulino 08/06/1924, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira

<sup>340</sup> Maiores informações sobre Blaise Diagne consultar o site > [https://www.au-senegal.com/IMG/article\\_PDF/Blaise-Diagne.pdf](https://www.au-senegal.com/IMG/article_PDF/Blaise-Diagne.pdf)

conseguiram destaque social e ajudaram a construir a imagem de uma França tolerante e harmônica no que se refere as relações raciais no começo do século XX.<sup>341</sup>

Professor de francês e fluente nesta língua estrangeira, Maxwell teve acesso ao periódico *A Illustration* que circulava em Salvador na Primeira República. Este jornal foi fundado pelo jornalista parisiense Édouard Charton e sua primeira edição saiu em março de 1843. Em dezembro de 1866, o jornal *L.Illustration* publicou um artigo em sua matéria de capa sobre a festa do 2 de julho na Bahia.<sup>342</sup> O artigo resumiu em breves linhas a história e o significado da festa para os baianos e destacou que naquele ano de 1866, as comemorações começaram tristes devido a guerra que o Brasil travava com o Paraguai.<sup>343</sup>

Para além do exercício da escrita, nos interessa destacar mais uma vez o desempenho do pesquisador Maxwell Assumpção. Um homem que lia periódicos nacionais e internacionais e que estava bem informado a respeito de alguns intelectuais e políticos “homens de cor” que se destacavam socialmente em outros países. Ao mesmo tempo, é importante observarmos que Maxwell também foi lido, e mais do que isso, teve a sua militância reconhecida fora de Salvador. O advogado africano foi elogiado por um periódico da imprensa negra de Campinas, o *Getulino* em 1924.

O *Getulino* foi fundado em julho de 1923, seus proprietários foram três empreendedores negros de Campinas; Alcino Moraes, e os irmãos Martinho de Andrade e Christino José de Andrade. Seu primeiro redator chefe foi Lino Guedes e seu secretário, Gervásio de Moraes, todos “homens de cor”.<sup>344</sup>

---

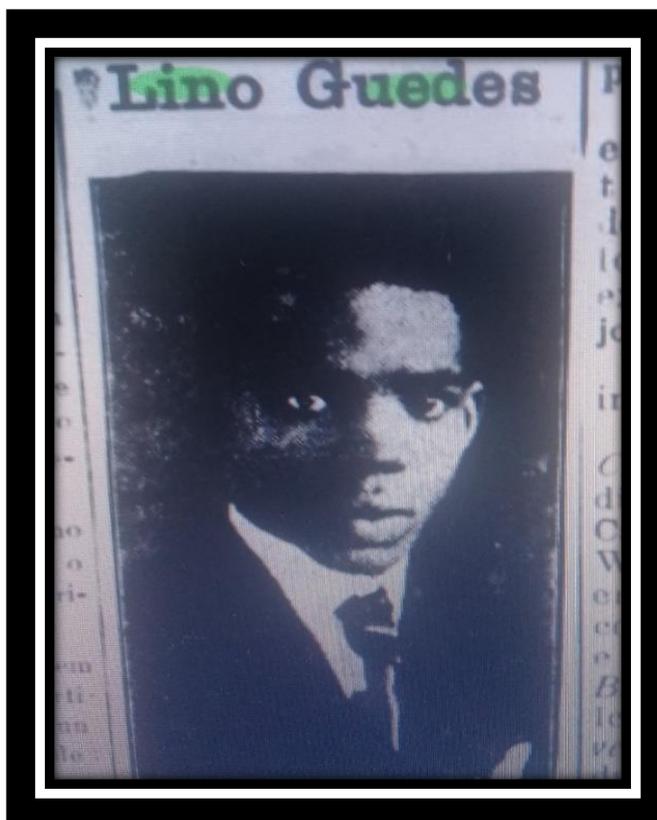
<sup>341</sup> Segundo o historiador Flávio Thales Ribeiro Francisco, o jornal *Chicago Defender* do jornalista afro-americano Robert S. Abbott, foi um veículo de comunicação que ajudou a construir a ideia de uma “harmonia racial na França”. Durante a Primeira Guerra Mundial, o *Chicago Defender* fez a cobertura, a distância, da participação dos combatentes afro-americanos no conflito armado. A cobertura do conflito também contou com uma série de relatos de soldados afro-americanos que descreviam o contato “afetuoso” com brancos franceses. Nesse sentido, a imagem da França enquanto um país livre do racismo se reforçava. VER: FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. As viagens do jornalista afro-americano Robert S. Abbott e as imagens do Brasil e da França no jornal *Chicago Defender* (1917-1940). São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, pp.7-8.

<sup>342</sup> Sobre a história do 2 de julho na Bahia, VER: ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. O civismo festivo na Bahia: comemorações públicas do dois de julho. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 1997.

<sup>343</sup> O jornal *L. Illustration* teve vida longa (1843-1944). Pelo que pudemos observar nas fontes disponíveis na internet, o periódico dava atenção especial aos acontecimentos históricos de outros Estados Nacionais. Fonte: Guia Geográfico História da Bahia, disponível na internet, Link ><http://www.historia-bahia.com/iconografia/desfile-2julho.htm>. Sobre a participação dos soldados baianos na guerra do Paraguai, VER: RODRIGUES, Marcelo Santos. Os involuntários da pátria na guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2001.

<sup>344</sup> Referências sobre o *Getulino*, VER: MIRANDA, Rodrigo. Um caminho de suor e letras: a militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do *Getulino* (Campinas, 1923-1926). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005; CARVALHO, Gilmar Luiz. A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências. Dissertação apresentada ao

Figura 12: Lino Guedes



Fonte: Getulino, 01/05/1924, p.1

O redator chefe Lino Guedes (1897-1951) era jornalista, escritor e poeta, foi ele o responsável pelo nome do jornal. O *Getulino* foi inspirado no trabalho poético do rábula, jornalista e abolicionista Luiz Gama (1830-1882) intitulado: *Trovas Burlescas do Getulino*. Segundo o historiador Gilmar Luiz de Carvalho, Lino Guedes era um grande admirador da trajetória e militância do Luiz Gama. Na primeira edição do jornal, Guedes explicou o significado do título:

Getulino, nome de guerra do grande paladino da abolição, que foi o saudoso Luiz Gama, eis a denominação que escolhemos para folha que hoje vem colocar-se em linha de combate na imprensa campineira.<sup>345</sup>

---

Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2009; GONÇALVES, José Roberto. O *Getulino*, um jornal de carapinha: jornal editado por jovens negros de Campinas. Tese de doutorado apresentada a Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012; GUIRRO, Leandro Antônio. Intelectualidade e imprensa negra paulista: os casos do *Getulino* e processo. (1923-1931). Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Estadual de Paulista. São Paulo, 2013.

<sup>345</sup> CARVALHO, Gilmar Luiz de. A imprensa negra paulista entre 1915-1937: características, mudanças e permanências. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. Sobre a biografia de Lino Guedes, VER: MIRANDA, Rodrigo.

O perfil editorial do jornal tinha um caráter bem combativo quando se tratava de expor os problemas relacionados ao preconceito de cor, existia também a preocupação de “elevar a moral do negro” com a promoção de concursos de beleza negra, bailes e apresentações de poesias com fotografias de seus autores.<sup>346</sup> Em suas primeiras edições, os redatores do *Getulino* se orgulhavam de ter suas próprias oficinas “redigido apenas por homens de cor”<sup>347</sup>

Figura 13: A matéria do Getulino



Fonte: Getulino. 08/06/1924, p.1

Um caminho de suor e letras: a militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do *Getulino* (Campinas, 1923-1926). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005, p.68  
<sup>346</sup> Getulino, 08/06/1924, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.  
<sup>347</sup> Getulino, 05/08/1923, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

Não sabemos exatamente como os jornalistas do *Getulino* souberam do artigo escrito por Maxwell em 1923. É provável que o próprio Maxwell conhecesse alguns jornalistas do *Getulino*. Nesse sentido, não descartamos a possibilidade de ele ter construído uma relação amistosa com outros “homens de cor” que dirigiam periódicos voltados para o interesse da população negra fora de Salvador.<sup>348</sup>

Mais também é possível que existisse na redação do *Getulino*, uma ou mais pessoas responsáveis em pesquisar os editoriais de outros jornais cujas notícias se ligassem a questão racial. Rodrigo Miranda argumenta que este periódico atuava como um instrumento educativo e político, filtrando informações da grande imprensa, dos “teóricos da raça”, do pan-africanismo e dos manuais de comportamento social para sintetizar uma proposta visando à ascensão social do negro.<sup>349</sup>

O qualificativo “advogado da raça” atribuído ao Maxwell pelo *Getulino* em 1924, é bastante significativo na medida em que nos informa o respeito demonstrado pelo periódico ao militante afro-baiano. Para os jornalistas do *Getulino*, nosso personagem assumia um papel de liderança, de “defensor de uma raça”, seguramente, os jornalistas de Campinas leram outros artigos escritos por Maxwell em Salvador. Existia então uma comunicação entre os jornalistas da imprensa negra de Campinas com militantes “homens de cor” que residiam em outros estados no Brasil? Entendemos que essa é uma questão que precisa ser melhor explorada pela historiografia.<sup>350</sup>

Encaminhando para a conclusão deste capítulo, vimos que em suas cartas, Maxwell usa o artifício da ironia, do conto de fábulas e de conhecimentos históricos para protestar e ao mesmo tempo chamar atenção da opinião pública para o problema que era limitar o direito de

---

<sup>348</sup> Uma das características dos jornalistas do *Getulino* era sua cooperação com diversos integrantes da imprensa negra paulista, em especial os jornais: o *Kosmos* e o *Clarín d’Alvorada*. VER: CARVALHO, Gilmar Luiz de. *A imprensa negra paulista entre 1915-1937: características, mudanças e permanências*. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009, p.110

<sup>349</sup> MIRANDA, Rodrigo. *Um caminho de suor e letras: a militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino (Campinas, 1923-1926)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005, p.15

<sup>350</sup> Os trabalhos acadêmicos lidos por mim sobre o periódico *Getulino* não exploraram as conexões entre os seus jornalistas e outros militantes negros residentes em outros estados no Brasil. VER: CARVALHO, Gilmar Luiz de. *A imprensa negra paulista entre 1915-1937: características, mudanças e permanências*. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009; SANTOS, Rael Fizon Eugenio. *A África na imprensa negra paulista (1923-1937)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

cidadania a população negra.<sup>351</sup> Foi um esforço intelectual que caminhava no sentido de demonstrar que o preconceito de cor não tinha fundamento.

O domínio da cultura letrada e o esforço em construir boas relações sociais foram fundamentais para que o Maxwell pudesse expressar suas ideias por meio de uma imprensa que procurava manter silêncio diante de temas relacionados ao preconceito de cor na Primeira República. A historiografia já demonstrou que, para boa parte das elites baianas, a discriminação por cor não existia na cidade, portanto, não era necessário discutir este tema, sobretudo, em público.<sup>352</sup>

Portanto, a partir das fontes estudadas, consideramos Maxwell Assumpção um escritor, pesquisador, leitor e intelectual que a exemplo de outros intelectuais nacionais como Manuel Querino, Juliano Moreira, Hemetério dos Santos e Monteiro Lopes conseguiram romper com o silenciamento sobre temas polêmicos que dizia respeito a raça, mestiçagem, identidade nacional e preconceito de cor. Em cada uma de suas cartas, se sobressai às ideias de um intelectual que estava dando à sua interpretação sobre o Brasil na Primeira República. E essa interpretação, como vimos, se relacionava com a leitura que ele tinha acerca das relações raciais e do papel de protagonista que a população negra tivera na construção do Brasil.

---

<sup>351</sup> O professor Hemetério José dos Santos no Rio de Janeiro, também se utilizava de conhecimentos históricos, etimológicos e literários para protestar contra o preconceito racial, VER: SILVA, Luara dos Santos. *Etymologias preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico raciais. Rio de Janeiro, 2015, p.79.

<sup>352</sup> REIS, Meire Lúcia Alves. *A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2000.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diário de Notícias, 17/03/1933

Faleceu quase repentinamente hontem á noite na casa de residência da sua exma. Família á Rua dos Curraes o sr. Maxwell Assumpção, figura bastante conhecida no seio do Magistério bahiano e advogado nos auditórios destaca capital. Educador de várias gerações, a que ele ministrou com a proficiência do seu saber, o ensino das línguas inglesa e francesa, o dr. Maxwell Porphyrio tinha o seu nome ligado á formação intelectual de quantos hoje ocupam posição de destaque em vários ramos da atividade bahiana, de todos merecendo especial estima e admiração pelos seus caracteres moraes. Com assento nas cátedras de vários estabelecimentos de ensino, mal lhe restava tempo para o exercício da advocacia, o que também se dedicava sempre se conduzindo com zelo e presteza na defesa dos interesses dos seus constituintes, em boa parte representados pela pobreza, a que ele servia devotamente sem maiores proventos. O enterramento do acatado professor e advogado deixou desolados sua exma esposa e filhos, realizar-se hoje à tarde, saindo o ferreiro de sua residência para o cemitério da Quinta dos Lázaros.<sup>353</sup>

Pelo que descreveu o *Diário de Notícias*, a morte do Maxwell foi inesperada e surpreendeu toda a sua família.<sup>354</sup> Ele faleceu ás 22:00 horas, em sua casa na Rua Siqueira Campos, no bairro do Barbalho vítima de insuficiência ventricular.<sup>355</sup> Nesta pequena nota, ficamos sabendo mais uma vez do prestígio social que ele conseguiu construir na cidade, resultado de muito trabalho e capacidade de se relacionar com diversas classes sociais como analisamos nas páginas anteriores desta dissertação. O *A Tarde* foi outro jornal a noticiar a morte do Maxwell e a exemplo do *Diário de Notícias* também exaltou às qualidades do advogado e professor de inglês.

A Tarde, 17/03/1933.

Nascido em Lagos, na África, o dr. Maxwell de Assumpção aqui se formou em direito, aqui lecionou a língua inglesa que falava corretamente e aqui viveu até hontem, num circulo de estima e de conceito. Sua morte é lastimada por quantos lhe conheciam as maneiras educadas. O enterramento será hoje á tarde no cemitério da Quinta dos Lázaros. O dr. Maxwell de Assumpção era casado com a dra. Ignez de Assumpção Alakija e deixa os seguintes filhos: Cleonice de Assumpção Alakija, George de Assumpção Alakija e Dalley Maxwell de Assumpção. O Ginásio Carneiro Ribeiro de onde era professor o dr. Maxwell Porphyrio da Assumpção

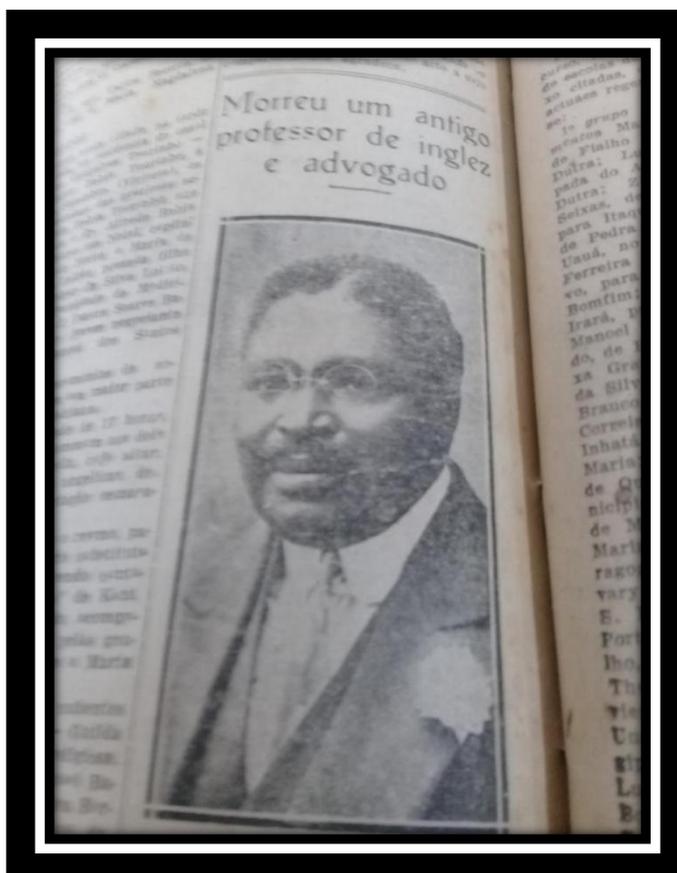
<sup>353</sup> Diário de Notícias, 17/03/1933, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>354</sup> Não sabemos qual foi a causa- morte do Maxwell.

<sup>355</sup> Registro de óbito, n.9, 249, p.19. Localizei esta fonte no site: FamilySearch

suspendeu as aulas, conservando hasteada em funeral a respectiva bandeira durante 3 dias.<sup>356</sup>

Figura 14: Notícia da morte do Maxwell



Fonte: Jornal A Tarde, 17/03/1933, p.2

No fim de sua vida, suas qualidades mais destacadas foi sua capacidade intelectual, ética profissional e o bom relacionamento que mantinha com as pessoas do seu círculo social. O *Diário de Notícias* lembrou do seu empenho na área da educação que muitas vezes o privava de exercer o seu ofício de advogado, e o *A Tarde* trouxe a notícia sobre o respeito demonstrado pelo Ginásio Carneiro Ribeiro que hasteou sua bandeira por três dias em homenagem ao mestre que lecionou naquela instituição.

Durante a sua trajetória em Salvador, a militância do Maxwell não se resumiu às cartas de protesto contra o preconceito de cor como discutimos no capítulo três. Nesse sentido, queremos dizer que Maxwell era um intelectual ativo no sentido de fazer política nos

<sup>356</sup> A Tarde, 17/03/1933, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

lugares em que transitou e nas redes de sociabilidades que construiu. Na Quinta dos Lázaros, ele foi presidente da Sociedade Beneficente dos Lavradores. No restaurante *Café São Paulo* ofereceu um banquete à imprensa baiana. Na Ribeira de Itapagipe deu aulas de inglês aos aprendizes maquinistas analfabetos. Foi uma trajetória marcada pela ação política em favor dos mais pobres na cidade como bem notou e reconheceu o *Diário de Notícias* e alguns “homens de cor” como os membros da Frente Negra da Bahia.

Às 9 horas como ficou estabelecido, grande número de fretenegrinos foram em verdadeira romaria aos túmulos dos professores Maxwell Porphirio, Ascendino dos Anjos e Manuel Querino depositar flores naturais.<sup>357</sup>

Não sabemos se Maxwell ajudou a fundar a Frente Negra da Bahia em novembro de 1932, mas queremos destacar que esta homenagem póstuma dirigida a ele e aos outros professores “homens de cor” é bastante significativo e referencial do quanto nosso personagem se empenhou politicamente em favor das “pessoas de cor” na cidade. Seja atuando na área do magistério, do direito, ou em sociedades beneficentes, Maxwell conseguiu trabalhar em “defesa da sua raça”, frase escrita por ele mesmo em uma de suas cartas.

Constatamos na pesquisa que Maxwell Assumpção se insere no grupo de “homens de cor” letrados que conseguiram formular suas próprias interpretações acerca do debate público sobre temas como a formação da nacionalidade brasileira, cidadania, raça, mestiçagem e o preconceito de cor na Primeira República. Homens como Manuel Raimundo Querino, Juliano Moreira, Monteiro Lopes, Hemetério dos Santos apresentaram suas próprias concepções acerca de um Brasil que descreveram diversificado, cuja história estava ligada às contribuições culturais e civilizacionais dos africanos e seus descendentes.<sup>358</sup>

Nesse sentido, as ações políticas do Maxwell na cidade se assemelharam em muitos aspectos a militância de alguns destes “homens de cor” citados, podemos destacar três características principais. Primeiro, a aproximação do Maxwell com diferentes categorias de

<sup>357</sup> BACELAR, Jeferson. A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, p.148; VER: SANTOS, Lucas Andrade dos Santos. “Em que raça precisa de defesa”: a Frente Negra da Bahia (1932-1934). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal da Bahia, 2018.

<sup>358</sup> Sobre personagens negros no pós-abolição que se posicionaram publicamente a respeito do preconceito de cor, VER: DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. Porto Alegre, 2009; DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: “um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro- Ásia, 2010; SILVA, Luara dos Santos. “Etimologias preto”: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais. Rio de Janeiro, 2005; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALLARONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. Artigo disponível em ><http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22n4/3432.pdf>.

trabalhadores; vimos neste trabalho que nosso personagem se relacionava com jornalistas, advogados, professores, estivadores e lavradores. De profissionais liberais a trabalhadores analfabetos, foram muitos trabalhadores que fizeram parte do círculo social do Maxwell. Esta aproximação com diversas categorias de trabalhadores foi fundamental, por exemplo, na campanha mobilizada pelo deputado federal Monteiro Lopes no Rio de Janeiro para ratificar sua vitória nas urnas em 1909.<sup>359</sup>

A segunda característica diz respeito a preocupação que o advogado africano tinha com a educação escolar. Professor de inglês, “educador de várias gerações”, Maxwell deu aulas à noite para os aprendizes maquinistas suburbanos que tinham sido impossibilitados de exercerem às suas atividades profissionais por serem analfabetos em 1914.<sup>360</sup> A escolarização era para o médico Juliano Moreira uma das pautas mais importantes do país, mas não apenas ele considerava a educação relevante, esta era a preocupação central das organizações negras no começo do século XX. Nesse sentido, a Frente Negra da Bahia mantinha em 1933, cursos noturnos gratuitos que acolhiam um público bastante diversificado, alfabetizava-se crianças, jovens e adultos.<sup>361</sup>

E a terceira característica se refere a capacidade do Maxwell em elaborar uma narrativa capaz de destacar os elementos de uma “identidade negra positivada”, expressão utilizada pela historiadora Luara dos Santos Silva em seu estudo sobre o professor negro Hemetério José dos Santos no Rio de Janeiro.<sup>362</sup> Maxwell e Hemetério investiram sistematicamente em conhecimentos históricos para tentar desconstruir os sentidos negativos atribuídos aos africanos e seus descendentes. Ambos apresentaram uma leitura semelhante a respeito da formação da nacionalidade brasileira quando defendiam que foi a “raça negra” que ajudou a construir o Brasil com seu trabalho e sua cultura.

Portanto, este trabalho buscou acompanhar a historiografia contemporânea que tem investido na trajetória e ações políticas dos “homens de cor” no pós-abolição e Primeira República. Como demonstramos nesta dissertação, às ideias e a militância do Maxwell não foram isoladas, ele lia o abolicionista José do Patrocínio, periódicos nacionais e

---

<sup>359</sup> DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: “um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro- Ásia, 2010; DOMINGUES, Petrônio. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. Artigo disponível em > <http://www.scielo.br/pdf/nec/n95/04.pdf>

<sup>360</sup> A Notícia, 04/09/1915, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira

<sup>361</sup> Lucas Andrade dos Santos. “Em que raça precisa de defesa”: a Frente Negra da Bahia (1932-1934). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal da Bahia, 2018, p.87

<sup>362</sup> SILVA, Luara dos Santos. “Etimologias preto”: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais. Rio de Janeiro, 2005, p.78

internacionais, sabia dos progressos e desafios dos “homens de cor” dentro e fora do Brasil e estivera bem interessado pelas demandas sociais das pessoas de cor na cidade em que vivia.<sup>363</sup>

Nesse sentido, a experiência de um membro da elite agudá que conseguia publicar cartas de protesto contra o “preconceito de cor”, que valorizava publicamente sua identidade racial e ao mesmo tempo se colocava politicamente como “líder de sua raça” foi de fato uma trajetória totalmente diferenciada e surpreendente. Contar parte desta história foi um desafio que envolveu muita responsabilidade, mais também muito prazer e satisfação.

---

<sup>363</sup> GLEDHILL, Helen Sabrina. Travessias racialistas no atlântico negro: reflexões sobre Booker Washington e Manuel R. Querino. São Paulo: Editora Funmilayo Publishing, 2018; SILVA, Luara dos Santos. “Etimologias preto”: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais. Rio de Janeiro, 2005; DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: “um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro-Ásia, 2010; DOMINGUES, Petrônio. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. Artigo disponível em ><http://www.scielo.br/pdf/nec/n95/04.pdf>; JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Da dermatologia à psiquiatria: vida e obra de Juliano Moreira na Bahia. In: PONDÉ, Milena Pereira; LIMA, Manoela Garcia; ASSIS-FILHO, Bernardo. A Tensão na Atenção. Anais da XII Jornada Nordestina de Psiquiatria. Salvador: Associação Psiquiátrica da Bahia, 2008; LIMA, Bruno Rodrigues de. Cosme de Farias: lama e sangue. Salvador: EDUFBA, 2018; ALBUQUERQUE, Wlamya Ribeiro. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). São Paulo: Revista Brasileira de História, v.35, n.69, 2015.

## **FONTES**

### **Fontes Bibliográficas.**

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, vol.282, 1955.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

QUERINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil**. Salvador: EDUNEB, 2013.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

RODRIGUES, João Carlos. **As religiões do Rio: João do Rio**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2006.

SANTANA, Miguel. José Guilherme da Cunha (org.). Apresentação e notas de Vivaldo da Costa Lima e Jeferson Bacelar. Salvador: EDUFUBA, 1996.

### **Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)**

- Secção Judiciária/Processo Cível: Ação Executiva (1923) 146/114/7.
- Secção Judiciária/Processo Cível: Ação Sumária (1930) 123/19/4.
- Secção Judiciária/Processo Cível: Ação de despejo (1926-1927) 4/127/5.
- Secção Judiciária/Inventário de Adão da Conceição Costa (1935) 3/908/1377/13.
- Lista de entrada e saída de passageiros, livro 3, Ano: 1879-1883.
- Relação dos livros da Inspetoria da polícia do porto de Salvador- Entrada de passageiros. Volume 4, Ano 1886.

### **Biblioteca Nacional Digital (BNDigital)**

### **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.**

#### **a) Periódicos**

- A Capital, 16/12/1926, p.7
- Jornal de Notícias, 18/02/1898, p.1
- Gazeta de Notícias, (1913-1914)
- A Notícia (1914, 1920, 1921)
- Jornal A Hora, (1919-1920)
- A Manhã (1920-1921)
- O Combate, 19/10/1927, p.1
- O Pequeno Jornal, 1890, p.1
- O Getulino (1923-1924)

**b) Revistas**

- Revista O Cruzeiro (Rio de Janeiro)1951
- Revista do Brasil, 1911, p.61
- Mensagem do Governador da Bahia para a Assembleia, 1925, p.99

**Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)**

- Jornal A Tarde (1922-1990)
- Jornal Moderno, 06/10/1914, p.3
- Diário de Notícias (1910-1930)
- Diário da Bahia (1910-1920)
- O Democrata (1919-1923)
- O Imparcial (1919-1921)
- Correio de Notícias (1913)

**Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IGHBA)**

- Mascaras Guledés, número do inventário, n.E 07-08.

**Word newspaper Archive, African newspaper.**

- The Nigerian Chronicle, 19/08/1910, p.3
- The Lagos Standard Wednesday, 1913.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMOS, Alcione M; OMIDERE, Félix Ayoh. O Babalaô fala: a autobiografia de Martiniano Eliseu do Bomfim. Salvador: Afro-Ásia, n.46. 2012.

ALAKIJA, Ana. Traditional Yoruba Nobility in the African Diaspora. The Yoruba in Brazil, Brazilians in Yorubaland: Cultural, Encounter, Resilience, and Hybridity in the Atlantic World. Durham, North Carolina: Carolina Academic Press, 2017.

ARAÚJO, Mariele S. A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon (1922-1933). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2006.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé. Questões de vida e morte na Bahia republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, 1996.

ABREU, Martha. O crioulo Dudu: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantador (1890-1920). Rio de Janeiro: Topoi, 2010.

BACELAR, Jeferson. De candomblés e negros ilustres. NASCIMENTO, Jaime e GAMA, Hugo (orgs.). Manuel Raimundo Querino: seus artigos na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009.

BACELAR, Jeferson. A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BRAGA, J.S. Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995.

BRITO, Jailton Lima. A abolição na Bahia: uma trajetória política (1888-1980). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 1996.

BRITO, Jonas. A Bahia dos Calmon: um ás no jogo da Primeira República. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2014.

CRUZ, Maria Cecilia Velasco. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café 1905-1930. Salvador: Revista Afro- Ásia, 2000.

CAMPOS, Lucas Ribeiro. Sociedade Protetora dos Desvalidos; mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2018.

CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX. São Paulo: Revista História, n.176, 2017.

CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitiko e a expansão dos cultos aos orixás (século XIX): uma rede religiosa afro-atlântica. Tempo: Niterói, v.22, n.39, 2016.

CASTILLO, Lisa Earl. Em busca dos Agudás da Bahia: trajetórias individuais e mudanças demográficas no século XIX. Afro-Ásia: Salvador, n.55, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta a África. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CUNHA, Mariano Carneiro. Da senzala ao sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na República popular do Benim. São Paulo: EDUSP, 1985.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C; SCOTT, Rebecca J. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CRUZ, Maria Cecilia Velasco. A morte de João de Adão e a memória operária. Salvador: EDUFBA, 2009.

CASTELLUCCI, Aldrin A.S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). Salvador: Afro-Ásia, n.41, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. Porto Alegre, 2009.

DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: “um líder da raça negra” na capital da República. Salvador: Afro- Ásia, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Vai ficar tudo preto: Monteiro Lopes e a cor na política. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos (Organizadores). Intelectuais negros e negras, século XIX-XXI: desafios, projetos e memórias. Revista da ABPN, v. 10, n.25, março-julho, 2018.

FILHO, Alberto Heráclito. Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador, 1994.

FERREIRA, Maria do Socorro Soares. A Tarde e a construção dos sentidos: ideologia e política (1928-1931). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal da Bahia, 2002.

GURAN, Milton. Da bricolagem da memória a construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. Salvador: Afro- Ásia, n.28, 2002.

GLEDHILL, Helen Sabrina. Travessias racialistas no atlântico negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino. Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

JUNIOR, Vilson Caetano de Sousa; JESUS, Air José Souza. Minha vida é orixá. São Paulo: Ifá, 2011.

LEAL, Maria das Graças Andrade. Manuel Raimundo Querino: seus artigos na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. E a Bahia civiliza-se: ideias de civilização e cenas de anti- civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador (1912-1916). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 1996.

MIRANDA, Rodrigo. Um caminho de suor e letras: a militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino (1923-1926). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humnas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2005.

NUNES, Erivaldo Sales. Contribuição para a história do candomblé Congo- Angola na Bahia, o terreiro de Bernardino do Bate Folha (1916-1946). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2017.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910. Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

OLINTO, Antônio. Casa de água. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

OLINTO, Antônio. Brasileiros na África. São Paulo: GRD, 1980.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A invenção dos iorubás na África Ocidental: reflexões e apontamentos acerca do papel da história e da tradição oral na construção da identidade étnica. Estudos Afro-asiáticos, Ano 27, n.123, 2005.

PEDREIRA, Flávia Lago de Jesus. Modernizar as cidades, civilizar os costumes: repressão a espíritas e candomblecistas na Bahia Republicana. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal da Bahia, 2015.

PARES, Luís Nicolau. Catolicismo em disputa: a comunidade Agudá e a geopolítica colonial (Uidá 1844-1866). Rio de Janeiro: Topoi, v.18, n.36, 2017.

SILVA, Ângela Fileno da Silva. Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SANTOS, Lucas Andrade. “Em que raça precisa de defesa”: a Frente Negra da Bahia (1932-1934). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

SANTOS, Ione Celestino. Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia (1870-1890). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

SILVA, Adriana Maria Lage. Aspectos socioespaciais da cidade de Salvador na Primeira República: o governo J.J Seabra. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2013.

SILVA, Aldo José Moraes. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2006.

SANTOS, Edimar Ferreira. O poder dos candomblés: perseguição e resistência no recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009.

REIS, Meire Lúcia Alves. A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2000.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os santos. São Paulo: Editora Corrupio, 1987.

VERGER, Pierre. Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX. São Paulo: Corrupio, 1992.